

WELLINGTON JÚNIO GUIMARÃES DA COSTA

A AMBIGUIDADE DA TERRITORIALIDADE NO IMPÉRIO PORTUGUÊS:
TERRITÓRIO E IDENTIDADE NO MUNDO LUSO-BRASILEIRO

Mariana
Instituto de Ciências Humanas e Sociais/ UFOP
2009

WELLINGTON JÚNIO GUIMARÃES DA COSTA

A AMBIGUIDADE DA TERRITORIALIDADE NO IMPÉRIO PORTUGUÊS:
TERRITÓRIO E IDENTIDADE NO MUNDO LUSO-BRASILEIRO

Monografia apresentada ao Curso de História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em História.

Orientador: Prof. Doutor Marco Antônio Silveira.
Co-orientador: Prof. Doutor Álvaro de Araújo Antunes

Mariana
Instituto de Ciências Humanas e Sociais/ UFOP
2009

SUMÁRIO

Introdução - Tema, problematização, objetivos, fontes e metodologia.....	7
1. Considerações gerais sobre o império português: expansão, auge, derrocada e sobrevivência – séculos XV a XVIII	17
2. Pré-territorialidade no império e seus agentes – Brasil, África e Ásia	27
2.1. Comércio, mercadorias e penetração territorial – rotas terrestres, marítimas e fluviais	27
2.2. Movimentação de pessoas	30
2.2.1. Paulistas e demais sertanistas	30
2.2.2. A Igreja	32
2.2.3. O Estado	33
2.2.4. Informações demográficas	36
3. O início do fim: institucionalização e territorialidade na América portuguesa no século XVIII	38
3.1. A territorialidade na América portuguesa	38
3.1.1. A questão das fronteiras	39
3.2. As migrações	42
3.3. Institucionalização e territorialidade: a singularidade das Minas Gerais ...	43
3.4. Sobre a governamentalidade	50
4. Território e identidade no mundo luso-brasileiro	57
4.1. O Preconceito como impulsionador identitário	57
4.1.1. Os sertanistas	57
4.1.2. Cristãos–Novos	59
4.1.3. Africanos e seus descendentes	61
4.1.3.1. Os quilombos e a identidade	62
4.1.3.2. Escravidão, e estratificação social e identidade	64
4.2. Cargos públicos	69

4.3. Movimentos de contestação	71
4.3.1. Motins no Sertão do São Francisco	71
4.3.2. A Inconfidência Mineira	73
4.3.3. Revolução Pernambucana	79
4.4. A Coroa	83
4.5. Em busca de uma nova identidade no ultramar	87
4.5.1. Os senhores de engenho	88
4.5.2. Os Jesuítas	89
4.5.3. Colonizadores do sertão a serviço da Coroa	89
4.5.4. Os degredados	91
4.5.5. A estratificação social	91
4.6. Consequências da territorialidade	93
Conclusão – A ambiguidade da territorialidade no Império Português	95
Referências Bibliográficas	100

*Aos meus pais Waldir e Lucimar,
exemplos de força e superação.*

Agradecimentos

Agradeço ao Marco Antonio Silveira e ao Álvaro de Araújo Antunes, professores que, além de orientadores, se tornaram amigos com os quais compartilhei (e ainda compartilho) de um ótimo ambiente intelectual no âmbito de projetos e grupos de pesquisa e extensão e dos quais tenho o privilégio da orientação, do aprendizado e da convivência extra-acadêmica. Agradeço ao professor Renato Pinto Venâncio pela prontidão com que aceitou o convite para ser o leitor crítico da minha monografia de bacharelado e pelas críticas e sugestões que entrarão na versão final a ser entregue após as correções. Agradeço também ao professor José Arnaldo Coêlho de Aguiar Lima com quem, a exemplo dos dois primeiros, tive uma convivência acadêmica e extra-acadêmica e com quem dei os primeiros passos no ofício de Historiador. A ele agradeço também pelas dicas e contribuições a partir das quais desenvolvi o segundo capítulo deste trabalho. Agradeço ao professor Ronald Polito, com quem tive os primeiros estímulos que me levaram a me aventurar na vida acadêmica. Como seria por demais extensa a lista dos nomes dos companheiros aos quais devo o meu agradecimento, agradeço, nas figuras de Gilson César Xavier Moutinho e Pedro Eduardo Andrade de Carvalho – por serem, entre todos os colegas de curso, aqueles que por mais tempo estudamos e trabalhamos juntos, seja em projetos de pesquisa e extensão, seja na parceria que tivemos na autoria de alguns trabalhos publicados, e com os quais tenho uma convivência que vai além do âmbito acadêmico – a todos os amigos e colegas de classe, de curso e de ICHS. Por fim, agradeço a todos os professores com quem tive aulas e que contribuíram indiretamente para a realização deste trabalho.

RESUMO

Este estudo monográfico tem por objetivo fazer alguns apontamentos no que se refere à estreita relação entre território e identidade no contexto do Império português. O tema central discutido é a dupla ambiguidade da territorialidade no império: por um lado, a ausência da territorialidade como fator de expansão e derrocada no oriente; por outro, a territorialidade como fator de posse da América portuguesa e, ao mesmo tempo, como fator que leva ao rompimento político com a metrópole.

Palavras-chave: Império português, América portuguesa, territorialidade, identidade, soberania.

Introdução

Tema, problematização, objetivos, fontes e metodologia

Nosso estudo pretende recuperar alguns aspectos que dizem respeito à formação do mundo luso-brasileiro de modo a fazer não mais do que alguns apontamentos a partir de uma reflexão metodológica acerca da territorialidade na dinâmica imperial portuguesa. O nosso objetivo não é a prepotência de fazer uma abordagem mais ampla e de caráter inédito sobre a temática do império, até mesmo porque isso fugiria às limitações de um trabalho monográfico de bacharelado em História. Não visamos também estabelecer grandes modelos teóricos e muito menos uma análise mais crítica e aprofundada, mas sim uma reflexão metodológica sobre a relação entre território e identidade no mundo lusitano. Por isso mesmo, este estudo monográfico não pretende ser mais do que um ensaio cuja ênfase será a América portuguesa a partir do século XVIII até o momento da passagem deste para o século XIX, quando o Brasil se torna um país independente. Ao abordar genericamente o Império marítimo português, temos a intenção de delimitar o nosso objeto de análise e por isso as discussões serão importantes para a conceitualização do que entendemos por territorialidade através de uma análise historiográfica. Nesse sentido, privilegiaremos aqui uma pesquisa essencialmente bibliográfica. A estreita relação entre território e identidade e, mais especificamente, a indissociação entre interesses políticos e econômicos e a questão da identidade colocada a partir da experiência no território, permeiam todo o desenvolvimento deste trabalho. Isso será, como tentaremos demonstrar, o fator que levará à derrocada do mundo de expressão lusitana. Outra questão que se faz presente neste estudo é a dimensão ambígua da territorialidade no império. Como tentaremos demonstrar, se inicialmente a ausência de territorialidade foi o que garantiu aos lusitanos expandir as suas influências para além das fronteiras europeias, a territorialidade foi o que levou à derrocada imperial. Faz-se necessário, destarte, expor, ao nosso entendimento, o que constitui os dois fenômenos que constituem a espinha dorsal da presente monografia: a territorialidade e a identidade. Para tanto, retomaremos a problemática da região que é o nosso ponto de partida para a compreensão da relação entre esses dois fenômenos.

Tendo sido por muito tempo relegada a um saudoso segundo plano pelos historiadores, novos olhares foram lançados pelos geógrafos no que se refere à compreensão da região, não como mera paisagem ou cenário para o desenrolar das experiências históricas, mas como um

agente ativo que tem historicidade e um papel importante no desenrolar dos fatos.¹ Geralmente a “região” é entendida equivocadamente como algo evidente, contudo, essa ideia é muito problemática. A própria ideia de região é problemática. Emerge, nesse sentido, a necessidade de se pensar a região como artefato, isto é, definir critérios que nos impeça de cair em anacronismos geográficos (e também históricos).² Ao colocar o espaço antes do tempo, o que se faz é empobrecer demais a discussão do espaço, não problematizando-o. Ao se pensar a regionalização ou em elementos de regionalização, é necessário ir além do recorte administrativo e da cultura material.³ Isso porque a fronteira administrativa encobre realidades físicas, sociais, políticas e culturais muito distintas entre si. Nesse sentido, faz-se necessário colocar a seguinte questão: o que é o espaço? É importante não perder de vista que a região não precede o objeto e a problemática da pesquisa e do objeto é que vai conformar a região. A definição do espaço varia em função do objeto de pesquisa, sendo, portanto, uma tentativa de se pensar os processos sociais no tempo, de espacializar a experiência humana. Assim, é imprescindível pensar a região como uma unidade real de análise, superando as análises mecanicistas e/ou funcionalistas, e ir além do recorte administrativo.⁴

Um dos estudiosos que se dedicaram a essas questões é Doreen Massy⁵. A autora critica a perspectiva convencional de espaço, isto é, a noção de um espaço físico, de um espaço já dado, como um cenário. A sua crítica recai sobre os mapas convencionais, pois trazem a ideia de homogeneidade, uma vez que nos mapas não existem o desconhecido, os encontros inesperados, não se percebe as rupturas do espaço. Para a autora, os mapas não

¹ Esse novo direcionamento para a noção de contribuiu decisivamente para a concepção do lugar como fruto de negociações, de relações de forças, comportando valores simbólicos, conjuntos de signos e representações. Em meados do século XX, com a Nova geografia e o método regional, tem-se a definição de áreas não apenas como a relação do homem com a natureza, mas dos fenômenos que ocorrem nos espaços dessas relações. Região como parte de um sistema com conexões com outros espaços. O que está dentro de uma região não é fruto apenas de uma cultura interna, mas da interação com outras culturas, com o espaço exterior. Daí entra a questão da identidade. Aqui, o conceito de região é pensado a partir da função da região e pela sua demarcação decorrente de suas características internas e externas. A dinâmica interna de uma região só faz sentido e se define devido às suas conexões externas. Na década de 1970 a geografia crítica vai atentar para as questões multiculturais no que se refere a identidades. Preocupação com questões econômicas, mas também simbólicas e culturais, pensando, dessa forma, em regiões multiculturais.

² Como, por exemplo, projetar estruturas geográficas do presente para o passado, ou seja, confundir determinada região com o recorte administrativo.

³ Faz-se necessário se atentar para aspectos simbólicos aos quais, muitas vezes, não se dá a merecida atenção. É indispensável problematizar a região, concebê-la a partir de um problema, pensar a região no sentido político, cultural (alguns exemplos de elementos de regionalização podem ser os processos de formação de identidades coletivas, traços da cultura humana, presença de escravos, paisagem, fenômenos culturais, sociais, políticos, econômicos, religiosidade que cria intervenções no espaço na paisagem como a construção de templos as peregrinações, tabus alimentares que interferem na paisagem agrária etc.).

⁴ Mas isso não quer dizer que o recorte administrativo não seja uma forma válida de regionalização, mas sim que existem variadas possibilidades de acordo com o objeto e a problemática da pesquisa que pretende desenvolver.

⁵ MASSEY, Doreen. *Pelo espaço*. Uma nova política da espacialidade. Trad. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

trazem os elementos surpresa na representação do espaço, as multiplicidades das trajetórias, entrelaçadas de resultados imprevisíveis e isso, em sua concepção, é uma maneira pouco dinâmica entre tempo e espaço. Essa perspectiva convencional está assentada numa sincronissidade, ou seja, como se as coisas se articulassem e se fizessem ao mesmo tempo. O espaço não é. Ele se faz, se inventa, se constroi. A região nunca é dada, pressuposta. Mas sim discutida. São diversas as situações que definem o espaço. Espaço e região devem ser pensados a partir de uma perspectiva cultural, ou seja, a partir das percepções e das sensações do espaço vivido. A experiência no espaço é singular e por isso é necessário uma outra epistemologia⁶: faz-se necessário observar o espaço através de outra lógica, através das singularidades que são fundamentais para as sensações e percepções do espaço. A cultura, dessa forma, é o fundamento da vivência do espaço. Por isso a necessidade de superar as abordagens funcionalistas e observar a região e o espaço como categoria da cultura.

Partindo do princípio de que todo fenômeno tem uma dimensão espacial, a nossa abordagem sobre a formação de múltiplas identidades no mundo colonial tem como referência fundamental a experiência no mesmo espaço colonial, que foi proporcionada pela territorialidade empreendida pela Coroa, mas não apenas, pois o lugar do fenômeno, aqui as possessões portuguesas na América, é um lugar antropológico, onde as coisas acontecem de forma diacrônica, com causas diversas que coexistem no espaço e ao longo do tempo. A exemplo de Moraes, partimos aqui do entendimento da geografia humana no estudo da apropriação do espaço natural através da construção simbólica de um espaço social, isto é, a valorização do espaço através da noção da incorporação do mesmo e da criação e enraizamento de valores (MORAIS, 2002). Aqui começamos nos aproximar da nossa concepção de territorialidade. Trata-se de uma ocupação efetiva de vastas extensões territoriais no interior das possessões ultramarinas do Estado português, conseguindo, em certa medida, manter um controle sobre essas regiões durante certo período de tempo. Isso, no nosso entendimento, só foi possível no império, a partir do século XVIII na América portuguesa a partir da descoberta dos minerais preciosos em grandes quantidades. Diferentemente do que se observou até o final do século XVII, (isto é, uma ocupação de vastas áreas litorâneas no caso do Brasil e pontos estratégicos fortificados na África e no oriente), tal situação (a descoberta dos veios auríferos) forçou o Estado português a institucionalizar a região mediante a instalação de um aparato burocrático, do povoamento em massa e da expansão das fronteiras e do estabelecimento dos limites territoriais em relação às

⁶ CLAVAL, Paul. As abordagens da geografia cultural. In: CASTRO, Iná Elias et al (orgs.) *Explorações Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p.89-117. FRÉMONT, Armand. *A região, espaço vivido*. Trad. Coimbra: Almedina, 1980.

possessões espanholas. Em outras palavras, territorialidade, com o sentido aqui atribuído, significa fixação a terra através do povoamento (ocupação efetiva), institucionalização do território, demarcação de limites, expansão das fronteiras. O processo de formação de um território, ou o processo de territorialização é melhor compreendido quando se tem em mente a noção humanizada de espaço. Nesse sentido, o conceito de território e, mais especificamente o de territorialidade, “é impossível de ser formulado sem o recurso a um grupo social que ocupa e explora aquele espaço, o território – nesse sentido – inexistindo enquanto realidade apenas natural.” (MORAES, 2002, p.57) Mais ainda, a territorialidade só é passível de existência, na medida em que se promove o povoamento, a institucionalização e a exploração econômica do espaço, pois isso é o que garante a sua durabilidade. A formação territorial é, então, um objeto sobre o qual se faz necessária uma análise mais atenta, sobretudo no que diz respeito aos aspectos identitários que surgem através da interação dos diversos grupos sociais com o lugar.

Ao se falar de territorialidade no Brasil, não se pode esquecer que os indígenas já ocupavam o território antes da chegada dos europeus. Contudo, tratava-se de uma ocupação de caráter móvel, ou seja, caracterizada pelo nomadismo, pois assim que os recursos acabavam (as roças de alimentos), a maioria das tribos se deslocava para outras regiões, havendo uma grande mobilidade pelo território. Não havia, portanto, a fixação e nem a institucionalização, uma vez que as sociedades ameríndias do Brasil não se organizavam em torno de um Estado. Isso foi o que tornou possível o longo processo de territorialização empreendido pelos portugueses, cujo auge se deu no século XVIII. Além das populações nativas, havia uma ocupação inicial da região nordeste onde desde meados da primeira metade do século XVI, se desenvolvia a cultura açucareira. Havia também, as monções pelos rios que nasciam no interior, o apresamento dos índios pelos paulistas e demais sertanistas, as expedições em busca de esmeraldas e ouro, a criação de gado, a presença da igreja através dos padres missionários jesuítas, e o comércio colonial, isto é, o mercado interno existente desde o início da colonização. Mas ao nosso entendimento, isso não é suficiente para caracterizar um fenômeno de territorialidade. Por isso, dedicamos um capítulo a essa situação que chamamos aqui de “pré-territorialidade”.

Por sua vez, quando falamos em formação de identidade na América portuguesa setecentista, nos referimos não a um fenômeno específico, mas a um fenômeno mais amplo, que caracterizamos aqui como um processo de formação de múltiplas identidades: identidades individuais, identidades particulares, identidades coletivas, identidades mobilizadas ideologicamente (isto é, com finalidades políticas e econômicas), identidades locais,

identidades regionais, identidade portuguesa, identidade africana, múltiplas identidades coloniais, identidade imperial etc. Identidade como aquilo que as pessoas desejavam ser, como aquilo que elas se imaginavam como sendo (ou imaginavam ser), como diferentes. Em outras palavras, a relação do sujeito com a negação em relação àquilo que ele não é, que não se sentia e que não deseja ser. A identidade, nesse sentido, está relacionada a uma questão de poder: a defesa de si diante da ameaça do outro, o poder de mando, de jurisdição, de se sentir superior. Isso implica que o impulso que leva à formação da identidade é muitas vezes a vontade de se diferenciar, de se destacar perante o outro. A política, ou o poder político tem, dessa forma, uma dimensão identitária, e o mesmo se pode dizer do poder econômico (por exemplo, a ocupação de cargos jurídicos e administrativos que trazia diferenças tanto sociais, econômicas, além de privilégios e distinto tratamento, sobretudo no tratamento jurídico. As diferentes posições ocupadas pelos agentes na estrutura social configuram diferentes formas de sociabilidade, de vivência cotidiana, diferentes concepções de mundo).

As identidades são formadas a partir da consciência de um ser atuante no mundo, que se relaciona com o espaço, isto é, com todos aqueles elementos que o constituem: o território, o cruzamento de trajetórias de atores históricos de diferentes proveniências sócio-culturais, de diferentes etnias, de diferentes regiões do globo terrestre. A noção de lugar antropológico também é válida no estudo das formações territoriais, principalmente no seu aspecto identitário, pois como afirma Ana Luiza Setti Reckziegel, o lugar é o fruto de negociações, é próprio lugar antropológico que caracterizado pela identidade e, ao mesmo tempo, pela alteridade, a fronteira entre “eu” e “outro” (RECKZIEGEL, 1999, p.17). É esse espaço que é um campo de forças conflituosas que constitui o lugar colonial, com suas variadas facetas, com suas variadas regiões imbricadas com as múltiplas trajetórias dos mais diversos agentes sociais participantes do processo de colonização. As significações produzidas pelos agentes através da experiência e da vivência no espaço colonial, constroem identidades que são criações sociais e culturais no espaço humanizado, e que tem uma dimensão de historicidade, pois envolvem uma relação entre passado, presente e futuro.

Os aspectos em relação ao campo simbólico ganham reforço com o conceito de “História incorporada” tratados por Bourdieu⁷, isto é, o produto de aquisições históricas e que permite apropriação e reapropriação das práticas. Ao se pensar as Minas e em outras zonas urbanas do Brasil setecentista como um campo de forças conflituosas, pode-se pensar nas questões de sociedades de Antigo Regime, nos colonos que trouxeram suas experiências que foram reapropriadas ao sabor da situação, do acaso que acontece no espaço. Não estamos

⁷ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. 2ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998, p. 75-131.

afirmando que a sociedade colonial era uma sociedade de Antigo Regime tal qual a européia. Mas, por outro lado, é indiscutível que na América portuguesa havia traços típicos de tal sociedade. Contudo, o cruzamento de trajetórias entre a cultura reinol e a cultura da terra produz mudanças naquela velha estrutura. Isso porque o habitus é incorporado, é interiorizado e reproduzido. Para Bourdieu, quem pratica marcado pelo habitus não tem consciência de que tal prática é estruturada pela rede/estrutura social. Para ele, o habitus não vem do sujeito (os valores, costumes, etc. do indivíduo vem de uma estrutura social, não do próprio indivíduo, que interioriza o habitus). Mas o indivíduo se apropria e interioriza o habitus transformando-o. O campo de força é que gera a ação. A posição dos agentes nessa relação de forças, que é estruturada, varia como também varia o habitus. Pode-se pensar aqui, a título de ilustração, naquele indivíduo que enriquece, consegue prestígio, cargos, títulos, patentes, almeja mercês etc. principalmente nas Minas. As relações estabelecidas entre os diversos grupos sociais entre si e os espaços que eles ocupam parece-nos fundamentais para o entendimento da relação entre a territorialidade e a formação de identidades. No império português, isso é observado muito mais na América do que em qualquer outra parte das suas colônias. Nesta região o que se percebe é uma intensa relação do homem com o espaço, relações estas perpassadas por aspectos naturais e não naturais, simbólicas e econômicas. A singularidade das diferentes partes da superfície terrestre do Brasil são aqui utilizadas na investigação das formações sociais, políticas, econômicas e culturais das diferentes sociedades que se desenvolveram ao longo dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX. A transformação do espaço e a rápida urbanização a partir da mineração, isto é, a construção de ambientes artificiais, criou um mundo novo, uma nova sociedade, criou novos valores, novas identidades em decorrência do surto mineratório. As vilas coloniais podem ser pensadas a partir de tal ótica, pois

A durabilidade histórica de uma forma construída repousa em muito na quantidade de valor que lhe é agregada, no trabalho despendido em sua construção. Esses processos cumulativos e gradativos de acumulação *in situ* estão na base da fixação das populações nestas porções do globo que concentram formas/valor. (MORAES, 2002, p.53-54).

Através da valorização do espaço se pode ter uma melhor compreensão da dinâmica imperial portuguesa. Pensar nas relações entre Brasil e África, ou entre a África e o oriente, este e o Brasil e todas essas com Portugal, como Luis Felipe de Alencastro, Charles Boxer e

Russel-Wood fizeram⁸: é isso que fizemos aqui para analisar o caso da territorialidade no mundo luso brasileiro, que pode ser compreendido como uma particularidade no contexto do império ultramarino português. Analisando brevemente alguns aspectos da formação, da expansão e do desenvolvimento da sociedade brasileira, mas focando o século XVIII, partimos da questão da territorialidade como fator que impulsiona identidades múltiplas que por sua vez possibilitaram o enraizamento de valores através da relação dos colonos com o espaço, ou território, colonial.

Chegamos agora ao conjunto de ideias que formam as hipóteses que nortearam o desenvolvimento desta monografia. Antonio Carlos Robert Moraes chamou a atenção para a centralidade da geografia na particularidade histórica da formação da sociedade brasileira (MORAES, 2002). O autor se refere à conquista espacial e à expansão territorial, uma relação entre sociedade e espaço que foge à perspectiva convencional do espaço.⁹ Assim, muitas vezes a construção do território se dá de maneira teleológica quando ela é levada a cabo por um agente específico. “Logo, a construção dos territórios envolvendo representações, discursos, consciências e articulações práticas.” (MORAES, 2002, p.59). Um dos atores mais poderosos na construção de territórios é o Estado. “Um ator que ao emergir na cena histórica tende a monopolizar as ações básicas do processo de formação territorial.” (MORAES, 2002, p.59). Isso pode ser observado ao longo do processo de colonização do Brasil, desde o que aqui chamamos de um período caracterizado pela pré-territorialidade, compreendendo de meados do século XVI até o final do século XVII, passando pelo século XVIII, o século da territorialidade e da centralização do poder monárquico e desembocando no século XIX em que essa territorialidade será cara à metrópole por proporcionar um processo sincrônico e diacrônico de formação de identidades coletivas e individuais que levarão à ruptura com o reino. Por isso, o aspecto teleológico, ao nosso ver, acaba por se restringir apenas ao campo da intencionalidade do agente principal, isto é, o Estado, uma vez que uma série de atores interferem em tal processo, alterando o objetivo inicial e o resultado ou finalidade esperada. Isso será observado no mundo luso brasileiro e o resultado será aquele que a coroa mais temia, ou seja, a perda da soberania, do domínio e da posse sobre a América, a “vaca leiteira” de Portugal. A sua mais rica e próspera colônia rompe os laços que a uniam à Lisboa, num

⁸ ALENCASTRO, Luis Felipe de. *O trato dos viventes*. Formação do Brasil no Atlântico sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; BOXER, Charles. *O império marítimo português (1415-1825)*. Trad. Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002; RUSSEL-WOOD, A. J. R. “Fluxo e refluxo humano” In: *Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*. DIFEL, 1992.

⁹ Para uma melhor compreensão do assunto ver: MASSEY, Doreen. *Pelo espaço*. Uma nova política da espacialidade. Trad. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

processo iniciado na primeira década do século XIX. Entretanto, o novo Estado que emerge no Brasil – que não era tão novo assim – continuará a promover a integração territorial para definir as suas fronteiras. “O território, nesse sentido, expressa combates e antagonismos entre interesses e projetos sociais.” (MORAES, 2002, p.59). Em suma, a nossa hipótese central é a de que no século XVIII a coroa tenta se impor através da territorialidade, mas esta acaba proporcionando o surgimento e o enraizamento de identidades que vão romper o controle metropolitano em relação ao Brasil. Daí a dupla ambiguidade da territorialidade: por um lado, a sua ausência no início da aventura em alto mar permitiu aos lusos se expandirem pelos quatro cantos do mundo, mas essa mesma ausência de territorialidade, dois séculos depois, foi fatal para a perda de regiões no oriente. Por outro lado, a territorialidade observada no Brasil a partir do século XVIII tinha como objetivo primordial garantir a soberania portuguesa sob suas possessões americanas, mas acabou fragmentando-a ao desenvolver o território, criando as condições para que a sua soberania fosse questionada, ao ponto da antiga colônia se libertar do jugo metropolitano.

Para tentar comprovar nossas hipóteses, privilegiamos aqui a problemática da região¹⁰ e suas relações com o espaço e práticas sociais, econômicas, políticas e simbólicas. Trabalharemos, então, com uma perspectiva que remete às especificidades e singularidades, porque “... conforme se despe a análise de pressupostos unicasuais, maior se apresenta a multiplicidade do real e, em conseqüência, o número de mediações existentes no mundo.” (MORAES, 2002, p.50). Como dissemos, a partir desses pressupostos metodológicos, pretendemos não estabelecer grandes modelos teóricos e explicativos, mas fazer alguns apontamentos através de uma reflexão superficial que possa contribuir e trazer novas perspectivas no que se refere à relação estreita entre território e identidade na formação do mundo luso-brasileiro em vários níveis da vida social: desde a base escravista até o topo das elites, representada na figura dos altos funcionários régios.

¹⁰ Para Alexandre Mendes Cunha a região é uma produção cultural do espaço vivido, como espaço da liberdade e da criatividade. Este autor concebe a região como um espaço das relações sociais. Nos paradigmas da história geográfica que dão sustentação a ideia de região estão presentes vários aspectos correlacionados que ajudam a definir a região: paradigma da região natural, pautado em dados biogeográficos e fisiográficos, isto é, elementos naturais determinando, conformando e limitando a ação humana (também conhecido como paradigma do determinismo natural); outro paradigma é o do possibilismo geográfico que, embora não abandone a ideia principal, avança no que diz respeito ao conceito de região ao trata-la como uma interação/adaptação do homem, da ação humana com a região natural, abrindo espaço para a possibilidade de recriar e adaptar dentro de condicionantes do mundo natural. Fruto desta concepção é o conceito de gênero de vida que tem no homem que humaniza e transforma a natureza o precursor de uma região geográfica. Já o paradigma cultural pensa a região como espaço vivido, isto é, o espaço da totalidade das relações políticas, econômicas e sociais e das relações de poderes que conformam o espaço, as identidades. A região é o resultado dessas relações de poder que acontecem no espaço vivido. Ver: CUNHA, Alexandre Mendes et al. História econômica e regionalização: contribuição a um desafio teórico-metodológico. Estudos econômicos, São Paulo, v. 38, n. 3, p. 493-524, jul.set. - 2008.

Assim, com o primeiro capítulo, intitulado *Considerações gerais sobre o império português: expansão, auge, derrocada e sobrevivência – séculos XV a XVIII*, procuramos fazer uma contextualização geral do império português de modo a delimitar o nosso objeto de análise (a territorialidade e a identidade por ela proporcionada) dentro da lógica da dinâmica imperial portuguesa. O segundo capítulo, *Pré-territorialidade no império e seus agentes – Brasil, África e Ásia*, introduz a noção do que aqui caracterizamos como pré-territorialidade, servindo, dessa forma, como uma ponte que faz a ligação entre o a dinâmica do império e a singularidade da América portuguesa naquele contexto. A territorialidade, por sua vez, é o tema do terceiro capítulo, *O início do fim: institucionalização e territorialidade na América portuguesa no século XVIII*, no qual abordaremos mais detalhadamente o processo de institucionalização, povoamento e expansão das fronteiras na América portuguesa durante o século XVIII, o que, a partir de então, efetivará a posse daquela colônia, o que tentaremos defender ao longo deste estudo como a territorialidade. Essa definição é importante para avançarmos na hipótese de que tal fenômeno (a territorialidade) foi o propulsor, ou impulsionador de variadas identidades. Outra questão que se coloca na reflexão desse capítulo é a governamentalidade, a partir da espacialização do poder num momento em que já se tem uma territorialidade em processo de consolidação (MORAES, 2002, p.65, 67). No Brasil isso começa a ocorrer na passagem do século XVIII para o século XIX, devido, em parte, à centralização promovida pelo Estado no decorrer do século XVIII. Essa centralização do poder do Estado não foi observada em nenhuma outra parte do império português a não ser no Brasil. Porém, como tentamos demonstrar no quarto e último capítulo, intitulado *Território e identidade no mundo luso-brasileiro* – e esse é o ponto central discutido neste estudo –, ambigualmente foi essa territorialidade, essa centralização que levou, em certa medida, ao rompimento dos laços políticos com Portugal. Os capítulos 3 e 4 são, então, os capítulos centrais deste ensaio monográfico que, como se disse, não tem a intenção e nem a prepotência de ser mais do que isso. Por fim a nossa conclusão é a de uma dupla ambiguidade da territorialidade: no império marítimo português, inicialmente a sua ausência garantiu o controle sobre as principais rotas comerciais ao longo dos séculos XV e XVI, mas a partir do século XVII será o fator fundamental da perda de possessões no oriente; na América portuguesa, inicialmente a territorialidade garantirá a posse efetiva do território, mas logo depois será um impulsionador de múltiplas identidades que, ao enraizar-se no Brasil, levará à ruptura política em relação a Portugal.

Capítulo 1. Considerações gerais sobre o império português: expansão, auge, derrocada e sobrevivência – séculos XV a XVIII ¹¹

¹¹ Algumas das discussões deste capítulo são baseadas na participação que tive como ouvinte no mini-curso “História dos descobrimentos e da expansão portuguesa na Ásia”, ministrado pelos Professores Doutores Luis Frederico Dias Antunes e Vítor Luís Gaspar Rodrigues, do Instituto de Ciências Tropicais da Universidade Nova de Lisboa, realizado no Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, de 13 a 17 de abril de 2009.

A fixação nestas ilhas desabitadas [Madeira, Açores e Cabo Verde] iniciou os portugueses na prática da colonização ultramarina. E os colonos foram literalmente pioneiros em um novo mundo. E eles estavam naturalmente conscientes disso, como demonstra o fato de o primeiro menino e a primeira menina nascidos na Madeira terem sido apropriadamente batizados de Adão e Eva. (BOXER, 2002, p.43)

A historiografia tem adotado como marco inicial da exploração portuguesa em alto mar o ano de 1415, data da conquista de Ceuta, no norte da África. A partir de tal evento, os portugueses expandiram a sua influência por várias regiões de quatro dos cinco continentes existentes no globo terrestre durante quase quatro séculos. Como se sabe, Portugal é o mais antigo governo político unificado da Europa. O marco da unificação precoce devido ao estado de paz interna e externa é o ano de 1243. Já em 1411 foi estabelecido um tratado de paz com Castela, pondo fim ao conflito que vinha se arrastando desde 1385. Isso permitiu aos portugueses se dedicarem a outras atividades que não a guerra. Uma convergência de fatores e circunstâncias abriu caminho para que os portugueses fossem bem sucedidos como pioneiros na aventura de atravessar oceanos em busca de riquezas e de poder, em busca do desconhecido, em busca da expansão do Cristianismo. Fatores que iam além da ausência de conflitos internos, como a cruzada contra os infiéis muçulmanos, o desejo pelas especiarias, pelo ouro da Guiné. O avanço tecnológico da navegação também foi um dos motores que permitiram os lusitanos se expandirem pelo mundo através do ultramar (BOXER, 2002, p.34). Ao contrário de Castela, que por muito tempo focou suas atenções na conquista de Granada, os portugueses se voltaram para a conquista de áreas por onde existiam rotas comerciais que renderiam grandes riquezas à fazenda real. Não à toa Ceuta foi o marco inicial da expansão portuguesa, uma vez que o objetivo maior era a primazia no Marrocos. Note-se que Portugal tinha uma produção deficitária de cereais e que, embora houvesse outros pontos da costa da África ocidental onde havia cereais em mais abundância, Ceuta, além de produzir trigo e outras culturas devido à boa fertilidade do solo, era uma região estratégica e que estava sob controle muçulmano. (BOXER, 2002, p.35). Como se percebe, não obstante à motivação econômica, a religião também foi uma das justificativas para o avanço para Ceuta. Isso porque o conflito com os muçulmanos tinha o objetivo da conquista do território do Marrocos e com isso ter acesso ao ouro de Prestes João, que acreditava-se tratar-se de um enorme império cristão no centro da África. Logo, o caráter de cruzada pode ser associado a esta que é

considerada a grande primeira empreitada de conquista lusitana. Além dos fatores supramencionados, o desenvolvimento da tecnologia naval aliada aos avanços em outras áreas de conhecimentos fundamentais para a navegação, tais como a cartografia, a matemática e a astronomia, permitiu a navegação contra o vento, fazendo com que as rotas pudessem ser desviadas de correntes marítimas e de ventos que levavam as embarcações a desaparecer em alto-mar.

Com o estabelecimento dos limites de navegação com os castelhanos por D. João II, a costa africana torna-se um “domínio” português e passa a pertencer à sua zona de navegação. A partir de então inicia-se um processo sistemático de conquistas. Se tornando proprietária de um vasto império a partir da tomada de Ceuta, em 1415, a coroa portuguesa manteve o seu domínio legítimo¹² sobre vastas áreas litorâneas e também interioranas mantendo o monopólio do comércio e da navegação durante o longo período que abrange desde o século XV ao século XIX. Com a fundação da primeira grande fortaleza, a da costa da Mina – o que facilitou o acesso ao ouro daquela região –, houve a vitória da rota marítima com as caravelas em detrimento da rota terrestre. Mas isso não significou o completo abandono desta, como veremos adiante. A partir de então ocorre uma presença cada vez mais contínua dos portugueses nas costas dos continentes africano e asiático. Destarte, os descobrimentos foram avançando para a costa sul da África, indo, portanto, além da zona de Cabo Verde e entrando em contato com áreas de comércio de escravos. Inicialmente, o comércio era estabelecido (pacificamente ou à força) com as embarcações que navegavam pela costa ocidental da África e aos poucos, foi se estabelecendo uma cadeia de feitorias pela costa dos continentes na medida em que conquistavam novas regiões. Na maioria das vezes, o contato com os diferentes povos da costa africana ocidental se dava pacificamente, uma vez que os chefes locais eram “parceiros” comerciais dos portugueses, sobretudo na venda de escravos. Na medida em que os lucros começam a aumentar, com a chegada de ouro, marfim e demais produtos africanos, os comerciantes, mercadores e nobres começaram a se envolver nas jornadas marítimas em direção ao sul, mediante autorização real (BOXER, 2002, p.41). Por outro lado, monções partiam do sul da África para o oriente, mais precisamente para o sul da Índia, e com a conquista de Malaca, no extremo oriente, em 1511, os portugueses conseguiram um ponto estratégico através do qual se articulava todo o comércio, pois era zona de passagem de quase todos os navios.

¹² Tal legitimidade foi conferida pelas bulas papais que garantiam o domínio da coroa portuguesa (e, pouco depois, aos espanhóis) sobre vastas áreas do globo terrestre. Em contrapartida, os portugueses deveriam levar a diante a tarefa de expansão da fé católica, conquistando e convertendo os infiéis ao Cristianismo. Ver: BOXER, 2002, p.37, 39.

Ao chegar ao oriente os portugueses se depararam com Estados já organizados e bem estruturados – diferentemente da América onde as sociedades indígenas não eram organizadas em torno de Estados –, o que, juntamente com os poucos recursos demográficos da metrópole, impediu que os lusitanos promovessem a territorialidade e a burocracia administrativa, não ocupando efetivamente vastas áreas no interior daqueles territórios. Por isso também preferiram se dedicar ao comércio costeiro. De fato, a presença portuguesa em vastas regiões costeiras na África, no oriente e, em menor escala, na América, até o século XVII, foi garantida através da implantação de feitorias, ou entrepostos comerciais fortificados. Também devido a esta situação, diferentemente dos outros lugares, os portugueses não encontraram no Brasil uma concorrência de poderes locais, mas sim de outras potências durante o avanço da corrida colonial (Espanha, França, Inglaterra e Holanda), mas nos outros lugares, devido aos interesses políticos, comerciais e religiosos locais, bem como da existência de entrepostos já constituídos, os portugueses foram obrigados a negociar com as autoridades locais, chegando, em alguns casos, a se retirar devido a falta de acordo, em outros se utilizando de alianças que fomentavam as rivalidades locais e, em poucos mas não inexistentes casos, como nos casos de Goa (que se tornou o centro político e comercial português na Índia), Malaca (atualmente na região da Malásia) e Ormuz (no Golfo pérsico), a impor a sua presença pela força das armas. Uma vez estabelecidos, sua presença era consolidada com entrepostos comerciais fortificados (Russel-Wood, 1992, p.66-67). Assumindo as suas precárias condições de efetuar uma presença em larga escala territorial no interior das regiões, os portugueses se dedicaram ao controle das rotas comerciais marítimas, se aproveitando do fato ser uma grande potência marítima até então.

Através de negociações com as autoridades locais e a ocupação de pontos estratégicos no litoral lhes asseguraram direitos comerciais através dos quais eles controlaram boa parte da rotas comerciais, auferindo grandes lucros (Russel-Wood, 1992, p.39). As extensões das rotas variavam, sendo as maiores a carreira da Índia e a carreira do Brasil (Russel-Wood, 1992, p.48). Saindo de Lisboa, a navegação era feita pelas ilhas de Cabo Verde, nos Açores, pela costa brasileira (cujos principais portos eram os do Rio de Janeiro, de Salvador, de Pernambuco, Belém do Pará e São Luis do Maranhão), por toda a costa ocidental e oriental da África (cujos pontos estratégicos eram Ceuta, ilhas da Madeira, Luanda, Angola, Guiné, Benguela, Moçambique, entre outros) bem como da Índia (cuja região mais estratégica era, sem dúvida, Goa), passando pelo Golfo Pérsico (onde se localizava Ormuz), por Malaca (território que atualmente corresponde à Malásia), pela China (onde se localizava Macau), Ilhas Filipinas e Japão (Nagasaki). Tratava-se de uma série de redes em que as companhias

comerciais desenvolviam o comércio em todas essas áreas, sendo variadas as companhias de acordo com a região (havendo companhias comerciais no Brasil, África ocidental e oriental, Índia oriental), o seu tempo de duração bem como os tipos de produtos através delas comercializados. A variedade de cargas transportadas pelas embarcações que atravessavam o império português de norte a sul, de leste a oeste, ia desde gêneros alimentícios, como trigo (dos Açores e de Ceuta), frutas, bebidas, cereais, açúcar (provenientes da Ilha da Madeira, São Tomé e Brasil), carnes, além de animais exóticos, madeiras, sedas chinesas e demais tecidos orientais, peles, especiarias exóticas, mobiliário e diversas manufaturas como sapatos; escravos, minerais preciosos, armas e munições (RUSSEL-WOOD, p. 194-195). Havia também caravanas de pequenos barcos que traziam carregamentos de portos menores para serem transportados para portos maiores, como o de Lisboa, bem como um comércio costeiro de cabotagem relativos ao abastecimento e trocas comerciais entre regiões costeiras (Russel-Wood, 1992, p.64-65).

Como se disse, o que garantiu aos portugueses o controle sobre o comércio e a navegação nas zonas costeiras de seu vasto império marítimo foi o fato de ser a maior potência naval da época e não territorial, devido ao limitadíssimo contingente demográfico para batalhas em terra, no interior dos territórios, o que seria um verdadeiro massacre e colocaria em xeque a sobrevivência do próprio reino. Dos grandes impérios que existiam – o Persa, o Mughal e o Turco –, nenhum era uma grande potência naval, mas eram grandes potências militares terrestres. Por isso não tiveram como resistir às investidas marítimas dos portugueses. O que se percebe é um aspecto positivo da não territorialidade, uma vez que se os confrontos fossem em terra Portugal não teria recursos humanos e técnicos o suficiente para se sair bem e prosseguir com a sua expansão. Sua supremacia naval foi, portanto, o que lhes garantiu quebrar o monopólio muçulmano das rotas comerciais do Índico, controlando as principais rotas do comércio e da navegação no oriente. Como afirma Boxer

... no período em que entraram nos mares da Ásia, os impérios do Egito, da Pérsia e de Vijayanagar não possuíam navios armados no Índico... Nem mesmo os ricos entrepostos de Ormuz e Malaca, cuja prosperidade dependia inteiramente do comércio marítimo, possuíam navios de guerra oceânicos. (...) A frota mercante árabe, guzerate e a controlada por outros muçulmanos, que dominava o comércio do Oceano Índico, compreendia tanto grandes navios oceânicos como pequenas embarcações costeiras; mas mesmo os navios maiores eram desprovidos de artilharia e não se utilizava ferro na construção dos cascos. Eram, portanto, mais frágeis em relação às carracas e aos

galeões portugueses com os quais tinham que se defrontar. (BOXER, 2002, p.59).

Outro fator que contribuiu bastante para a imposição da presença portuguesa no oriente é que “... os países asiáticos contra os quais as ações portuguesas se dirigiam estavam muitas vezes devastados por rivalidades internas ou perturbados por inimizades externas, o que os impedia de se unirem efetivamente contra os portugueses...” (BOXER, 2002, p.65).

A grande dispersão do império, isto é, uma cadeia de entrepostos comerciais estratégicos, feitorias e fortificações espalhadas pelos três continentes, ou seja, América, África e Ásia, por sua vez, garantiu o domínio efetivo apenas nessas zonas litorâneas (salvo raríssimas exceções), pois, como já dito, a metrópole não dispunha de um contingente populacional. Nesse sentido, a ocupação de pontos costeiros e a dispersão foram a característica do mundo de expressão portuguesa (BOXER, 2002, p.67), e não a territorialidade, a ocupação e institucionalização e o exercício da soberania em vastas áreas interioranas. Os principais fortes ficavam em regiões estratégicas, que eram os de Goa, Ormuz e Malaca, controlando as principais rotas de especiarias no Índico. Ademais, os portugueses assentaram-se, sem fortificações, em certas regiões em que os governantes asiáticos lhes permitiram, como já haviam feito com outros povos (BOXER, 2002, p.62).

Entretanto, a partir de meados do século XVII, a hegemonia portuguesa em alto mar entra num processo irreversível de derrocada com as consecutivas perdas territoriais no que se refere às áreas estratégicas e aos entrepostos comerciais. No período em questão, com a concorrência internacional, inicia-se uma crise que se aprofunda cada vez mais, tendo em vista que, entre os produtos exportados pelos portugueses, o açúcar brasileiro ocupava a frente. No entanto, com a concorrência das Índias Ocidentais inglesas e francesas e, mais tarde, holandesas, o déficit foi inevitável, fazendo com que a já deficitária balança comercial portuguesa ampliasse o seu quadro de declínio (BOXER, 2002, p.163). Na sua luta pela independência em relação à Espanha, no final do século XVII, os holandeses se voltaram contra Portugal que, naquele contexto, estava sob o jugo da coroa espanhola, na pessoa de Felipe II, em decorrência da União Ibérica. A união das duas coroas se tornou possível devido à morte precoce de D. Sebastião no Marrocos em 1578. Houve um intenso debate no interior da corte, fomentado por D. João III ainda na década de 1550, sobre o abandono ou não das praças estabelecidas no Marrocos, devido às dificuldades de manutenção das mesmas. Decidiu-se pelo abandono, mas manteve-se uma praça no sul até meados do século XVIII,

quando pombal determinou o esvaziamento da mesma. Com a morte de D. João III, D. Sebastião, ainda muito novo decide-se pela reconquista do Marrocos cruzando a África com seu exército, que foi derrotado. Com a morte do monarca em batalha, grande parte da fidalguia ficou cativa. Após esse episódio, as atenções portuguesas voltam-se para o oriente (Malaca) e também para o Brasil. Porém, o seu sucessor, o Cardeal D. Henrique, veio a falecer em 1580 sem deixar herdeiros. Com isso, Felipe II, filho de uma princesa portuguesa, assume o trono e se torna senhor dos dois reinos (BOXER, 2002, p.121). Embora os reinos estivessem unidos, a administração dos dois impérios manteve-se separada (BOXER, 2002, p.122). Nesse período, a Holanda já era uma potência marítima superior aos portugueses. As colônias portuguesas eram costeiras, enquanto as espanholas o eram em menor escala, uma vez que os vice-reinos espanhóis na América, como o do México e o do Peru, situavam-se nas regiões interioranas. Como se vê, a ausência de territorialidade e o baixo grau de institucionalização fez com que as possessões portuguesas fossem mais vulneráveis, e não à toa os ataques se concentraram nelas. As possessões portuguesas sofreram intensas investidas holandesas, em todas as partes do império colonial português, na África, na Ásia e no Brasil, onde o golpe mais crucial foi os engenhos de açúcar de Pernambuco, no nordeste. Um fator que agravou ainda mais a situação portuguesa foi o fato de que, após a restauração do trono com a dinastia de Bragança, a Espanha, que antes era aliada, se tornou mais um inimigo. Após a restauração, em 1640, Ceuta continuou sob domínio espanhol. O efeito das investidas holandesas foi devastador, pois culminou na perda de várias colônias, sobretudo na Ásia (do Golfo pérsico ao Japão), onde a sistemática rede comercial portuguesa foi devastada e os portugueses expulsos de várias regiões nas quais antes tinham o monopólio, exceto Macau e algumas ilhas da indonésia (BOXER, 2002, p.124). Para Boxer, essa derrota pode ser explicada pelo fato de os holandeses serem uma potência marítima que havia superado os portugueses, por terem mais homens à sua disposição (diferentemente dos portugueses) e de terem mais recursos econômicos (BOXER, 2002, p.127). Acrescentaríamos um quarto motivo, ou um complemento ao terceiro motivo de Boxer, que é a ausência da territorialidade, no sentido em que a atribuímos em nosso trabalho, isto é, povoamento, ocupação e institucionalização de vastas áreas no interior de suas possessões ultramarina. Na África ocidental, de acordo com Boxer, houve um empate, pois os portugueses perderam a maior parte do comércio do ouro na Costa do Ouro, dominada pelos holandeses, mas foram vitoriosos, com a ajuda de tropas luso-brasileiras do Rio de Janeiro, em Angola, Benguela e São Tomé e Príncipe e, no Brasil, a vitória ficou com os portugueses que conseguiram, novamente com o auxílio de tropas luso-brasileiras, compostas de mestiços, expulsar os

holandeses em 1654 (BOXER, 2002, p.124, 126). A vitória sobre os holandeses também pode ser explicada, em certa medida, devido ao fato de no Brasil e na África Ocidental Portugal dispor de mais recursos demográficos e da maior parte das batalhas terem sido travadas em terra, e não nas águas como aconteceu no oriente. Aqui, novamente pode-se dizer que a territorialidade foi crucial para a vitória lusitana no ocidente, ou seja, no Atlântico Sul.

Até o século XVII, o Brasil ainda ocupava um segundo plano em relação à Índia. Porém, por diversas circunstâncias, algumas das quais destacamos acima, na virada para o século XVIII os olhos da coroa se voltam para o Brasil, invertendo aquela situação. Após a restauração da dinastia de Bragança em 1640, que decretou o fim da União Ibérica, o que se observa é uma presença cada vez menor dos portugueses no Estado da Índia e no oriente como um todo:

O factor mais drástico foi a chegada dos holandeses ao Oceano Índico, à Indonésia e ao mar da China, no século XVII, o que contribuiu para a redução significativa da presença portuguesa no Oriente, acompanhada do aumento paralelo das fortunas dos portugueses fixados no Atlântico Sul e, em particular, no Brasil. (RUSSEL-WOOD, p. 199).

As despesas eram cada vez maiores para arcar com gastos cada vez mais onerosos. Em 1649 os holandeses estabeleceram feitorias no porto da região norte de Goa. Por sua vez, na costa ocidental da Índia, devido às vicissitudes políticas as fortalezas do norte foram fugindo ao controle português. A década de 1650 foi a mais traumática. As notícias das perdas no oriente eram cada vez mais frequentes, contribuindo para que o clima ficasse mais tenso. Com as derrotas, foram perdidos vários entrepostos e praças na Índia oriental (Coromandel), muitas delas para os holandeses. Por sua vez, apoiados pelos holandeses, muitos reinos orientais combateram e acabaram vencendo os portugueses. Isso indica uma inversão dos aspectos da falta de territorialidade e de institucionalização: se inicialmente positivos, mais tarde tal ausência se mostrou fatal para a derrocada do domínio português naquelas regiões. A ausência da territorialidade assume, então, um aspecto negativo. Isso fica mais evidente ainda quando se observa o movimento da Carreira da Índia entre 1660 e 1759. O comércio com a costa oriental africana estava nas mãos dos indus de regiões interioranas (domínio territorial). O conflito com as forças dos Mughal durante a primeira década do século XVIII e com a expansão marata fez com que essas duas potências passassem a ser vizinhas de Goa, prejudicando, destarte, as rotas comerciais de Goa com o Golfo Pérsico. Os portugueses

nunca criaram um porto na Índia e nunca ocuparam efetivamente o território. Preocupavam-se apenas com Goa, a capital do Estado. Restava aos portugueses, no final do século XVII, três possibilidades com o avanço da corrida colonial, que antes se dava apenas com a Espanha: o oriente em declínio, África e Brasil. Portugal optou por concentrar as suas preocupações nas relações entre a África e o Brasil, uma vez que no oriente as perdas eram irreparáveis. Esse passa a ser então o foco da colonização portuguesa. Luís Felipe de Alencastro já chamava a atenção para a questão da desterritorialização do Brasil colonial, atentando para a necessidade de se pensar o Brasil em suas relações com a África, pois a colonização do Brasil passa muito pela África, não acontecendo apenas no território brasileiro, afinal, como pensar no mundo colonial brasileiro sem levar em consideração o enorme contingente populacional de proveniência africana?

Quando, enfim, o sonho dourado português se realiza com a descoberta de ricos veios auríferos no sertão do Brasil, na última década da centúria, a situação da balança comercial portuguesa se inverte. Esse renascimento da economia portuguesa alertou a coroa a não cometer os erros pelos quais ela havia perdido importantes regiões na Ásia e, em menor escala, na África. Após mais de dois séculos de lutas contra inimigos internos e externos na amplitude do império, das perdas na África e no Oriente, bem como a luta mundial com os holandeses por mais de meio século, a América portuguesa ainda não estava devidamente protegida, sendo ainda bastante vulnerável às investidas de potências estrangeiras e concorrentes, haja vista as invasões, inglesas, francesas e principalmente holandesas ao longo dos séculos XVI e XVII. Agora era preciso tomar uma atitude. Era preciso realmente povoar e institucionalizar o interior do território, para que o sonho dourado não se tornasse mais um pesadelo. Decidida a assegurar o seu domínio sobre a América, a Coroa promoveu, durante o século XVIII a ocupação e a institucionalização de vastas áreas no interior do Brasil. Nos setecentos, a maioria dos produtos que chegavam à metrópole, através do porto de Lisboa, eram de proveniência da colônia americana, entre alimentos (farinha, mel, cacau, açúcar, café, feijão), bebidas (como a aguardente), peles de diversos animais, minerais preciosos (ouro e diamantes), raízes medicinais, madeiras (jacarandá, pau-brasil). (RUSSEL-WOOD, p. 200). A maioria desses produtos era exportada para as mais diversas partes da Europa e do mundo, como pagamento pelas importações lusitanas. Nesse sentido, Lisboa era menos o destino final para os diversos produtos, que um ponto de passagem ou um centro de distribuição dos mesmos para o mundo (RUSSEL-WOOD, p. 200-201). Contudo, embora houvesse esforços da coroa no sentido de assegurar o monopólio real no que se refere ao comércio, boa parte daquelas mercadorias não passavam por Lisboa, nem mesmo pela Europa. Isso foi um fator

decorrente das iniciativas privadas legais ou ilegais, isto é, de portugueses que agiam por conta própria, das práticas de pirataria e do contrabando (RUSSEL-WOOD, p. 208-209). Havia contrabando principalmente do ouro, que ia para Portugal ou para a Inglaterra (através de navios ingleses ancorados próximos à costa), sem a declaração de embarque, sem o pagamento do quinto real. Deteremos-nos a esse assunto mais adiante. Por enquanto, basta lembrar que

“O Brasil era um parceiro activo no comércio que não envolvia a metrópole. Na viagem de regresso, os navios vindos do Oriente paravam com frequência no Rio de Janeiro e em Salvador, onde deixavam quantidades consideráveis de panos indianos, sedas chinesas e porcelanas, objectos de laca e especiarias, em troca de tabaco, ouro e diamantes de contrabando, bem como de mercadorias adquiridas legalmente como o açúcar, o tabaco, curtumes e madeira.” (RUSSEL-WOOD, p. 213, 215).

Ademais, pelo Atlântico se dava ainda o lucrativo tráfico de escravos diretamente entre África e Brasil.

Portanto, as motivações para a expansão marítima portuguesa pelo mundo, como mencionado, eram as privações de caráter econômico, como a carência de determinados cereais, a busca pelas especiarias e pelo ouro africano, e a primazia sobre as rotas marítimas de comércio. A essas motivações, acrescentam-se as questões de caráter religioso, como a expansão da fé católica, e aos aspectos políticos, pois D. Manuel era um monarca cristão cujas concepções de caráter messiânico fizeram com que ele tivesse um projeto imperial para o reino português. Tal projeto foi levado a cabo com a intensificação da presença portuguesa no Marrocos e com a continuidade da expansão promovida pelos seus sucessores. Seu objetivo central era a promoção de uma Guerra Santa de modo a enfraquecer as forças muçulmanas ao fazer frente ao Islão e se tornar o grande imperador cristão do ocidente. Em sua longa jornada pelos principais mares do mundo “... os portugueses se confrontaram com uma grande diversidade de regimes políticos e de práticas comerciais, bem como todas as principais religiões...” (A. J. R. Russel-Wood, 1992, p.22), o que permitiu aos lusitanos acumularem conhecimentos estratégicos sobre a situação interna de diversos povos e que, mais adiante, foi vital para consolidar a sua presença nas diversas partes do mundo, se adaptando às características ou à situação que se impunha em cada região que chegavam. Por outro lado, a

superioridade militar naval fez com que os portugueses dominassem o mar alto. As forças muçulmanas perceberam que não tinham outra alternativa a não ser manter as suas rotas sempre próximo à costa, de modo a evitar confrontos com as frotas navais portuguesas. Nessa altura, a não territorialidade foi importante para os portugueses, enquanto que a territorialidade foi o que permitiu aos muçulmanos manter as suas rotas. Em outras palavras, como a população de Portugal era demasiado pequena, o que garantiu o sucesso lusitano por tanto tempo foi sem dúvida o conjunto de informações reunidas, o que possibilitou a intervenção militar quando necessária, a capacidade de adaptação à situação de cada localidade, onde sempre havia uma estrutura, uma dinâmica anterior, às quais os portugueses se adaptaram. A expansão no Marrocos, por exemplo, teve duas vertentes: uma militarista, com a tomada de cidades, construção (ou reforma) de fortalezas e construção de praças portuguesas em tal Estado. Porém, com o decorrer dos séculos, o fato de ser um Império sem territorialidade, uma vez que as conquistas restringiam-se a pontos isolados na costa, ambigualmente levou à ruína o projeto imperial – que na passagem do século XVIII para o século XIX, já em outro contexto, será reformulado tendo em vista a construção de um Império Luso-brasileiro. Nenhuma das fortalezas portuguesas tinha a intenção de dominar o território, mas sim assegurar o comércio marítimo. “A força dos portugueses tornou-se no seu calcanhar de Aquiles. As fortalezas e fortes costeiros eram eminentemente vulneráveis à eventualidade de serem tomados, um por um. Os portugueses puderam apenas em alguns casos reunir a tempo o número de soldados, os mantimentos ou o suporte logístico imediato necessários.” (Russel-Wood, 1992, p.41)

Capítulo 2. Pré-territorialidade no império e seus agentes – Brasil, África e Ásia

A presença portuguesa no ultramar não se resumia, necessariamente, à ocupação costeira. Havia iniciativas de adentramento para o interior, embora o grosso de sua presença realmente esteve concentrada nas áreas litorâneas. Contudo, não se trata de uma ocupação efetiva do interior, pois, como já se disse, na África e no oriente os portugueses se depararam

com sociedades já estabelecidas e organizadas em torno de um Estado. Todavia, isso não impediu que iniciativas de adentramento fossem tomadas pela coroa, pelos membros da Igreja ou mesmo por particulares. Essa foi uma característica marcante também na América portuguesa durante o século XVI e, sobretudo, durante o século XVII. Nos ateremos brevemente agora a alguns aspectos que, ao nosso entendimento, chamaremos de uma pré territorialização. Dessa forma, neste capítulo pretendemos introduzir a nossa ideia central que é a relação de compatibilidade entre territorialidade e identidade, sobre o que nos deteremos mais enfaticamente nos capítulos 3 e 4. Como explica Boxer, foi devido a essa relação estreita que os portugueses conseguiram conservar parte do seu império, embora a supremacia holandesa se desse em muitos aspectos. Ao recuperar relatos contemporâneos, o autor afirma que os portugueses conseguiram, como colonizadores, fixar raízes mais profundas, pois os portugueses afixados no ultramar criavam laços com o lugar, com o território, considerando-o o seu país, pois aí muitos queriam se fixar e não pretendiam voltar a Portugal (BOXER, 2002, p.132).

2.1. Comércio, mercadorias e penetração territorial – rotas terrestres, marítimas e fluviais

O fato de os portugueses terem sido os primeiros da Europa a se lançar ao mar e constituírem-se numa imbatível potência marítima por mais de um século, não significa que também não se aventuraram, em menor escala, por terra.¹³ Na África o contato com o interior se dava através daqueles portugueses que assimilavam completamente os costumes locais e atuavam como intermediários no comércio de escravos, ouro e marfim. Nesse percurso, ilhas como Madeira (1419), Açores (1439) e Cabo Verde (1456) foram descobertas e colonizadas (BOXER, 2002, p.42). Assim como na África, no Brasil e no oriente o contato com as populações nativas foram de fundamental importância, pois elas auxiliaram os portugueses como guias naqueles territórios, até então desconhecidos, fornecendo informações estratégicas sobre os mesmos, alimentos, madeiras e outros gêneros indispensáveis à sobrevivência. Isso era necessário porque se o grosso das rotas comerciais se dava em águas marinhas, a produção

¹³ Muitos portugueses descontentes com a vida costeira se aventuravam no interior dos territórios no ultramar. “A grande maioria dos indivíduos dedicava-se ao comércio, alguns tinham família, outros descobriam minerais, outros eram soldados, mas todos, sob a designação de *sertanejos*, penetraram no interior do sudeste africano. Não só na África, mas também na Pérsia, na Índia e na Ásia, os portugueses viajaram intensamente por terra, tendo chegado a entrar no Tibete e no Nepal. (...) Mais tarde, os *bandeirantes*, ou pioneiros de São Paulo, estenderam a presença portuguesa ao vice-reinado espanhol do Peru e ao planalto onde estão hoje a Bolívia e a Colômbia.” (Russel-Wood, 1992, p.27).

das mercadorias se dava nas zonas interioranas e levadas para a costa para serem vendidas. O contato com o interior se dava, então, por duas vias: pelas rotas fluviais e pelas rotas terrestres. Através dos rios que desembocavam no oceano, seja na África, na Ásia ou no Brasil, os portugueses estenderam a sua presença e a sua influência política, comercial e cultural para o interior dos territórios colonizados, embora o seu adentramento estivesse sempre à mercê das populações locais. Nesse ponto, foram de fundamental importância as alianças e negociações com os chefes ou representantes daquelas comunidades. Tais redes fluviais foram um importante elo de ligação com o interior e que, através delas, estavam inseridas com as redes comerciais costeiras e que também tiveram uma influência política (Russel-Wood, 1992, p.83). Seja na China, na Índia, nas várias regiões da África e do Brasil, as mercadorias que não eram produzidas no litoral, mas sim nas regiões interioranas que ficavam, as vezes, a centenas de quilômetros das regiões costeiras, eram transportadas para o litoral numa revezamento entre rotas terrestres e fluviais para serem comercializadas no mundo através das rotas oceânicas. No caso da conquista de Angola, o rio Cuanza, na região central do continente e que era utilizado nas relações comerciais, teria tido fundamental importância, contribuindo para a conquista daquele país (Russel-Wood, 1992, p.85-86). Através da navegação dos rios os lusos mantiveram um estreito contato com as regiões interioranas de suas colônias costeiras da África oriental, embora a fixação efetiva, isto é, a institucionalização e o povoamento, não tenha sido possível, devido a vários fatores, como o já destacado limitados recursos demográficos da metrópole. No caso da África, talvez Angola seja uma exceção, pois lá, bem como no Brasil, os portugueses possuíam vastas áreas territoriais interioranas. (Russel-Wood, 1992, p.76). Tanto na África como no oriente, registros iconográficos “... fornecem uma fascinante etnografia de povos e costumes, do Cabo da Boa Esperança à China.” (Russel-Wood, 1992, p.76) Isso demonstra que havia viajantes artistas e cientistas que andaram pelo interior de várias regiões pelas rotas terrestres existentes ao longo das possessões portuguesas durante o século XVI, XVII e XVIII. Esses viajantes relatavam a presença de caravanas de bois que chegavam a 12000 cabeças e de outros animais como búfalos e mulas que transportavam mercadorias, que também eram levadas por escravos nas zonas urbanas. Nas zonas desérticas recorria-se a camelos e a burros de carga. Assim como acontecia com os sertanistas nas entradas dos sertões na América portuguesa, esses viajantes corriam constantemente o risco de perder a vida: ataques de animais (como, por exemplo, de cobras peçonhentas e de crocodilos nas travessias dos rios) e de insetos nocivos, ataques de populações locais quando não havia o consentimento de seus chefes, armadilhas “naturais” como precipícios nas trilhas e caminhos (Russel-Wood, 1992, p.78-79).

Contudo, “Foi na América que os portugueses encontraram e usaram a mais extensa e melhor rede comunicante de sistemas fluviais.” (Russel-Wood, 1992, p.87). Isso permitiu um contato com o interior de norte a sul daquela que sem dúvida era a mais vasta possessão colonial portuguesa. No século XVI, mas principalmente no XVII a rota pelo rio Amazonas era a preferida pelos portugueses que vinham em busca das riquezas minerais da América do sul (Idem, p.152). Não à toa, essa era uma área de disputa entre Portugal e Espanha. Nesse sentido, o adentramento para o interior foi maior que em todas as outras regiões do Império. Sem perder de vista a grande quantidade de rios com boas condições de navegabilidade no imenso império, pode-se dizer que isso se explica, em parte, pelo fato já mencionado, pela ausência de sociedades organizadas em torno de um Estado e do fato de que as diversas populações indígenas não eram homogêneas e, muitas vezes não compartilhavam de uma relação amistosa. As rivalidades entre as tribos foi explorada pelos portugueses que, entrando em alianças com tais populações, acabavam por fomentar as rivalidades entre elas. Também o contato com os vírus e bactérias do velho mundo foram fatais e, ao lado da violência e do poder bélico português, dizimaram imensas populações indígenas.

No Brasil, pode-se dizer que não havia, até meados do século XVII, uma grande preocupação com a ocupação do interior, se restringindo quase que à ocupação do litoral (devido à cultura de cana-de-açúcar). A criação de gado, o apressamento de índios para o trabalho escravo e a procura pelo “El dourado” através das entradas nos sertões em terras brasileiras, contribuíram significativamente para o início da territorialização do interior da América portuguesa. Foi através do transporte terrestre e fluvial que os missionários portugueses e outros colonos como os sertanistas adentravam para o interior do Brasil. Os primeiros para salvar aquelas almas inocentes e os segundos, para utilizá-los como mão-de-obra escrava (Russel-Wood, 1992, p.89). Mas inicialmente, essas rotas pelo deserto com a presença de missionários e sertanistas adentrando os territórios, não se constituiu numa ocupação efetiva e em larga escala de vastas regiões no interior dos territórios. Mas desempenharam um importante papel no que se refere à pré-territorialidade na América portuguesa, e o seu desfecho será a descoberta de minerais preciosos na passagem do século XVII para o século XVIII¹⁴, que culminará na efetivação da posse do território através da institucionalização e do povoamento do mesmo.

¹⁴ Além de Minas Gerais, Gerais “... os sistemas fluviais desempenharam um papel decisivo no desenvolvimento econômico e na colonização de Goiás e Mato Grosso”, pois a acessibilidade do ouro daquela região “... só podia ser alcançada eficazmente através dos rios comunicantes e trechos terrestres do Tietê até ao Cuiabá.” (Russel-Wood, 1992, p.89).

2.2. Movimentação de pessoas

2.2.1. Paulistas e demais sertanistas

As iniciativas portuguesas, terrestres, fluviais e marítimas, deram origem a expedições individuais e ao aparecimento de exploradores privados que, por volta de meados do século XVII haviam percorrido os principais sistemas fluviais do Brasil e penetrado para o Norte mais afastado, para o Sul mais remoto e uma parte considerável das fronteiras ocidentais do Brasil. Nestes esforços, houve um grupo que se destacou: trata-se dos famosos ou infamados *bandeirantes*, ligados à cidade de São Paulo, tanto no conceito popular como na historiografia, mas originários também da Baía e de Pernambuco. Na sua maioria eram de ascendência mista portuguesa e índia. (RUSSELL-WOOD, 1992, p.155)

Inicialmente, antes da imposição do trabalho pela força, diversas tribos indígenas se aliaram aos portugueses numa cooperação mútua. Os nativos adquiriam produtos europeus em troca de favores e trabalhos para os portugueses. Também, através dessas alianças, procuravam aumentar a sua força bélica nas guerras contra as tribos rivais ou inimigas. Em contrapartida, ensinavam os caminhos pelo interior do território e forneciam alimentos para os portugueses. Mas o contato entre as duas culturas não se restringiu ao escambo, à escravidão e à cooperação mútua. Houve também a união de mulheres índias com homens brancos. A miscigenação entre ameríndios e portugueses foi intensa, devido, principalmente, à ausência de mulheres brancas no Brasil. Essa miscigenação foi mais intensa na região de São Paulo e da vila de São Vicente, e embora os filhos de tal união fossem os mamelucos, foram também denominados de paulistas –, o que não significa que ela não tenha ocorrido, em menor escala, em outras regiões da colônia americana. Essa população mestiça aumentou progressivamente. Fruto de um choque entre culturas de matrizes diversas, esses sujeitos não se consideravam nem ameríndios, nem portugueses. Tinham a noção do “eu” e do “outro”. Eram diferentes, independentes, a nobreza da terra.

As quatro características principais dos *bandeirantes* eram a mobilidade, a capacidade para viver da terra e a reputação como combatentes destemidos e exploradores infatigáveis. Essas características levaram os reis portugueses a coagi-los a participar em expedições de prospecção de riquezas minerais, a servir de batedores, a caçar escravos fugitivos e a participar em ataques às populações índias. (...) Os *bandeirantes* eram independentes e moviam-se de acordo com os seus próprios interesses, que nem sempre coincidiam com os da coroa. O lucro constituía uma forte motivação, quer fosse obtido através do tráfico de escravos índios, quer de metais e pedras preciosas. As suas expedições em busca de uns e de outros ou, de preferência, de ambos, chegavam muitas vezes a durar vários anos e levaram-nos em direcção ao norte, até ao Maranhão, ao sul, até ao rio da Prata e para oeste, até ao interior das cordilheiras dos Andes. (RUSSEL-WOOD, 1992, p.156)

Filhos do novo mundo (diferente do mundo anterior, o mundo indígena, e diferente também do mundo português), foram eles que mais adentraram e percorreram o interior da sua terra natural, apressando índios e, mais tarde, buscando riquezas minerais. Embora rejeitassem as suas raízes nativas, se valiam dos conhecimentos indígenas para sobreviver no sertão.¹⁵ Eram hábeis, conheciam o território e às suas condições se adaptavam.¹⁶ Aprisionavam índios e os forçava a trabalhar nas suas lavouras – instaladas em terras usurpadas dos indígenas após a sua destruição ou escravização – que abasteciam boa parte da América portuguesa. Além disso, os cativos ameríndios serviam de força militar, abriam caminhos e roças, construía casas e igrejas e transportavam mercadorias. Muitos sertanistas eram verdadeiros senhores de escravos indígenas. Essa situação se modifica a partir do século XVIII, quando o número das populações nativas já estava drasticamente reduzido.¹⁷ Os paulistas foram os primeiros povoadores das Minas. Por conta da mineração, adquiram terras, prestígio e poder e aos poucos a foram se tornando a primeira elite das Minas, abandonando o seu passado de sertanista, assim como já tinham feito com a cultura indígena.¹⁸ Falaremos mais detidamente sobre eles no quarto capítulo.



¹⁵ MONTEIRO, John Manuel. Sangue Nativo. In. Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano 3, n.34, julho de 2008, p.18.

¹⁶ Não se trata aqui, contudo, de reproduzir o modelo do “tipo ideal”, de matriz weberiana e já utilizado por Sérgio Buarque de Holanda.

¹⁷ MONTEIRO, John Manuel. Sangue Nativo. In. Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano 3, n.34, julho de 2008, p.20-21.

¹⁸ KOK, Glória. Descalços, violentos e famintos. In. Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano 3, n.34, julho de 2008, p.24.

2.2.2. A Igreja

Não se pode perder de vista que, pelo menos no Brasil, a igreja também teve um papel importante e anterior à implantação do aparato jurídico, pois, além das missões jesuíticas, as primeiras capelas foram anteriores às vilas e às Câmaras Municipais. Nas entradas dos sertões, sempre havia algum membro do clero como padres, capelões e vigários (vindos do bispado do Rio de Janeiro desde meados do século XVI), que, teoricamente, lá estavam para prestar auxílio espiritual às tropas sertanistas, pois aqueles homens eram, em grande parte, pessoas inescrupulosas e da pior qualidade que cometiam assassinios, escravizavam famílias indígenas, etc. Certamente, o medo de ir para o inferno era uma constante, e arriscar a morrer no sertão sem a Extrema Unção, associado a uma vida pecaminosa, seria como comprar o ingresso de entrada sem volta para as profundezas em chamas da terra.

Os missionários jesuítas desembarcaram em solo brasileiro em 1549 e foram uma forte resistência contra a escravidão indígena, pressionando a coroa para legislar sobre a questão. Foi quando em 1570 a “Lei de Liberdade dos Gentios” estabelecia que os ameríndios eram livres e que só poderiam ser escravizados, através da “Guerra Justa” aqueles mais hostis que oferecessem resistência armada, sendo considerados inimigos.¹⁹ Eles percorreram extensas áreas no interior do Brasil e fundando aldeamentos para melhor exercerem a sua tutela sobre os diversos povos e etnias indígenas.

Mas não foi apenas na América portuguesa que os membros da Igreja contribuíram para a entrada do interior, pois no longo processo de entradas para o interior das diferentes possessões portuguesas, sempre havia os representantes de Deus, em todas as partes do império. Os jesuítas, por exemplo, como nos mostra Russel-Wood, circulavam por todas as partes do longo império, como na Índia, na China e no Japão, entre outros (RUSSEWOOD, 1992, p.136). E continua o autor:

Digamos que houve indivíduos nascidos no ultramar, do Japão ao Brasil, que foram aceites como noviços e foram ordenados e viveram vidas produtivas como eclesiásticos na maioria dos casos, sem nunca terem visitado Portugal. Alguns demonstraram tanta mobilidade como seus pares nascidos na Europa. (RUSSEL-WOOD, 1992, p.143)

¹⁹ MONTEIRO, John Manuel. Sangue Nativo. In. Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano 3, n.34, julho de 2008, p.18.

Presentes em quase todas as embarcações que partiam de Portugal rumo às diversas regiões do ultramar, muitos desses membros da igreja terminaram por se desviarem dos motivos que os levaram a ir para o ultramar e se envolveram com atividades comerciais e também em concubinatos, tentados pelos prazeres da carne e pelas recompensas materiais, mais do que as espirituais. Exemplo dessa situação são os padres insistiam “... em obter, fosse como fosse, passagens não autorizadas para o Brasil, sem outro propósito que não fosse o envolvimento no contrabando de ouro e de diamantes. Alguns foram mesmo acusados de incitamento à revolta no sertão.” (RUSSEL-WOOD, 1992, 144)

Contudo, ainda que estivessem espalhados pelo império, sem dúvida, no Brasil a presença dos membros da Igreja foi maior e mais constante. No início do último quartel do século XVII, “... o bispado de Salvador foi elevado à categoria de sede arquiépiscopal em 1676; no fim do período colonial, havia oito bispados (Rio de Janeiro, São Paulo, Mariana, Pernambuco, Maranhão, Pará, Cuiabá e Goiás).” (RUSSEL-WOOD, 1992, p.134) Como nos informa Russel-Wood, os Jesuítas geralmente eram os precursores no adentramento do interior das diversas possessões portuguesas no Brasil, na África e na Ásia (RUSSEL-WOOD, 1992, p.137). O Padre português Antônio Vieira, por exemplo, em suas peregrinações, esteve em Salvador, Olinda, Maranhão, além de Portugal e outros países europeus.

2.2.3. O Estado

O fato de que na maior parte do século XVI, sobretudo na primeira metade da centúria, Portugal pouco voltava a sua atenção para a colônia americana é explicado, em certa medida, pela preocupação com o ouro africano da Guiné, o comércio com a Índia e a longa guerra com o Marrocos, enquanto no Brasil não havia até então quase nada de interessante, exceto o pau-brasil (madeira utilizada na fabricação de pigmentos para tingir tecidos), e a salvação da alma dos negros da terra (BOXER, 2002, p.98). Na medida em que a cana-de-açúcar se torna o principal produto de exportação da colônia americana. O ressentimento de que outras potências estrangeiras se fixassem nessas terras, fez com que D. João III promovesse a colonização oficial do Brasil, ainda na primeira metade do século XVI, a partir do sistema das capitâncias hereditárias. Como se sabe, a maioria destas não vingou devido à falta de recursos econômicos dos donatários e a falta de pessoas para povoar aquelas terras. Em ambos os

casos, o baixo peso demográfico da metrópole (agravado pela dispersão populacional nas partes do império) e a imensidão das terras doadas pela Coroa foram fatores determinantes para tal fracasso. Apenas duas prosperaram e se tornaram zonas de crescimento populacional e econômico: a capitania de Pernambuco, no nordeste, e a vila de São Vicente, mais ao sul (BOXER, 2002, p.100). É nesse período que se tem início o que chamamos aqui de pré-territorialidade, com o surgimento de alguns núcleos populacionais, como os supracitados, sendo apenas o segundo localizado mais para o interior, e um início de institucionalização do território, com a criação do Governo Geral, para administrar a colônia em nome da Coroa, e a vinda dos primeiros missionários da Companhia de Jesus para promover a civilização do gentio. A partir de então o que se observa é a crescente ocupação do litoral da América portuguesa (BOXER, 2002, p.101). Assim, começam as tímidas migrações para aqueles que esperavam encontrar na América uma condição melhor do que aquela vivida no reino. O Brasil era visto como a terra da oportunidade, de uma busca por riqueza que por sua vez pudesse proporcionar uma nova identidade, isto é, tornar-se nobre, adquirir fortuna e prestígio social. Os que para cá vinham, por compartilhar de tal forma de pensamento, achariam pouco honroso exercer trabalhos manuais, sobretudo aqueles de menor condição social e econômica que partiam para a América em busca de uma nova vida. A maioria desses emigrantes tinham como objetivo enriquecer e voltar para o reino em melhores condições que aquelas do momento em que de lá saíram. Contudo, os laços estabelecidos no território – e com o território – acabaram por levá-los a um desfecho diferente. A maioria se casava, constituía família, “... contraindo laços com o país e com o povo que não poderiam romper facilmente.” (BOXER, 2002, p.105)

A Coroa também se utilizou do que Russel-Wood chama de “quadros superiores da Administração Pública” que também esteve em movimento entre os continentes e no interior dos mesmos, isto é, de magistrados e outros altos funcionários da coroa que viajavam intensamente pelo vasto império tratando de assuntos oficiais ou de interesse da Coroa e que depois eram nomeados para postos (ou cargos) em regiões estratégicas do império devido à experiência acumulada naquelas localidades, sabendo dos seus problemas e especificidades (Russel-Wood, 1992, p.101).²⁰ Porém, esses homens, ao serem nomeados para cargos

²⁰ D. Pedro de Almeida Portugal, o Conde de Assumar, e D. Lourenço de Almeida são exemplos de funcionários como esses. Durante o século XVIII, o primeiro foi governador da capitania de São Paulo e Minas Gerais (1717-1721) e vice-rei da Índia (1744-1750); o segundo esteve na Índia prestando serviços para a Coroa e foi governador de Minas Gerais e de Pernambuco demográficos (Russel-Wood, 1992, p.106). Daí também a questão não meramente econômica da interdependência entre Portugal, Brasil e as colônias africanas. Ver: BICALHO, Maria Fernanda. e FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Modos de governar*. Ideias e práticas políticas no Império português. 2ª ed. São Paulo: Alameda, 2005; ALENCASTRO, Luis Felipe de. *O trato dos viventes*. Formação do Brasil no Atlântico Sul (séculos XV a XVII). São Paulo: Companhia das Letras, 2000; A. J. R. Russel-Wood.

importantes, e também devido à sua experiência nos assuntos de interesse da Coroa, adquiriam nobreza, poder e riqueza e acabaram por tornar-se, em alguns casos, como na região das minas de minerais preciosos no Brasil, fonte de problemas e de enfraquecimento da soberania do Estado português na região. A identificação com o território, com o poder de mando, com a riqueza e com o status social é, como tentaremos argumentar mais adiante, um dos principais fatores de instabilidade da soberania estatal. Isso demonstra como indivíduos ganhavam proeminência viajando pelo império a serviço da coroa, mas que se envolveram muito com os seus interesses particulares. E isso não apenas no Brasil. Em outras partes do império, funcionários do Estado e membros da igreja envolveram-se no negócio de especiarias e de sedas, além de no exercício de suas atividades burocráticas, não foram poucos aqueles que ignoravam a esfera do público e do privado. Um bom exemplo desta situação é o caso de Dom Lourenço de Almeida, que esteve na Índia no final do século XVII a serviço da coroa, e que foi governador de Pernambuco e de Minas Gerais a partir da segunda década do século XVIII. Nesta última localidade, auferiu grandes lucros, sobretudo “... à especulação bem sucedida das jazidas de diamantes recém descobertas, cuja existência revelou à coroa tardia e casualmente.” (RUSSEL-WOOD, 1992, p.151) Em quase todas as frotas que partiam para o Brasil e para a Índia havia a presença de mercadores, comerciantes e especuladores financeiros que se fixavam no ultramar e se envolviam no contrabando e com outras atividades ilícitas, quando não envolvidos em outros crimes como a pilhagem (RUSSEL-WOOD, 1992, p.146).

2.2.4. Informações demográficas

Os navios que partiam rumo à Índia e ao Brasil, mas também nas viagens de retorno, transportavam também uma tripulação que variava de 100 a mais de 1000 homens entre escravos, soldados para as guarnições militares no oriente, mercadores, membros da igreja, funcionários do Estado, criados e, em menor escala, mulheres e crianças. A maioria certamente era composta de escravos africanos (Russel-Wood, 1992, p.93). Esse “fluxo e

“Fluxo e refluxo humano” In: *Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*. DIFEL, 1992, p.131-134.

refluxo humano”²¹ era caracterizado pelo deslocamento populacional de da metrópole em direção a muitas áreas das possessões do império no ocidente e no oriente. No oriente e também na África, embora a presença portuguesa não se limitasse apenas às áreas costeiras, o adentrado para o interior dos territórios não levou a uma fixação em larga escala de vastas áreas territoriais institucionalizadas pelos lusos – e por isso caracterizamos este fenômeno como uma pré-territorialidade (mas que não se efetivou como na América portuguesa) – e, portanto, não houve uma territorialidade como a que estamos tentando definir no presente trabalho.

Entre o final do século XVI até à época da restauração (1640), a população portuguesa girava em torno de 2 000 000 de almas. Por volta de 1590, a população portuguesa no Estado da Índia não ultrapassava 14 000 almas (Russel-Wood, 1992, p.95). Esses escassos recursos demográficos naquela região obviamente não forneciam possibilidades para uma territorialização efetiva. Com a exceção de algumas regiões como a ilha da Madeira (talvez Angola e Moçambique também), cuja população chegara em torno de 50 000 almas por volta de 1676, na África, até o século XVIII, havia uma fraca presença demográfica lusa. O mesmo se pode dizer em relação à Índia e a outras regiões sob controle português no oriente (Russel-Wood, 1992, p.96-97). No Brasil, em meados do último quartel do século XVI a população branca contava cerca de 25 000 pessoas. A migração e a reprodução natural possibilitada pela migração cada vez maior de homens e, em certa medida, de mulheres brancas, resultou no aumento dessa população durante os séculos XVI e XVII, chegando em meados deste último século a cerca de 50 000 brancos/portugueses (Russel-Wood, 1992, p.97). Isso sem mencionar a miscigenação entre homens brancos e mulheres índias e, em menor escala, pelo menos até o século XVII, entre brancos e africanos e entre estes e o gentio. Esses dados revelam que, de todas as partes do Império, a América era sem dúvida a que contava com o maior contingente demográfico antes do século XVIII. Isso sem levarmos em considerações as populações mestiças, que vão se acentuar a partir do século XVIII. Note-se ainda que não estamos levando em consideração as populações indígenas que, embora não fossem de proveniência portuguesa, diferentemente de outras populações nativas das várias partes do Império, no final das contas, pelo menos aos olhos da coroa, eram súbditos e estavam sob o jugo do monarca português através dos missionários jesuítas.

A presença de escravos africanos se concentrou, até o século XVII, nas regiões açucareiras do nordeste, principalmente Bahia e Pernambuco. Embora sejam dados

²¹ Expressão cunhada por A.J.Russel-Wood e que intitula o capítulo do livro dedicado a demonstrar a grande mobilidade humana por todo o império.

questionáveis, pois não são baseados em recenseamentos e não levam em conta nem a população mestiça entre as três raças e nem os indígenas que não foram “domesticados”, para o final do século XVI, calcula-se que existiam cerca de 14 000 africanos nestas regiões; já a população branca estaria em torno das 25 000 almas e os ameríndios domesticados somariam cerca de 18 000, num total populacional de cerca de 57 000 almas (BOXER, 2002, p.117-118).

Não obstante esse povoamento e a rápida expansão da indústria açucareira, o Brasil continuou a ocupar uma posição periférica no contexto imperial até meados do século XVII, devido em parte à concorrência Holandesa nas Antilhas. Essa situação só vai se inverter na segunda metade do século, quando a demanda crescente na Europa pelo açúcar e o consequente aumento da demanda em torno da mão-de-obra escrava para tocar a lavoura intensifica o tráfico de almas na África ocidental. Somando-se a isto as consecutivas derrotas no oriente, esses fatores fizeram com que os lusitanos voltassem a sua atenção para o Atlântico sul, principalmente para o Brasil. Nesse período o açúcar do Brasil passa a ser o principal produto de exportação do império (BOXER, 2002, p.118-119).

É, portanto, essa movimentação pelo interior das diversas partes do mundo português (RUSSEL-WOOD, 1992, 134), mas sem um grau maior de institucionalização, de povoamento e de ocupação efetiva de vastas áreas territoriais no interior, que configura o que chamamos aqui de pré-territorialidade, pois na maioria das regiões ao longo da costa dos continentes, os portugueses “... não exerciam nenhuma jurisdição efetiva ... fora das muralhas de suas feitorias ...” (BOXER, 2002, p.47). Nesse processo, coube destaque aos sertanistas (no caso do Brasil) e aos membros da Igreja (no império de uma forma geral) na sua missão de expansão da fé católica para os quatro cantos do mundo, desde Mato Grosso até o Japão. O fenômeno da territorialidade só vai se manifestar para valer a partir do século XVIII na América portuguesa, quando o Império português assistirá uma rápida ocupação e institucionalização efetiva do território a partir da descoberta dos minerais preciosos no sertão. Mas esse fenômeno será, ambigualmente, a salvação e a perda do Império, como tentaremos demonstrar mais adiante.

Capítulo 3. O início do fim: institucionalização e territorialidade na América portuguesa no século XVIII

Como mencionamos anteriormente, até meados do século XVII a Índia era o centro do Império português devido às diversas atividades e rotas comerciais daquela região. O Estado da Índia era, nesse sentido, uma grande potência comercial, pois as mercadorias que por ali passavam (como especiarias, marfim, escravos, têxteis, tabaco, ópio, dentre outros) eram taxadas na alfândega e conferiam altos lucros. Entretanto, com o avanço da corrida colonial e as consideráveis perdas para a Holanda, os portugueses voltaram a sua atenção para a América.

3.1. A territorialidade na América portuguesa

Não é nosso objetivo estabelecer um conceito de territorialidade, mas faz-se necessário dizer, em poucas palavras, o que aqui queremos caracterizar com o termo. Entendemos como territorialidade a fixação de pessoas a terra, isto é, uma ocupação efetiva de vastas extensões territoriais nas regiões interioranas de determinada região ou país (no nosso caso nos referimos mais especificamente ao império português). Essa ocupação é seguida concomitantemente por uma progressiva e efetiva institucionalização do território. Por sua vez, a manifestação desse fenômeno, que aqui entendemos como territorialidade, é entendido como um fator que impulsiona para a formação de múltiplas identidades – identidades individuais ou particulares; coletivas, fruto ou não de uma mobilização ideológica; identidades locais, regionais, identidade portuguesa; identidade imperial – criando o enraizamento de valores no território a partir da relação do homem colonial com o espaço colonial.

A própria noção de Estado, no mundo moderno, é perpassada pela ideia de territorialidade, pois o exercício do poder do Estado se dá dentro dos limites de determinadas extensões territoriais delimitadas por fronteiras dentro das quais o Estado exerce a sua jurisdição e procura garantir a sua soberania. “A construção política dessa jurisdição pressupõe um domínio territorial efetivo sobre uma porção da superfície terrestre, a qual se qualifica como base física desse poder, expresso num aparato estatal.” (MORAES, 2002, p.61). Essa passagem vem reforçar a nossa ideia de que na Ásia e na África (principalmente na parte oriental), ao contrário da América, não havia uma territorialidade efetivamente estabelecida, pois na maioria das vezes tratava-se de pontos estratégicos ao longo do litoral dedicados ao comércio marítimo, e, embora houvesse uma penetração para o interior daquelas

regiões, ali não foi estabelecido estruturas de poder mais dinâmicas com aquelas que serão estabelecidas nas Minas Gerais durante o século XVIII. Não à toa, os portugueses perderam muitas de suas posses no oriente, pois lá não havia uma institucionalização sistemática, não havia povoamento sistemático. Isso fez com que os portugueses fossem derrotados tanto em mar, quando não eram mais a maior potência naval do mundo, e em terra, por não terem as mínimas condições de se defenderem de todas as investidas internas e externas nas diferentes regiões do seu vasto império colonial. Nesse sentido, pode-se dizer que apenas o mundo luso-brasileiro, a partir dos setecentos e durante todo ele, começa a demonstrar uma unidade não absoluta, mas com certo grau de integração que conforma os territórios e como consequência da interação das relações entre Estado, sociedade e espaço. Esse processo se dá, como já mencionado, numa dimensão diacrônica, mas também sincrônica, pois são processos sociais, políticos, econômicos e culturais que se desenrolam no decorrer do tempo num mesmo âmbito espacial (MORAES, 2002, p.64). Nesse sentido, o surgimento e o desenvolvimento da (s) sociedade (s) colonial (is) brasileira, sobretudo a partir dos setecentos, pode ser visto então sob dois níveis de abordagem de um mesmo processo: a valorização do espaço e a formação territorial. Níveis esses perpassados por movimentos singulares no que se refere a conjunturas que se desenrolam, de vontades e posicionamentos individuais, em termos sincrônicos e diacrônicos (MORAES, 2002, p.60).

3.1.1. A questão das fronteiras

O conceito de fronteira

nasce associado à ideia de território – o espaço que um grupo humano torna seu, mediante o desenvolvimento de uma cultura, quer dizer, de um sistema de relações com o meio natural – ao dotá-lo de um limite, de um termo específico no qual simbólica e geometricamente começa o mundo dos outros. (GIRALDO, 1999, p.68).

A questão da fronteira foi uma constante entre as metrópoles ibéricas desde o início da aventura em alto mar a partir do século XV. A tensão se tornou mais presente no século XVIII e exigiu diversos acordos bilaterais entre os dois países. A situação delicada se devia ao fato de que ambos os lados contendentes utilizaram da força bélica para afirmar as suas posses em regiões estratégicas (em relação às minas de prata espanholas e as de ouro portuguesas) da

América, se valendo do argumento de que o que valia era a ocupação efetiva do território, em detrimento das questões jurídicas e diplomáticas. Essa guerra de fronteiras foi acompanhada por um esforço expansivo em território americano, onde a aliança com os indígenas foi fundamental. Em 1750 foi firmado o que mais tarde seria conhecido como Tratado de Madrid, assegurando a região do Amazonas sob influência portuguesa e a região do rio da Prata sob influência espanhola (GIRALDO, 1999, p.69). Um acordo entre portugueses e espanhóis aboliu este tratado poucos anos depois, fazendo com que a situação ficasse cada vez mais delicada, até que em 1777, um novo tratado (Tratado de Santo Idelfonso) estabeleceu para a Espanha a região da colônia de Santo Sacramento, da ilha de São Gabriel e das sete povoações, e para Portugal a região de Rio Grande de São Pedro e Jacuí (GIRALDO, 1999, p.72). Essa preocupação com as suas fronteiras fez com que as potências ibéricas promovessem, em meados do século XVIII, novos conhecimentos sobre as suas colônias na América através do estudo das fronteiras. Dessa forma, surgiram materiais de conhecimentos cartográficos, geográficos, botânicos e histórico. Enfim, conhecimentos científicos (GIRALDO, 1999, p.75). Como se disse, houve, durante todo o século XVIII, um movimento de expansão das fronteiras e demarcação de limites das possessões americanas entre os ibéricos. Notadamente esse investimento na produção de conhecimentos é resultado desse processo. Esses estudos tinham como objetivo primordial o conhecimento do território brasileiro de modo a delimitar-lhe as fronteiras entre os seus domínios. Como se sabe, o século XVIII foi o século dourado português. Além do ouro das Minas Gerais, os paulistas haviam encontrado, no final da segunda década do século XVIII, esse mineral nas regiões de Goiás, Mato Grosso e Cuiabá, esta última muito próxima do Rio Paraguai, onde jesuítas espanhóis haviam fundado um novo aldeamento poucos anos antes (ALMEIDA, 1999, p.81). A preocupação era claramente com a expansão espanhola no interior da América. Ainda no final da década de 1720, D. João V. enviara padres matemáticos ao Brasil para fazerem mapas com uma descrição detalhada da colônia, principalmente da região das minas de minerais preciosos. Os matemáticos andaram por Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Cuiabá, Rio da Prata, Rio Grande de São Pedro, Colônia do Sacramento e outras regiões da costa brasileira entre 1729 e 1738 (ALMEIDA, 1999, p.84).

No fundo, tratava-se de um programa para um vasto inquérito sobre as vias de comunicação no espaço brasileiro, fossem elas os caminhos, os rios ou ainda as rotas marítimas ... sobre os recursos económicos deste espaço (as madeiras, os pastos, o gado, a pesca, os metais

preciosos); e, finalmente, as populações indígenas. (ALMEIDA, 1999, p.82).

Como se percebe, o que estava em jogo era conhecer bem o território para intervir fiscalmente e administrá-lo, uma vez que os portugueses também estavam num processo inicial de expansão para o oeste do Brasil. Os mapas feitos pelos jesuítas matemáticos foram amplamente utilizados na preparação daquele tratado assinado entre as duas coroas em 1750 (ALMEIDA, 1999, p.92).

Outra área de muita tensão entre portugueses e Espanhois durante o século XVIII foi o Estado do Grão-Pará e Maranhão. Fundado em 1751, essa região corresponde atualmente a todo o norte brasileiro e ao estado do Piauí, no nordeste. O foco da tensão era o mesmo: a definição de limites numa região estratégica e que dava acesso, pela bacia hidrográfica do Amazonas, às regiões de mineração no sul da América, tanto portuguesa quanto espanhola. Além disso, algumas potências estrangeiras ameaçavam estender os seus domínios até aquela região, como a França, por exemplo (RODRIGUES, 1999, p.96). Um fator agravante para os lusitanos era o fato de aquela ser uma zona muito rica de recursos naturais, mas onde a soberania lusitana era pouca, sendo um obstáculo à expansão da colonização. Isso se deve ao fato de que naquela vasta extensão territorial havia uma população muito escassa, onde a maioria era composta por ameríndios que “... não falava a língua de seu Rei e o desconhecia, não cria no mesmo Deus e o ignorava...” (RODRIGUES, 1999, p.100). Coube a Francisco Xavier de Mendonça Furtado (irmão do futuro Marquês de Pombal), e governador daquele Estado a difícil tarefa de delimitar as fronteiras e fazer valer a vontade do Rei. E ele o fez, de certo modo, através de uma série de medidas. O Estado do Grão-Pará e Maranhão foi dividido em dois governos com sedes administrativas separadas; através da punição e da demonstração de poderes, conseguiu, em certa medida, disciplinar régulos e indígenas que desobedeciam em tom de desafio ao poder régio; reestruturou o corpo militar da região, fortificou Belém do Pará e Macapá, que eram dois pontos estratégicos daquela região; organizou expedições de demarcação do território, utilizando dos sertanistas para isso, devido ao seu amplo conhecimento e vínculo com o mesmo (RODRIGUES, 1999, p.104); os aldeamentos dos missionários jesuítas foram convertidos em vilas e povoações civis e foram abolidos o poder temporal dos missionários (RODRIGUES, 1999, p.106); a mão-de-obra africana aos poucos chegava a região enquanto se promovia a proteção contra a escravidão dos índios aculturados, havendo também o estímulo de casamentos mistos entre portugueses e mulheres índias (isso

também pode ser visto como uma forma de pacificação social); foram estabelecidas escolas para civilizar as crianças ameríndias com normas morais e religiosas, além de ensinar-lhes a língua portuguesa (RODRIGUES, 1999, p.107). Enfim, foi enfrentando os rebeldes, fundando povoações, delimitando e administrando o território que Mendonça Furtado conseguiu promover os desígnios da coroa e garantir a posse da região (RODRIGUES, 1999, p.108). Foi nessa época que Portugal e Espanha assinaram o Tratado de Madri, estabelecendo os limites das duas potências na floresta. Aos poucos essas regiões fronteiriças, que eram de grande valor estratégico, foram sendo povoadas e institucionalizadas. Dessa forma,

Expedicionários, índios em processo de aculturação, mestiços, mulatos e brancos configuraram na segunda metade do Século das Luzes a fronteira selvática do futuro; como consequência, a floresta passou a ser a reserva da nação (...) um mundo bárbaro onde a civilização poderia conseguir frutos extraordinários... (GIRALDO, 1999, p.76).

3.2. As migrações

O monarca D. João V promoveu, durante o seu reinado, uma política de migração incentivando o estabelecimento de colonos das ilhas atlânticas para o Brasil. Um edital foi distribuído, em 1746, pela Ilha da Madeira e pelos Açores, prometendo benefícios, como o custeio da viagem, para aqueles que se oferecessem para migrar para a América. (Russel-Wood, 1992, p.98-99). Desse edital resultou que cerca de 6000 almas migrassem para a região sul da colônia (Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Contudo, certamente a migração clandestina, de Portugal e outras partes do Império (e também fora dele, vide a presença do italiano Padre Antonil, anos antes) para as terras da América portuguesa, principalmente na primeira metade do século XVIII, superavam em muito esse número, que pode até mesmo ser considerado irrisório, pois na primeira metade da centúria, só Minas Gerais tinha em torno de 300 000 almas, cerca de 20% do total de toda a América portuguesa. Os sucessores de D. João V continuaram a promover a política de migração das ilhas atlânticas para o Brasil, mesmo após o auge minerador. Após a migração da própria corte portuguesa, em decorrência das invasões napoleônicas no início do século XIX, muitas famílias migraram para diversas regiões do Brasil, como as capitanias do sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Porto Seguro. (Russel-Wood, 1992, p.99).

3.3. Institucionalização e territorialidade: a singularidade das Minas Gerais

As primeiras notícias sobre os descobrimentos de minerais preciosos se associaram às bandeiras paulistas, sobretudo à expedição de Fernão Dias Pais.²² Entretanto, é necessário ter em mente a descontinuidade entre a descoberta dos minerais preciosos e a sua manifestação.²³ Como mencionamos anteriormente, não é viável se pensar as atividades dos bandeirantes como etapas como apressamento de índios e depois a busca por minerais preciosos, uma vez que desde o início da colonização essas atividades se davam ao mesmo tempo em várias regiões da colônia. Até mesmo por isso os sertanistas já tinham experiências acumuladas nas minas de São Paulo, Curitiba e Paranaguá.

A sociedade mineira começou a se constituir a partir da migração de indivíduos de diversas procedências e camadas sociais que foram se estabelecendo em torno dos rios, sendo móvel e instável em função das jazidas de aluvião. Os movimentos demográficos do início da ocupação do território das minas continuam durante todo o século XVIII, havendo um reordenamento interno de acordo com as reservas minerais, isto é, de acordo com o esgotamento das jazidas e da descoberta de outras. Dessa forma, houve um movimento intenso de dispersão.

Na medida em que a população vai se estabelecendo em arraiais que se formavam em torno de capelas próximas aos rios, a sociedade se fixa e a partir de então haverá um grande desenvolvimento urbano em torno das áreas de mineração.²⁴ A partir de então o que se observa é uma rápida institucionalização da região. Em 1709, em função do conflito conhecido no meio historiográfico como a “Guerra dos Emboabas” é criada a capitania de São Paulo e Minas do Ouro (que até então fazia parte da imensa capitania do Rio de Janeiro) que teve como primeiro governador Antônio de Albuquerque (sobre o qual falaremos brevemente no próximo capítulo). O objetivo da nova capitania era o de facilitar a administração e institucionalizar o território. Através de um jogo de negociação a coroa utiliza-se de “técnicas” de cooptação das elites locais, formadas pelos descobridores, passando para elas o poder através de cargos importantes dentro das Câmaras Municipais. Aos poucos, o território

²² Ver: ANDRADE, Francisco Eduardo de. *A invenção as Minas Gerais: empresas, descobrimentos e entradas nos sertões do ouro da América portuguesa*. Belo Horizonte: Autêntica Editora: Editora PUC Minas, 2008.

²³ O arraial que deu origem à cidade de Matias Cardoso, no norte de Minas Gerais, por exemplo, é datado de meados da década de 1670, enquanto a descoberta oficial se deu em meados da década de 1690.

²⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Metais e pedras preciosas”. In: *História geral da civilização brasileira*. 5ª ed., São Paulo: DIFEL, t.1, v.2, p.259-210.

vai sendo institucionalizado com um aumentando da presença da coroa na região. O Estado cria os magistrados no reino e envia-os para a colônia, ocupando-os com os cargos mais importantes, enfraquecendo, destarte, os poderosos locais. A capitania é dividida em Comarcas administradas pelos Ouvidores, que chegam em 1712. A partir de então o que se observa é um surto urbanizatório nunca visto antes em nenhuma outra parte do imenso Império português. A década de 1710 assistiu à criação de diversas vilas a partir do desenvolvimento de diversos arraiais e do estabelecimento de limites entre as comarcas. Era nas vilas que acontecia o comércio e era também nelas que se criou uma estrutura judicial para canalizar a resolução dos conflitos, embora os ajustamentos pessoais continuassem existindo em larga escala.²⁵ Em 1720 foi criada a capitania de Minas Gerais em função da Revolta de Vila Rica. Na mesma década foi criada a Provedoria da Real Fazenda para centralizar as questões fazendárias. Em 1730 é criado o cargo de Juiz de fora em Mariana (na época Leal Vila de Nossa Senhora do Carmo) que acumulou também a função de Juiz de órfãos, tendo a incumbência de cuidar da administração dos bens de órfãos, protegendo-os da cobiça dos seus familiares.²⁶ A provedoria de Defuntos e Ausentes, Capelas e Resíduos, por sua vez, cuidava das questões referentes aos bens deixados por pessoas falecidas e/ou da herança de indivíduos que estivessem ausentes da Comarca por um motivo qualquer, bem como dos interesses das irmandades que erigiam capelas nas paróquias ou freguesias. Já em 1751, com a transferência da capital de Salvador para o centro-sul (promovida pelo futuro Marquês de Pombal), tem-se a criação da Relação do Rio de Janeiro, a partir dessa data a última instância de apelação jurídica na colônia. Essa necessidade da especialização das funções indica, por sua vez, um crescimento demográfico na colônia.

A expansão administrativa sempre aconteceu em função da expansão tributária e vice-versa, pois uma dependia da outra.²⁷ Se impor e fazer com que a tributação se expandisse, assim como abafar os motins e contestações era uma questão de soberania para a coroa. O

²⁵ Ver: AGUIAR, Marcos Magalhães de. *Negras Minas: uma história da diáspora africana no Brasil colonial*. São Paulo: USP, 1999. Tese de Doutorado; SILVEIRA, Marco Antônio. *O universo do indistinto*, SP: Hucitec, 1997.

²⁶ Havia, na sociedade mineira, uma precariedade (ou rusticidade) material decorrente da ausência de indústria de produção de massa, típicas de regiões coloniais. Soma-se a isso o fato de ser uma sociedade em processo de formação, situação que faz com que o Estado interfira na transmissão de bens para que ela ocorresse de forma certa e organizada.

²⁷ Não à toa a maioria das revoltas e contestações estavam relacionadas à tributação. Ver: ANASTASIA. Carla Maria Junho. “Um mundo às avessas em um tempo europeu?”, “Tradição e regresso: os motins das primeiras décadas do século XVIII”. In: *Vassalos rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/Arte, 1998, p. 9-27, 31-43; FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. Furores sertanejos na América portuguesa: rebelião e cultura política no sertão do rio São Francisco, Minas Gerais (1736). In: *OCEANOS*. “A formação territorial do Brasil”. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Número 40, outubro/dezembro de 1999, p.128-144.

quinto real não era o único tributo. Havia também os direitos de entrada que recaíam sobre todas as mercadorias e atividades comerciais e eram arrematados por terceiros. Outro imposto era o direito de passagem, cobrado na travessia dos rios e recaía sobre as pessoas (onerando indiretamente as atividades comerciais). Havia o dízimo, que recaía sobre as propriedades fundiárias, o subsídio literário²⁸, recaindo sobre a produção de aguardente e sobre o gado, o subsídio voluntário que poderia ser vários tipos de impostos, sendo o mais conhecido aquele que se pagava para a reconstrução de Lisboa, após o grande terremoto de 1755. Além desses, havia ainda tributos camarários, ou seja, cobrados pelas Câmaras, como aforamentos²⁹, rendas de pesos e medidas³⁰, rendas da cadeia³¹, os donativos e terças partes³², dentre outros. A tributação foi uma das várias formas de canalização e/ou transferência de riqueza para a metrópole. O que se percebe é uma evolução do sistema tributário, que vai se impor de uma maneira muito intensa, contribuindo diretamente para um grande quadro de distúrbios e revoltas.³³ O período de 1700 a 1725 pode ser compreendido como uma fase primária de organização da tributação em que a arrecadação era, de certa forma, incerta.³⁴ Isso porque não havia ainda mecanismos suficientes para uma arrecadação efetiva, fazendo com que a coroa lançasse mão de estratégias de negociação com as Câmaras Municipais através das juntas –

²⁸ Esse imposto servia para sustentação da expansão das estruturas educacionais em Portugal, uma vez que os Jesuítas foram expulsos do Reino na administração pombalina, o que decorreu na criação de escolas régias.

²⁹ Imposto anual sobre um terreno ou propriedade residencial.

³⁰ De incumbência do Almotacel, que fiscalizava os pesos e medidas de forma a evitar que os consumidores fossem lesados pela ambição e trapaça dos comerciantes.

³¹ O preso tinha que se auto-custear. No caso de escravos os custos da carceragem seriam cobrados dos seus senhores.

³² Valores pagos por determinados oficiais por exercerem as suas funções, como, por exemplo, o escrivão que pagava pela sua nomeação como escrivão e também a terça parte de seus rendimentos.

³³ Não à toa a maioria das revoltas e contestações estavam relacionadas à tributação. Ver: ANASTASIA, Carla Maria Junho. “Um mundo às avessas em um tempo europeu?”, “Tradição e regresso: os motins das primeiras décadas do século XVIII”. In: *Vassalos rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/Arte, 1998, p. 9-27, 31-43; FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. Furores sertanejos na América portuguesa: rebelião e cultura política no sertão do rio São Francisco, Minas Gerais (1736). In: *OCEANOS*. “A formação territorial do Brasil”. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses. Número 40, outubro/dezembro de 1999, p.128-144.

³⁴ As formas de tributação foram modificando ao longo do tempo. Em 1710 é implantado o sistema de bateias que cobrava uma determinada quantia sobre o minerador ou sobre os seus escravos. Em 1714 houve uma primeira cota exigida pela coroa no valor de 30 arrobas anuais. Essa cobrança seria de responsabilidade das Câmaras e cada região arcaria com uma parte dessa cota. Esse valor é diminuído para 25 arrobas em 1718, compensando a Coroa com os registros de entrada. Inicialmente de responsabilidades Câmaras Municipais, esse imposto seria incluído mais tarde no quinto real. Em 1722 aumenta-se a cota para 37 arrobas anuais e em 1725 tem-se a instalação das casas de fundição, que trouxeram problemas como a adulteração, surgindo fábricas de moedas falsas, o que leva à criação, em 1735, do sistema de capitação, uma cobrança semestral que recaía sobre os escravos. No caso de forros ou libertos, estes pagavam a taxa sobre si mesmos. Um dos problemas da capitação foi a ocultação de escravos por parte dos senhores, numa tentativa de burlar o fisco. A capitação fez com que a arrecadação da Coroa chegasse a 100 arrobas anuais. Outro imposto foi o censo das indústrias, através do qual os comerciantes pagavam o tributo de acordo com o seu tamanho. Em 1750 tem-se o retorno das casas de fundição, pois a coroa não acreditava na decadência das jazidas minerais e acreditava que a dificuldade de receber o quinto provinha do contrabando. Institui-se então a cota anual de 100 arrobas e a derrama, para arrecadar forçadamente o que faltasse.

assembleias convocadas pelo governador reunindo representantes das Câmaras Municipais para discutir as questões tributárias. Em 1725 tem-se a criação das primeiras casas de fundição. O período de 1725 a 1750 assiste à estruturação definitiva do sistema de tributação, que começa a se expandir territorialmente, alcançando o sertão, isto é, aquelas regiões em que não se produzia ouro, estando mais relacionadas à criação de gado, mas que nem por isso não se beneficiavam da produção aurífera.³⁵ Foi criada, em 1735 a Intendência do ouro em cada Comarca, que tinha a atribuição de cobrar o quinto real, isto é, a quinta parte do ouro que era um tributo devido à Coroa. A partir de 1750 começam a aparecer os primeiros questionamentos da tributação que se relacionavam ao elevado valor dos impostos, apontando para a decadência da produção aurífera. Mas é preciso questionar se essa tributação era eficaz ou não³⁶, faz-se necessário relativizar essa ideia de transferência de riqueza de modo a evitar uma análise meramente funcionalista – questionamento que foge às intenções e limites deste trabalho.

Paralelamente à estrutura burocrática (administrativa e fiscal) do Estado havia uma estrutura eclesiástica, que funcionava através do regime de padroado, através do qual o Estado controlava a igreja nomeando bispos, efetuando o pagamento dos padres e outros membros da igreja. Era o Estado que cobrava o dízimo e sustentava a igreja, sendo esta uma estrutura do Estado acumulando funções administrativas de interesse do Estado. Ademais, as irmandades e confrarias atuaram também como mecanismos de amortecimento dos conflitos sociais tendo um caráter político, pois contribuíram para a organização social através do critério da distinção, sobretudo o racial, para o ingresso em tais entidades. Esta seria uma especificidade de Minas Gerais.³⁷ Em 1724 são oficializadas as primeiras 20 paróquias que atuavam por imensos territórios conhecidos como freguesias, áreas de influência das igrejas matrizes. Acima da freguesia havia as comarcas eclesiásticas (diferentes daquelas sob jurisdição dos ouvidores) nas quais a maior autoridade era o Vigário da Vara que era representante direto do bispo.³⁸ Em 1745 a Leal Vila de Nossa Senhora do Carmo é elevada à categoria de Cidade de

³⁵ No próximo capítulo dedicaremos algumas páginas sobre uma revolta ocorrida no sertão do Rio São Francisco questionando a tributação do ouro naquela região.

³⁶ Durante muito tempo o quinto real era pago através da tributação indireta através dos contratadores. Porém, como se percebe através da situação do “inconfidente” Macedo, que não cumpria à risca o seu contrato, devendo uma verdadeira fortuna para a coroa.

³⁷ Ver: BOSCHI, Cáo César. *Os Leigos e o Poder*. Sem desmerecer a valiosa contribuição deste trabalho, ele apresenta alguns problemas analíticos, na medida em que também se filia à corrente teórica marxista que enxerga a colonização apenas como uma forma de acúmulo primitivo de capital que possibilitou o desenvolvimento do capitalismo na Europa. Para o autor a Igreja, em Minas Gerais, foi uma estrutura da política fiscalista do Estado contribuindo para o mercantilismo fiscalista e tributário.

³⁸ Ver: BOSCHI, Cáo César. “Igreja, Estado e irmandades em Minas Gerais.” In: *Os Leigos e o Poder*. Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1996, p.71-139.

Mariana, em função da criação do bispado na mesma localidade, que ainda vê a criação de um seminário em 1750. Neste mesmo ano, mais 20 freguesias são oficializadas em Minas Gerais.

Por sua vez, a importância de Minas Gerais não se resume apenas ao território mineiro. Fortes vínculos comerciais foram estabelecidos com o Rio de Janeiro e possibilitou o desenvolvimento econômico, além de ter auxiliado também a colonização da região sul do Brasil a partir da comercialização de animais (mulas que iam do Rio Grande do Sul para Minas Gerais). Para fazer frente à expansão espanhola na região da Colônia do Sacramento, no sul do Brasil – que começa por volta de 1680 e perdura por toda a primeira metade do século XVIII quando, em 1750, portugueses e espanhóis entram em acordo e assinam o Tratado de Madri –, foram enviadas tropas e milícias de Minas Gerais (o que favoreceu para a concessão de patentes militares para muitos dos que lutaram na região), que já haviam lutado antes contra os franceses no Rio de Janeiro, no início do século XVIII.

Não se pode perder de vista que existia também um vínculo com Mato Grosso e Goiás. Em 1719 tem-se a descoberta de ouro em Cuiabá e em 1722 em Goiás, e que em 1746 e 1747 tem-se a descoberta de diamantes nas respectivas regiões. Entre 1735 e 1739 é o período de auge da exploração mineral no Mato Grosso. Além disso, houve a desvinculação, na segunda década dos setecentos, do antigo caminho que ligava o nordeste brasileiro para os sertões (região das minas) pelo Rio São Francisco. Procurando evitar que os escravos fossem comercializados através deste caminho e que o ouro fosse contrabandeado para a Bahia e outras regiões do norte pelo mesmo caminho, a Coroa tentou canalizar o grosso das atividades comerciais no Rio de Janeiro, sobretudo o controle de tais atividades com a fiscalização, permitindo apenas que o gado descesse pelo caminho do São Francisco e os escravos entrassem em Minas pelo Rio de Janeiro.

Na segunda metade do século XVIII a América portuguesa estava mais integrada graças a Minas Gerais (estradas, comércio, interesses geopolíticos). Como exemplo dessa integração, pode-se dizer que no final do século XVIII havia seis regiões no Brasil: Amazônia, Litoral e sertão nordestino, São Paulo e regiões associadas a São Paulo como Goiás e Mato Grosso (monções, contato comercial pelos rios), região de Minas Gerais e região do Sul (que se estende até o atual Rio Grande do Sul). Daí vem o conceito de interiorização da Metrópole de Maria Odila, que relaciona esses fatores com a vinda da família real, proporcionando o desenvolvimento da infra-estrutura que será a base do Brasil do século XIX. Para a autora isso só foi possível devido à integração, ao desenvolvimento e à institucionalização ocorrida em Minas em função da produção aurífera, oferecendo as condições para a interiorização. Junia Ferreira Furtado ratifica a tese da interiorização da

metrópole, mostrando as tensões entre a metrópole e a colônia (desentendimento entre aqueles comerciantes que estavam no reino e aqueles que estavam na colônia).³⁹ Porém a integração não conseguiu acabar com o regionalismo ou, como tentaremos demonstrar no próximo capítulo, com as identidades regionais.

Os fatores que vão levar ao desenvolvimento das atividades produtivas é a formação de um mercado consumidor. Como se sabe, a economia mineira não se baseou plenamente na mineração. A existência de outras atividades econômicas e de outros setores produtivos contribuiu para uma diversificação econômica, como vem demonstrando a historiografia mais recente sobre o tema. Nesse sentido, a agricultura contribuiu decisivamente para a expansão das fronteiras. Desde ao início da ocupação do território a atividade mineradora possibilitou uma diversificação de atividades complementares que tornaram possível o estabelecimento de outras atividades que tornaram possível a atividade mineradora como atividades artesanais, produtivas, agropastoris, construção de caminhos, mercados regionais etc. Em Minas Gerais havia uma mobilidade muito intensa pelo território, diferentemente de outras áreas do Império onde essa mobilidade foi menor. Além do comércio fixo, as vendas e lojas de secos e molhados, havia uma gama de atividades que constituíam um comércio volante, como os boiadeiros que atravessavam o território com o gado, os comboieiros que atravessavam o território com escravos, os tropeiros, os mascates (que passavam pelas diversas regiões da capitania batendo de porta em porta oferecendo seus produtos), as negras de tabuleiro, os atravessadores (que compravam em uma região para vender, ou atravessar, os produtos por preços mais elevados em outras regiões), além das entradas que ocorriam desde o século XVI por bandeirantes apressando indígenas e procurando minerais preciosos, e também pelos missionários jesuítas em busca de almas nativas para salvar, como descrevemos no capítulo anterior.

O que se observa no final do século XVIII é uma expansão urbana e demográfica. Há a criação de novas vilas no sul da capitania. Há, por parte do Estado, uma tentativa de atender às demandas dos potentados locais. Esta região (sul de Minas) abrigava ricos proprietários de terras, muitos dos quais participaram da Inconfidência mineira. Por volta de 1791 existiam 12 vilas em Minas Gerais. Em 1814 esse número sobe para 16. Já em 1858 tem-se 58 vilas (ou cidades) e em 1890 alcança-se o número de 117 vilas (ou cidades). A expansão do número de vilas e cidades é acompanhada pela expansão das comarcas – sub-inscrições territoriais de nível administrativo. No final do século XVIII havia quatro comarcas. No final do século XIX

³⁹ Ver: FURTADO, Junia Ferreira. “Fidalgos e Lacaiois.” In: *Homens de negócio*. A interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas. São Paulo: HUCITEC, 1999, p. 29-86.

são 20 comarcas. A expansão demográfica, urbana e territorial no século XIX se torna mais acentuada, sobretudo quando Minas se torna uma província. Daí a importância da questão indígena e das fronteiras, que continuam a avançar no século XIX.

Como se percebe, esse processo de institucionalização não houve na África e nem nas possessões portuguesas do oriente. Na América portuguesa, o ouro, e mais tarde os diamantes, vão exigir que a coroa institua um estrutura burocrática para evitar e reprimir o contrabando daquele equivalente universal. Da mesma forma, em nenhuma outra parte do Império português houve uma especialização tão intensa das funções administrativas. O mesmo se pode dizer a respeito do crescimento demográfico observado no Brasil no decorrer do século XVIII e seu conseqüente deslocamento que, juntamente com o eixo econômico da capitania vai das regiões urbanas e mineradoras para o meio rural, principalmente para o sul da capitania e para a região hoje conhecida como zona-da-mata. Essa região, como já destacado pela historiografia, será de extrema importância para o processo de formação do Estado Nacional Brasileiro, pois nesta região vai surgir a camada social que dará origem ao grupo Liberal, que terá papel central na vida política do Brasil do século XIX, sobretudo no período regencial.

3.4. Sobre a governamentalidade

Ao longo da idade moderna europeia dá-se um processo em que se passa das raias *sem demarcação* para as fronteiras efectivas, isto é, se transita do território enquanto ambígua jurisdição do príncipe ao território enquanto espaço próprio do estado-nação, caracterizado por estar submetido à mesma autoridade, lei e governo. (GIRALDO, 1999, p.68).

Segundo Michel Foucault, com a superação da estrutura feudal europeia, a partir do século XVI, haverá um longo processo de centralização monárquica e o problema do governo se colocará para os príncipes europeus: o que é governar e ser governado, por quem, como e de que forma. Uma noção oposta às proposições de Nicolau Maquiavel – segundo as quais o

príncipe seria exterior ao principado e, por isso, o objetivo do exercício do poder seria manter e proteger o território conquistado – é a “arte de governar”, que procura estabelecer uma continuidade entre o poder do príncipe (o governo do território) e outras formas de poder (FOUCAULT, 1979, p.280-281). Na literatura “anti-Maquiavel” aparece uma solução de acordo com a qual o modelo da do governo da casa e da família deveria se estender a todo o Estado. Esse modelo associava o príncipe ao pai de família que deveria cuidar dos bens, da economia e vigiar os comportamentos dos membros da família para o bem de todos (FOUCAULT, 1979, p.281). Nesse sentido, a arte de governar se referia não necessariamente à manutenção do território, mas à população, através do controle sobre os hábitos, costumes e comportamentos, bem como ao conjunto de riquezas e de recursos do território (FOUCAULT, 1979, p.282). Foucault afirma que

... em primeiro lugar: a teoria da arte de governar esteve ligada desde o século XVI ao desenvolvimento do aparelho administrativo da monarquia territorial: aparecimento dos aparelhos de governo; em segundo lugar, esteve ligada a um conjunto de análises e saberes que se desenvolveram a partir do final do século XVI e que adquiriram toda a sua importância no século XVII: essencialmente o conhecimento do Estado, em seus diversos elementos, dimensões e nos fatores de sua força, aquilo que foi denominado de estatística, isto é, ciência de Estado; em terceiro lugar, esta arte de governar não pode deixar de ser relacionada com o mercantilismo e o cameralismo. (FOUCAULT, 1979, p.285).

Em suma, na teoria da arte de governar o governante está a serviço dos governados, o que vai contra a teoria de Maquiavel. Inicialmente, a arte de governar apóia-se no modelo da família, mas posteriormente seu foco estará na expansão demográfica do século XVII e levará ao desenvolvimento da estatística, colocando o governo fora dos quadros jurídicos da soberania. Assim, a família ganha uma dimensão instrumental na medida em que se torna o instrumento para o governo da população a partir da metade do século XVIII (FOUCAULT, 1979, p.287-289). Em sua *Aula de 29 de março de 1978*, Foucault fala sobre alguns conjuntos tecnológicos da arte de governar que, há nos séculos XVII e XVIII assume um novo sentido, o de policiar a população. Nesse sentido, são “Objetos da polícia: (1) o número de cidadãos; (2) as necessidades da vida; (3) a saúde; (4) as profissões; (5) a coexistência e a circulação dos homens.” (FOUCAULT, Segurança, território, população, xxxx, p.419). Ainda, segundo o

filósofo, a polícia estaria relacionada à urbanização do território, à regulamentação urbana através da disciplina, isso tudo voltado para a questão do mercantilismo. Nesse sentido a polícia teria uma função repressiva (FOUCAULT, xxxx, p.449).

Não podemos afirmar ao certo que a questão da governamentalidade esteve claramente colocada para o mundo colonial no século XVIII. Isso porque não temos fontes ao alcance que nos permitam fazer uma análise do foco central que é o conhecimento sobre a população. Contudo, podemos fazer alguns apontamentos de forma a demonstrar que algumas situações são indicadoras de uma possível manifestação inicial de tal fenômeno na América portuguesa.

O território colonial se constituiu em função da administração colonial que possibilitou uma dimensão espacial da vivência e da relação entre o elemento humano e a sua interação com o espaço. O poder, nesse sentido, tem dimensões espaciais e o espaço, por sua vez, tem dimensões políticas. E o exercício de poder dos funcionários régios como vice-reis, governadores, juízes e magistrados e outros funcionários subalternos têm um papel importante na efetivação do espaço colonial, assim como as ações sociais, políticas, econômicas e simbólicas dos diversos agentes coloniais, que conformaram territorializaram tal espaço.

Cláudia Damasceno, atenta às contribuições de Bernard Lepetit, se apropria do seu modelo teórico-metodológico para diferenciar, no mundo colonial brasileiro, o urbano do fenômeno urbano, como uma ressalva metodológica de modo a evitar anacronismos ao tratar da questão urbana no Brasil colonial. A sua caracterização do urbano se dá através de redes de interconexão entre vilas e arraiais no mundo colonial. Para ela isso se dá a partir da concentração inicial de populações e da multiplicação dos pontos de concentração.⁴⁰ A urbanização, ou o fenômeno urbano, introduz as pessoas aos comportamentos tidos como aceitáveis no espaço urbano (etiqueta, normas de comportamento, punição para os desvios etc.). Em Minas Gerais o fenômeno urbano repercutiu através de múltiplas vilas e arraiais articulados direta ou indiretamente entre si, isto é, através de uma rede de comunicações devido à necessidade de abastecimento de alimentos, pois nem todas as localidades produziam ouro e alimentos ao mesmo tempo. Um fator que indica a fenômeno da governamentalidade é a influência das câmaras na construção e modificação do espaço urbano. Através de bandos ordenavam-se a construção de pontes, abertura de caminhos e estradas, além da questão da legislação sobre o abastecimento de água, pois na maioria das vezes os mananciais estavam sob o controle de particulares, mais necessariamente os mineradores.⁴¹ Assim, a manutenção das vias públicas, bem como a proibição de animais indica algumas das questões centrais da

⁴⁰ Ver: FONSECA, Cláudia Damasceno. Mariana: gênese e transformação de uma paisagem cultural. Tese.

⁴¹ Idem.

governamentalidade: a preocupação com a entrada e saída de mercadorias – ligada por sua vez à concorrência entre os Estados mercantilistas – e também com a saúde pública, além do controle sobre o comportamento das pessoas. Outro fator que indica a repercussão do fenômeno da governamentalidade na colônia é a própria estrutura administrativa através das instituições seja do Estado, seja da Igreja, o primeiro com as câmaras municipais, as cadeias e presídios, e a segunda com as irmandades, dentre elas a da Misericórdia (que dava assistência aos pobres e mais necessitados, além de cuidar dos enfermos e da saúde da população), ordens terceiras e confrarias, no intuito de manter um controle sobre a população e a regulamentação moral dos costumes. O costume de erguer um pelourinho quando da fundação de uma vila demonstra a preocupação com a segurança, de modo a evitar atitudes de contestação e demonstrar que o poder se instalara ali. Além dessa função simbólica, o pelourinho ainda tinha um poder de coerção na medida em que era o local onde se administravam castigos aos criminosos e aos escravos rebeldes. Tem, nesse sentido, uma função de promover a segurança através da prevenção através da coerção psicológica, pois era um símbolo e ao mesmo tempo o lugar da punição das infrações. Até mesmo a questão da produção do culpado, que Foucault expôs na *Aula de 11 de janeiro de 1978* (segurança, território, população), é observada na aplicação dos castigos físicos no pelourinho, ou nas cerimônias públicas de execução de criminosos, como o episódio do enforcamento de Tiradentes em praça pública no Rio de Janeiro em 1792, em decorrência da sua participação na Inconfidência Mineira em 1789. Mas esse não é o único exemplo, pois em 1720, outra rebelião em Vila Rica acabou com a morte e o esquartejamento dos líderes para que servissem de exemplo. A morte na forca é um mecanismo disciplinar que estava presente no código jurídico legal (FOUCAULT, p.10), isto é, as Ordenações Filipinas, o que comprova que alguns dos mecanismos disciplinares da governamentalidade foram introduzidos no início do século XVII e se fizeram valer também na América portuguesa do século XVIII. Por fim, exercício de poder visando a disciplina social é observado nas leis que, de certa forma, previam através da ameaça psicológica do estabelecimento da punição aos infratores, as possíveis ações criminosas (FOUCAULT, p.8). Dessa forma, as leis eram enquadradas por mecanismos de vigilância, seja as instituições do Estado ou da Igreja, seja através do próprio auto-controle que as pessoas exerciam sobre si mesmas devido à coerção psicológica de tais instituições, que, podem ser vistos como aproximadas daquilo que Foucault denomina como o poder panóptico. E as penas capitais como enforcamento e esquartejamento, tinham o objetivo de disciplinar a população. A questão de dar uma ocupação aos vadios também se encaixa na governamentalidade, pois os inúteis seriam duplamente prejudiciais, primeiro porque para haver o fortalecimento do

Estado é necessário que não haja elementos inúteis, e segundo porque a vida de ócio e sem ocupação é um fator nocivo para a sociedade, pois torna as pessoas que vivem “vadiamente” mais propensos a promover desordens e distúrbios sociais. Por isso a vadiagem era indesejada num Estado Português que queria se fortalecer e se desenvolver mediante a concorrência com outros Estados mercantilistas. Contudo, tal preocupação em fortalecer-se não tinha como objetivo fortalecer a colônia, antes o intuito era fortalecer a metrópole, canalizando para ela as riquezas coloniais.⁴² A própria política reformista de Pombal procuraria desenvolver a colônia, mas para que esta fortalecesse economicamente a metrópole frente às outras potências mercantilistas europeias. Aqui, novamente podemos nos apropriar da análise de Foucault para expressar melhor o nosso argumento. Em sua concepção,

... enquanto a soberania capitaliza um território, colocando o problema maior da sede do governo, enquanto a disciplina arquiteta um espaço e coloca como problema essencial uma distribuição hierárquica e funcional dos elementos, a segurança vai procurar criar um ambiente em função de acontecimentos ou de série de acontecimentos possíveis ... o espaço próprio da segurança remete portanto a uma série de acontecimentos possíveis, remete ao temporal e ao aleatório... (FOUCAULT, xxx, p.27).

É certo que ao formular essas questões, Foucault não tinha em mente uma realidade ou uma situação específica, muito menos o mundo luso-português. Na realidade a sua análise parte de um grande modelo explicativo voltado para o conjunto de países mercantilistas europeus na virada da época moderna para o mundo do século XIX, e não a um país ou realidade específica. Contudo, queremos enfatizar que, ao aplicarmos o seu modelo teórico para o estudo da singularidade do mundo luso-brasileiro, onde Foucault vê uma distinção e oposição entre soberania e disciplina, nós vemos os dois fenômenos entrelaçados, se completando mutuamente.

A fronteira, na colônia, passa a superar o significado meramente geográfico, pois durante todo o período colonial (e também imperial) ela esteve em expansão, sobretudo no século XVIII, partindo do litoral e do interior (Minas Gerais) seja para o sul ou para o oeste, seja do oeste e da Bahia para a Amazônia. Além disso, o esforço empenhado pela coroa a fim de produzir conhecimentos sobre o território do Brasil aponta para a questão da

⁴² Não se trata aqui, no entanto, de afirmar o sucesso do pacto colonial e muito menos de negar que realmente essa seria a intenção da metrópole, como já ressaltamos em nota anterior.

governamentabilidade. Como se disse anteriormente, os jesuítas matemáticos produziram um rico material cartográfico que ia muito além do simples mapeamento do território, pois o objetivo do monarca português era compreender a complexidade e variedade das diferentes regiões da colônia para melhor intervir no território. A cartografia tinha o objetivo de levantar o maior número possível de informações sobre o território. Existiam duas dimensões administrativas: uma civil e outra militar. A primeira se referia à comunicação, abertura de estradas, conhecer os caminhos por terra e por via fluvial, melhorar a fiscalização, conter o contrabando e cobrar impostos aumentando o fisco. A segunda era motivada pelo perigo iminente de invasão por outras potências estrangeiras e concorrentes, fortificando regiões estratégicas. Os mapas, nesse sentido, podem ser considerados uma tecnologia de poder. Minas Gerais foi a capitania mais mapeada do período colonial. Havia também a preocupação de conhecer as populações indígenas e as regiões onde havia quilombos (o gentio hostil e os negros rebeldes eram considerados verdadeiros inimigos do Estado) além do reconhecimento da topografia, dos caminhos terrestres e fluviais. Isso pode ser observado através da lógica pré-estatística que visava conhecer o território e os obstáculos para o seu desenvolvimento. Se no século XVIII o Estado não tinha ainda as condições técnicas para produzir um conhecimento sobre a população (não à toa a principal obra de António Manuel Hespanha se chama “Às vésperas do Leviatã”), embora ela fizesse parte de suas preocupações, seja as populações inimigas como negros rebeldes e o gentio hostil, seja a preocupação de dar uma utilidade aos vadios, seja a expansão da rede clientelística para o espaço colonial, seja os mecanismos panóptico de coerção, bem como as instituições religiosas e burocráticas, o foco do Estado português é indiretamente na população através do conhecimento do território. Isso porque, governar não se reduz à dominação (Michel Senellart – *As artes de governar*, p.22). É mais que isso. É dirigir e proteger o território, é conduzir, dirigir e vigiar os homens (Senellart, p.26). Diz respeito à política quando a preocupação é a manutenção da ordem e o regulamento dos costumes (mundo colonial), pois a arte de governar estava diretamente associada à disciplina, isto é, fazer-se obedecer, que, por sua vez, levava à manutenção da soberania (Senellart, p.37). As grandes monarquias do século XVII, mas isso também é válido para as ações da monarquia portuguesa em terras americanas durante boa parte do século XVIII, instrumentalizavam o governo dos seus reinos através da arte de governar (Senellart p.42). Mas para Senellart, a arte de governar não tinha como objetivo fundamental o bem comum, como queria Foucault, mas sim as necessidades do Estado, para o seu desenvolvimento humano e material (Senellart p.43). A preocupação com a camada de vadios era uma constante entre as autoridades coloniais. Mas a questão de dar ocupação aos vadios

tinha em foco mais o controle e a tentativa de contornar os distúrbios sociais e as badernas promovidas por aqueles indivíduos, do que a produção de riqueza para o país, embora isso não estivesse totalmente fora das pretensões metropolitanas. O trabalho, nesse sentido, tinha como objetivo não necessariamente a criação de valores, mas sim de conter e dominar aquela camada da população. Desenvolver a colônia, e impor a ordem era necessário para o desenvolvimento da Metrópole. Mas a própria extensão da rede clientelística e dos valores que configuravam a Ibéria do período moderno para os domínios lusitanos em terras americanas, ao ser observada pela lógica da arte de governar e da governamentalidade, e se uma é o oposto da outra, constitui um paradoxo. Nesse sentido, para o estudo da monarquia portuguesa do século XVIII e a sua relação com a América, as proposições de ambos os autores (Foucault e Senellart) são válidas. As de Foucault são interessantes no que toca à compreensão das possessões portuguesas em terras americanas. Como bem demonstrou Andrade, a constituição da sociedade mineira colonial esteve pautada, desde o princípio, na exploração da norma jurídica e da tradição costumeira de Portugal que eram, por sua vez, perpassadas por forças e relações sociais, políticas e simbólicas. Assim, alguns dos valores e concepções das sociedades ibéricas da época moderna foram introduzidos na sociedade colonial e a noção de bem comum, de acordo com o modelo jurisdicionalista formador da sociedade corporativa, era a conservação dos corpos sociais no sentido de atribuir a cada um o que lhe competia, isto é, cada um teria o seu quinhão de privilégios de acordo com a sua posição social.⁴³ E através da arte de governar a Coroa distribuiu títulos nobiliárquicos e concedeu muitas patentes militares e alguns privilégios na América portuguesa⁴⁴, sobretudo no século XVIII, promovendo e assegurando a manutenção do bem comum.

Desse modo, como dissemos no início desta parte, acreditamos não ser possível afirmar que a questão da governamentalidade estava claramente colocada no mundo colonial, até porque esse fenômeno vai se manifestar efetivamente a partir do século XIX quando o Estado Nacional, e não mais as monarquias do Antigo Regime, terão os recursos técnicos suficiente para que tal fenômeno se efetive. A soberania estava diretamente ligada ao poder sobre o território, à ocupação territorial, isto é, à arte de governar. Por sua vez, a governamentalidade buscava manter a disciplina através do controle sobre pessoas e coisas (típica de sociedades capitalistas). Por isso mesmo talvez seja possível dizer que na América portuguesa do século XVIII está-se num momento de passagem da arte de governar, ligada à monarquia corporativa, para a governamentalidade, ligada ao Estado Nacional do século XIX,

⁴³ Ver: ANDRADE, Francisco Eduardo de. *A invenção as Minas Gerais: empresas, descobrimentos e entradas nos sertões do ouro da América portuguesa*. Belo Horizonte: Autêntica Editora: Editora PUC Minas, 2008

⁴⁴ Idem.

e que o limite entre as duas seja bastante tênue, havendo mesmo um hibridismo durante o momento da passagem de uma a outra. No século XVIII, na colônia, havia uma descontinuidade espacial e territorial, bem como das instituições administrativas, que não funcionavam homoganeamente. A arte de governar pode, então, ser entendida como uma pluralidade de poderes, mas com um limite que é amarrado pela soberania. Mas, por outro lado, o que se percebe é um indício da possível manifestação do fenômeno da governamentalidade, haja vista para a manutenção do bem comum e para a preocupação com a disciplinarização da população.

Por outro lado, se até meados do século XVIII a ideia de soberania se assentava no domínio do território, no século XIX o foco da soberania será o exercício de controle sobre a população, em detrimento da antiga lógica territorial que sustentara as monarquias modernas europeias. No Brasil, a expansão dos limites territoriais e o povoamento e institucionalização promovidos pela coroa portuguesa sobretudo a partir do século XVIII já anunciava, de certa forma, a mudança de foco, como sugerimos ao falar do alto grau de institucionalização e da preocupação em manter a boa ordem (controlando comportamentos, reprimindo quando necessário, coagindo psicologicamente através de símbolos como o pelourinho, por exemplo, procurando tornar úteis os vadios, a igreja que também auxiliou no que se refere ao autocontrole, ou vigilância de si mesmo, etc.) com a finalidade de garantir o fisco e canalizar a riqueza colonial para a metrópole inserida na lógica mercantilista europeia, pelo menos aos olhos da coroa. Mas não que a coroa quisesse promover uma identificação dos colonos com o território colonial com vistas à sua emancipação. Mas o que aconteceu foi o contrário do que se esperava, pois no século XIX o Estado é outro, é o Estado Nacional, produto, em certa medida, das tentativas de manter uma soberania territorial. Mas isso não significa dizer que o século XVIII foi o primórdio do Estado Nacional brasileiro.

Capítulo 4. Território e identidade no mundo luso-brasileiro

Toda sociedade para se reproduzir cria formas, mais ou menos duráveis, na superfície terrestre... Formas que obedecem a um dado ordenamento sócio político do grupo que as constrói, que respondem funcionalmente a uma sociabilidade vigente a qual regula também o uso do espaço e dos recursos nele contidos... A vivência social do espaço cria *rugosidades* que duram mais que estímulos e objetivos que lhes deram origem. (MORAES, 2002, p.51-52).

4.1. O Preconceito como impulsionador identitário

4.1.1. Os sertanistas

O sertão ocupou, por muito tempo, um lugar incômodo no imaginário português. Tratava-se de regiões coloniais desconhecidas não habitadas pelos portugueses, o que fomentava uma concepção pejorativa a respeito de tais regiões, entendidas como uma fronteira entre civilização e barbárie, o lugar de conquista por excelência, por serem hostis aos valores e aos princípios europeus como justiça, cristandade, disciplina e administração. Os sertões eram habitados pela gente da terra e atraía fugitivos da justiça (por ocasião de processos cíveis ou crimes movidos contra elas), da igreja (pessoas perseguidas pelos visitantes do Santo Ofício) e da opressão social, como os escravos (RUSSEL-WOOD, 1999, p.9). Dentre essa gama de gente, os que mais se destacaram foram indivíduos mestiços (mamelucos) frutos da união entre mulheres índias e o homem branco. Por sua vez, as mulheres mamelucas se uniam com homens brancos e os filhos que resultavam de tal união acabaram de constituindo na nobreza da terra.

Aqui já se percebe um fator de identidade proporcionado pela experiência no espaço do sertão. Esses homens falavam a língua tupi e se adaptavam ao território hostil do sertão, pois conheciam técnicas de sobrevivência, tinham conhecimentos sobre a fauna e a flora, sendo também ótimos caçadores, além de utilizar táticas de guerrilha na floresta. Não à toa eram procurados pelas autoridades da coroa para atacarem quilombos e índios, tendo também lutado na guerra contra os holandeses (RUSSEL-WOOD, 1999, p.14). Os sertanistas desenvolveram a sua cultura própria a partir da sua interação e adaptação com o território, produzindo uma identidade diferente da europeia e negavam o seu passado e as suas raízes indígenas, embora delas herdassem os conhecimentos que lhes permitiu sobreviver ao sertão. Embora utilizassem diversas armas, as preferidas eram o arco e flecha indígenas. Transitavam entre os dois mundos, senão no seu próprio mundo. Nesse sentido, constituiu-se no sertão, através do cruzamento de trajetórias de diferentes sujeitos históricos (indígenas, portugueses e seus descendentes, além de fugitivos diversos), uma cultura única. Esses homens se aventuravam nesses sertões a procura de índios para capturar e vendê-los como escravos, mas também procuravam minerais preciosos e terras para o cultivo e criação de gado, muitos dos quais acabavam se dando bem em sua empreitada se tornando homens poderosos e exercendo

um poder político, econômico e jurídico de acordo com o seu bel prazer, e por isso mesmo eram considerados verdadeiros “espinhos cravados na carne da coroa” (RUSSEL-WOOD, 1999, p.10). Os próprios paulistas eram descendentes da miscigenação de homens brancos com mulheres índias, sendo sertanistas provenientes da região de São Paulo. A própria imagem que a coroa fazia dos paulistas era ambígua: ora eram vistos como rebeldes e desobedientes – os poderosos do sertão, ora como leais vassallos do rei – quando chamados a combater o gentio e os quilombolas⁴⁵ e, sobretudo, a partir da descoberta dos minerais preciosos.

A corrida pelo ouro gerou os primeiros estranhamentos entre os pioneiros sertanistas (paulistas) e os emboabas, pessoas vindas do reino e de outras partes do Brasil, como do nordeste. O termo emboaba foi dado a esse último grupo pelos paulistas e, mais do que uma questão meramente econômica (embora esta não esteja descolocada) isso se refere a uma questão de identidade: os paulistas (ou sertanistas de São Paulo) não se identificavam com os portugueses e nem com os indígenas. Eram eles a nobreza da terra, e por direito as jazidas auríferas pertenciam a eles, os desbravadores do território. O conflito perdurou entre 1708 e 1709 com a vitória dos emboabas, apoiados pela coroa. Expulsos das Minas, os paulistas continuaram a sua saga, desta vez rumo a oeste, onde descobriram mais jazidas em Goiás e Cuiabá poucos anos depois.

Outro exemplo é o do paulista Manuel da Borba Gato, que no início de 1690 descobriu ouro nos depósitos aluvionais na região do Rio das Velhas. Borba Gato era um daqueles fugitivos que se deslocavam para o sertão, no seu caso, por se rebelar contra seus superiores, executando um deles numa expedição a serviço da coroa. De criminoso fugitivo ele passa a ser visto como herói aos olhos não inocentes da Coroa, por descobrir outros minerais preciosos na região mais ao norte da capitania de Minas.

4.1.2. Cristãos–Novos

A experiência daqueles que foram expulsos ou forçados a sair de Portugal contra a sua própria vontade, na impossibilidade de voltarem, teriam diante de si uma oportunidade de se aventurar numa nova experiência, numa nova identidade. Os cristãos novos e os criminosos que eram degredados ou exilados da terra mãe em direção ao Brasil, África, Ásia e outras regiões do império são exemplo de pessoas que passaram por tal situação.

⁴⁵ MONTEIRO, John Manuel. Sangue Nativo. In. Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano 3, n.34, julho de 2008, p.21.

A intolerância religiosa também assumiu a vestimenta do preconceito. Isso se deu principalmente com os descendentes dos judeus, que assim como os negros foram caracterizados como pessoas de sangue infecto, em oposição aos europeus: brancos e católicos. Na passagem do século XV para o século XVI eles foram forçados a se converter ao catolicismo sendo estigmatizados na Ibéria como cristãos-novos (BOXER, 2002, p.279). A partir de 1530 o Santo Ofício foi introduzido em Portugal para perseguir os hereges, infieis, protestantes e cristãos-novos. Certamente esses últimos foram os que mais sofreram nas mãos da Inquisição. Além disso, eles foram excluídos dos cargos administrativos, militares, eclesiásticos, universitários e colegiais. (BOXER, 2002, p.281). Essa situação fez com que os cristãos-novos deixassem o reino e partissem para as colônias no ultramar onde não havia o Santo Ofício (como o Brasil, por exemplo) ou para o estrangeiro, levando consigo a sua riqueza (pois a maioria eram homens de negócios e comerciantes e empreendedores) e fazendo com que o reino ficasse privado do capital daqueles homens e que acabaram sendo investidos, em algumas vezes, nos negócios estrangeiros que eram rivais e concorrentes de Lisboa como as capitais da Holanda e da Inglaterra (BOXER, 2002, p.282). Assim, saídos fugidos de Portugal, contra a sua própria vontade, os cristãos-novos se aventuraram pelo mundo com as suas atividades financeiras e comerciais por todas as regiões da Europa, mas não apenas, pois estiveram nos vastos domínios portugueses e espanhóis no ultramar, ou seja, desde a América, passando pela África, até a Ásia (RUSSEL-WOOD, p. 165-166).

No Brasil, embora não houvesse o tribunal do Santo Ofício, a Inquisição se dava através de comissários visitantes eram enviados pela metrópole. Não obstante, pode-se dizer que a atuação da Inquisição no Brasil foi branda em relação à sua atuação no reino, o que atraiu milhares de cristãos-novos para a América portuguesa (BOXER, 2002, p.282). Na América portuguesa, a atuação desses cristãos novos foi fundamental para a ruptura da soberania real em vários sentidos.

Os cristãos-novos tinham um papel determinante na economia doméstica do Sul do Brasil, como artesãos, como agricultores e donos de plantações e como empresários. Não só havia uma rede de mercadores e empresários cristãos-novos de norte a sul do Brasil, como a comunidade de cristãos-novos negociava com as ilhas atlânticas e, em particular, com a região do rio da Prata e com Angola. (RUSSEL-WOOD, p. 169).

Os que nas Minas chegaram fugidos da metrópole, embora sofressem perseguições pelas visitas eclesiásticas, puderam pelo menos sentir-se mais seguros que na metrópole. Eles atuavam no comércio e tinham uma importância muito grande no mercado, pois eram agentes do mercado interno e, como tal, tinham o desejo de autonomização da colônia, colocando em xeque o “pacto colonial”, sendo perseguidos, em grande parte, por isso.⁴⁶ Em solo “americano”, a partir de meados da segunda metade do século XVIII, os cristãos-novos puderam sentir-se mais tranquilos devido à atuação do Marquês de Pombal no que diz respeito à abolição do critério de sangue puro para a ocupação de cargos públicos e à supressão da distinção entre cristãos novos e velhos. Pombal enfraqueceu o Santo ofício que, cada vez mais, viu a sua autoridade ser reduzida até a sua extinção em 1820 (BOXER, 2002, p.283).

Ademais, os cristãos-novos tiveram um importante papel no enraizamento dos interesses mercantis no Brasil. As atividades produtivas e comerciais que abasteciam o Rio de Janeiro, principalmente a partir da transmigração da Corte portuguesa em 1808, vão fazer com que surja o interesse e a necessidade de fixação daqueles sujeitos em solo brasileiro. Assim o que se percebe não é apenas o desejo de exercer as suas atividades comerciais livremente, mas a questão que se coloca é, novamente, a questão da identidade. Se não podiam ser quem eles eram no reino, que a colônia se separasse para que eles pudessem assumir a sua identidade e exercer a sua crença livremente, juntamente com a sua atividade comercial/mercantil, que, além dos aspectos econômicos, era um elemento que fazia parte da sua identidade, isto é, os aspectos simbólicos, nesse caso dos judeus, parecem ser tão pertinentes como os aspectos econômicos, pois aquelas atividades eram um dos elementos constitutivos de sua identidade. Ser judeu era ter a crença judaica, mas não somente: era também a tradição de se dedicarem livremente às atividades financeiras e comerciais, as mais diversas. A rejeição durante o tempo em que não puderam voltar para Portugal e as possibilidades de auferirem grandes lucros no Brasil e nas relações do Brasil com outras partes do mundo se coloca então. Dessa forma, os interesses econômicos e a questão religiosa e espiritual não podem ser dissociados do aspecto identitário. A interação de suas atividades econômicas mercantis e a possibilidade de exercerem a sua crença no espaço colonial impulsiona, senão para a formação de uma nova

⁴⁶ Ver: FERNANDES, Neuza. “Os cristãos-novos em Minas Gerais”, “A Inquisição nas Minas do século do ouro”. In: *A Inquisição em Minas Gerais no século XVIII*. 2ª ed. Rio de Janeiro: ed. UERJ, 2004, p. 87-107, 109-159.

identidade, pelo menos para a permanência e manutenção da velha identidade judaica, diferentemente da identidade e dos valores morais católicos.

4.1.3. Africanos e seus descendentes

Como o indígena não se adaptava ao trabalho forçado na lavoura de cana-de-açúcar, e também devido à grande dizimação pelas guerras e pelas doenças introduzidas pelo europeu, a partir do século XVII intensificou-se o comércio de escravos na parte ocidental do continente africano em direção ao Brasil (BOXER, 2002, p.102). Isso fez com que uma massa cada vez maior de indivíduos de procedência africana migrasse à força para o Brasil, onde se reproduzia entre si, com o homem branco e, em menor escala, com os ameríndios. Isso fez com que os africanos e seus descendentes se tornassem o maior contingente populacional da América portuguesa, sendo também, por cerca de 300 anos, a maior fonte de preocupação para as autoridades coloniais e imperiais.

4.1.3.1. Os quilombos e a identidade

Como abordamos no segundo capítulo, no Brasil, diferentemente das outras regiões do império português onde havia uma tímida movimentação de pessoas no interior do território, havia uma intensa movimentação de pessoas de todos os tipos que constituíam verdadeiras massas de migrantes, sobretudo aqueles que vinham sob o império da força, ou seja, os africanos. Escravizados ainda em solo pátrio e vendidos ou permutados para os traficantes que os traziam para serem revendidos em outras regiões, a maioria tinha como destino o Brasil (RUSSEL-WOOD, p. 177-178). Aqui aportados, eram revendidos para as regiões litorâneas e também para o interior, sobretudo a partir da descoberta dos minerais preciosos no sertão na última década do século XVII. O número aproximado de almas de origem africana chegadas no Brasil nos períodos colonial e imperial é diverso entre os historiadores que se dedicam ao assunto, mas ficou provavelmente em torno de 10 000 000 de almas.

A resistência à dominação e ao trabalho forçado seja na lavoura, seja nos trabalhos de mineração, levaram às fugas coletivas e individuais que, por sua vez, deram origens a

quilombos nas mais diversas partes da América portuguesa, mas principalmente no nordeste, como o famoso quilombo dos Palmares (que resistiu a diversas investidas das autoridades portuguesas e perdurou por décadas e sua população chegou a ter cerca de 20 000 almas) e, em maior escala, em Minas Gerais a partir do século XVIII, onde as regiões mais afastadas e de difícil acesso, devido ao território inóspito, era utilizada como estratégia de defesa para aqueles quilombos mais afastados dos centros urbanos e mineradores. A enorme mobilidade desses ajuntamentos populacionais tornava difícil a sua destruição. Nesse sentido, pode-se dizer que um agente da territorialidade foi o africano, que também teve o seu papel na expansão territorial, exprimindo a sua negação e rebeldia contra o sistema de exploração no qual estava inserido contra a sua vontade, ou seja, a sua condição de cativo.

Os quilombos variavam de tamanho, podendo ter desde meia dúzia a milhares de indivíduos. Alguns localizavam-se próximos às zonas de mineração e eram, em sua maioria, itinerantes, sendo caracterizados pela mobilidade, pelo banditismo e transações comerciais clandestinas (contrabando) para sobreviver, assim como pelas táticas de guerrilha.⁴⁷ Outros se constituíam em regiões longínquas e de difícil acesso. Caracterizados pelo sedentarismo e pela reprodução demográfica, esse tipo de quilombo utilizava a agricultura como forma de subsistência e o aumento populacional para se tornarem cada vez mais fortes e difíceis de serem exterminados. Com a reprodução demográfica dos quilombos, a população não para de aumentar, havendo também uma maior capacidade de articulação interna. Os quilombos, nesse sentido, ao tornarem-se numa grande ameaça aos planos metropolitanos em relação à colônia portuguesa na América, haja vista o constante pavor de uma sublevação negra durante todo o século XVIII, contribuíram para a fragmentação e quebra da soberania portuguesa nas terras do Brasil, que não se dava uniformemente em todo o território. Havia regiões em que não havia um controle efetivo devido à presença de quilombos dos seus respectivos ataques.

É difícil se pensar toda essa estrutura e nível de organização quilombola baseando-se em meros interesses comuns como a liberdade apenas. A questão simbólica, a identificação, isto é, a terceira identidade criada a partir da experiência do mundo colonial – sendo a primeira a identidade tribal africana e a segunda a identidade imposta pelo cativo – é fundamental para montar toda essa estrutura, essa capacidade de organização, afinal, um quilombo é uma comunidade, ou seja, a noção de comunidade requer o princípio de identidade, de pertença. Mas não se trata aqui de uma “comunidade imaginada” no sentido de simultaneidade atribuído por Benedict Anderson de uma comunidade soberana e limitada territorialmente, isto é, de uma nacionalidade, mas no sentido de uma experiência em comum,

⁴⁷ Ver:

de uma experiência partilhada. A formação dessa identidade, que por sua vez daria origem à comunidade, isto é, ao quilombo, contribuiu para a expansão territorial e para a identificação com a região, contribuindo, como supra mencionado, para a fragmentação da soberania da coroa portuguesa. Aqui, se percebe uma lacuna analítica na historiografia na medida em que boa parte dos trabalhos sobre escravidão, sobretudo aqueles dedicados à formação de quilombos, nem sempre concebem tal fenômeno como uma questão de identidade. Esta é analisada na questão de parentesco de famílias escravas, nas crenças e no sincretismo religioso, bem como nos ajuntamentos para promoção de batuques, danças e outras manifestações culturais. Porém, ao se pensar na fuga de escravos como uma questão apenas de luta contra a exploração e pela liberdade, incorre-se no equívoco de negligenciar o aspecto identitário. Se voltar para a terra de origem estaria além do alcance e das suas possibilidades, para não dizer mesmo impossível, a identificação com outros na mesma condição, ainda que de diferentes etnias, proporcionaria um sentimento de pertença a uma experiência comum: a situação imposta pela captura ainda na terra de origem por tribos ou nações inimigas, a separação do seu núcleo familiar ou tribo, a sua venda como escravo para os traficantes, a longa e tortuosa viagem em alto mar em condições precárias e subumanas, a possibilidade de não sobreviver até o desembarque numa terra desconhecida e, no caso da sobrevivência da travessia pelo atlântico, ser colocado numa praça pública para ser revendido e caminhar longas distâncias à pé para enfim chegar ao trabalho forçado nas minas de ouro ou nas atividades de plantação. Tudo isso é passível de gerar um novo sentimento, embora melancólico, de não ser o único, de não ser uma experiência individual, mas sim coletiva. Ainda que o colonizador tentasse evitar o foco de identificação, colocando africanos de diferentes etnias para conviverem juntos, a experiência do trabalho forçado e toda a sua jornada indesejada pode ser encarada como um elo de ligação. Na impossibilidade de voltar para a terra de origem e a não conformação com a situação de não serem ninguém perante aquela sociedade, uma vez que não eram donos de si, não pertenciam a si mesmos, os fazem pensar na possibilidade de se reinventarem, de assumir uma nova identidade com aqueles que fizeram parte da mesma experiência naquela nova terra. Assim pode-se pensar a formação de quilombos não apenas como uma luta pela liberdade em si, mas pela liberdade de serem eles mesmos, de recriarem e praticar livremente a sua identidade, a sua religiosidade ou crença, a sua dança, os seus costumes, tudo na hora que quisessem e bem entendessem, longe dos olhos do senhor, sem pedir permissão, sem serem controlados por um feitor ou ter que dar satisfações, sem ter um dia concedido pelo senhor para os seus cultos e diversões. Em suma, se livrar do cativo, de uma identidade forçada, que não era a sua identidade. Retornar à

terra mãe e retomar a vida anterior ao cativo seria impossível, uma vez que não poderiam voltar para a África por motivos de perseguição, pois eram escravos fugidos e ao aportar em qualquer navio seriam facilmente capturados, re-escravizados e, certamente, castigados. Além disso a falta de recursos financeiros para tal empreendimento, a ilegalidade da sua ida para a África (quem o apoiaria? quem poderia ajudá-lo?) e se pensarmos, na inexistente possibilidade de retorno como algo possível, será que encontraria os seus parentes, a sua tribo, após anos de cativo, será que ainda encontraria alguém que o reconhecesse, talvez a sua família também não teria sido capturada, destruída? Ou seja, a sua identidade original também já havia sido perdida, destruída pela amarga experiência do cativo. Ao fugir dessa segunda identidade que não era a sua, mas que lhe foi imposta, e na impossibilidade de retomar a sua identidade primeira que já não existia mais, havia a possibilidade de uma nova identidade através da fuga e da formação de comunidades quilombolas.

4.1.3.2. Escravidão, e estratificação social e identidade

Em relação ao preconceito vigente no mundo escravista colonial, já falamos aqui da formação dos quilombos e da sua estreita relação entre o território e a identidade. Completando a nossa análise, falaremos brevemente agora da hierarquia, ou estamentos, dentro do universo do cativo no Brasil colônia.

O estigma do preconceito racial era um fenômeno onipresente em todas as esferas da sociedade, seja na igreja através das irmandades confrarias e ordens religiosas, cujos critérios de admissão eram raciais, seja na burocracia estatal que, com raras exceções, não admitia africanos e seus descendentes nos seus quadros, seja no mundo do trabalho, uma vez que as profissões ou ofícios exercidas pelas pessoas de cor eram aquelas que traziam a degeneração social, ou seja, os ofícios mecânicos, trabalhos manuais que eram desprezados pela gente branca e de melhores condições sociais, seja na vida social, em que aqueles que conseguiam se livrar do cativo esforçavam-se por se afastar de tal estigma.

No primeiro caso, as irmandades, confrarias e ordens terceiras estabelecidas no Brasil, sobretudo em Minas Gerais a partir do século XVIII, tinham o critério racial como forma de ingresso de irmãos como membros de suas instituições. Esses estatutos variavam, “... indo daquelas cujo quadro se restringia aos brancos ‘puros’ das boas famílias até as que se compunham principalmente de escravos negros.” (BOXER, 2002, p.306). Dessa forma, havia irmandades apenas de negros, como a de Nossa Senhora do Rosário dos Negros e a de Santa

Efigênia; a confraria de São José (entre outras), cujos membros eram as pessoas mestiças, comumente classificadas como pardos; aquelas que não estabeleciam nenhum critério, como a do Santíssimo Sacramento – dentre todas as outras, as primeiras estabelecidas nas Minas Gerais –; e as Ordens Terceiras de São Francisco de Assis e de Nossa Senhora do Carmo, que só admitiam pessoas brancas, de sangue infecto e de recursos econômicos. Como se pode imaginar, essas últimas eram compostas pelas elites coloniais, ou seja, pessoas que possuíam cabedal político, simbólico e econômico. As suas capelas eram belas edificações cuja ornamentação era motivos de disputas que fomentavam a rivalidade entre as duas Ordens. É evidente que as irmandades de Nossa senhora do Rosário dos Negros e de Santa Efigênia, cujas imagens dos santos de devoção eram negras, serviram para atrair a população escrava através da identificação com a cor da pele, uma vez que não foram divindades criadas pelos africanos. Por sua vez, as confrarias como a de São José (dos Pardos), que se remete ao pai adotivo de Jesus – que, segundo a Bíblia, era carpinteiro –, atraía a população mestiça que, em sua maioria, principalmente no caso de forros e libertos, se dedicavam a ofícios mecânicos. A maioria dessas instituições religiosas de africanos e seus descendentes arrecadava fundos para comprar a alforria de seus membros cativos. Entretanto, embora fossem voltadas para a população negra e mestiça, nessas instituições o cargo de tesoureiro, de acordo com os seus estatutos, só poderia ser ocupado por homens brancos (BOXER, 2002, p.306).

Nesse sentido, a questão da identificação dos seus membros com os seus respectivos santos de devoção se coloca para essas entidades religiosas, que se multiplicaram pela América portuguesa, principalmente nas vilas e arraiais de Minas Gerais, na “idade do ouro”. Além de ter exercido uma função de controle social⁴⁸, as irmandades, confrarias e Ordens Terceiras contribuíram veemente para a manutenção da estratificação social e com o conseqüente fenômeno identitário manifestado pelas pessoas que carregavam a mácula do cativo, pois elas “... sem dúvida propiciavam às classes humilhadas e desprezadas uma fonte de [refúgio,] ajuda e consolo mútuo como nunca houve nas colônias francesas, holandesas e inglesas.” (BOXER, 2002, p.306).

O preconceito racial também alcançou os quadros da administração colonial. Embora haja exceções (ainda que poucas) os africanos e seus descendentes foram oficialmente impedidos de exercer alguma ocupação em quaisquer cargos da burocracia estatal. Nas poucas vezes em que isso ocorria tratava-se de questões circunstanciais. Os motivos de tal impedimento variavam, mas na maioria das vezes giravam em torno do receio de que tal

⁴⁸ Ver: BOSCHI, Cáo César. “Igreja, Estado e irmandades em Minas Gerais.” In: *Os Leigos e o Poder. Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1996, p.71-139.

parcela da população adquirisse poder político e econômico e, devido ao fato de fazerem parte do maior contingente populacional do Brasil, viessem a se unir em torno da causa comum da liberdade e se rebelar contra o sistema vigente, pondo em risco, dessa forma, a sobrevivência da colônia, uma vez que sem a mão-de-obra escrava os engenhos, as fazendas, a mineração e outras atividades econômicas que forneciam a base de sustentação da sociedade colonial não resistiriam ao impacto de tal acontecimento. O que estava em xeque era a própria sobrevivência do “sistema colonial”. A tensão entre brancos e negros foi constante durante o período colonial e o medo de uma sublevação negra fazia parte do cotidiano da sociedade. Isso foi um fator de muita preocupação para as autoridades coloniais, principalmente nas áreas urbanas, onde a existência de muitos quilombos foi mais intensa próximos às vilas e arraiais, bem como os ajuntamentos de negros nas vendas, nas casas de forros, em alguma praça ou via pública. Por isso mesmo, os cargos deveriam ser ocupados por homens bons, isto é, brancos, livres de máculas sociais, raciais ou religiosas. Um fator que afastava mais ainda os homens de cor dos cargos burocráticos é que estes traziam consigo o estatuto da nobreza e eram na maioria das vezes comprados ou concedidos pela Coroa como mercê ou premiação por bons serviços prestados. Os africanos e seus descendentes, por constituírem o nível mais baixo da escala social, não estavam inseridos nas redes clientelares que uniam os vassallos e os súditos à cabeça do corpo social, ao centro de ordenação da sociedade. É claro que em outras partes do império, como São Tomé e Benguela, na África, isso não foi levado ao pé da letra. As especificidades locais, como os poucos recursos demográficos portugueses e a ausência de mulheres brancas impediu o surgimento de uma elite branca que pudesse servir em tais funções (BOXER, 2002, p.293).

No cotidiano da vida urbana essa luta contra uma identidade social imposta no passado também se manifestou, sobretudo no século XVIII. Nas zonas urbanas de Minas Gerais, no Rio de Janeiro, em Salvador e nas demais áreas urbanas do Brasil setecentista, as pessoas de cor, ao se livrarem oficialmente da escravidão, se utilizavam da riqueza, do luxo e da ostentação para fazer com que fosse visto, aos olhos da sociedade, o seu novo estatuto social, numa tentativa de se livrarem efetivamente daquele estigma.⁴⁹ E isso foi mais comum entre as mulheres. Inúmeras foram as reclamações das autoridades e as ordens régias proibindo que essas pessoas usassem vestimentas que por direito eram prerrogativas das pessoas brancas e mais proeminentes da sociedade. Mas como bem demonstrou a

⁴⁹ Ver, entre outros: LARA, Silvia Hunold. “O teatro do poder”, “Diferentes e desiguais”, “A multidão de pretos e mulatos”. In: *Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 29-172.

historiografia especializada sobre a temática, esses critérios não foram observados, nem mesmo mediante as ordens do rei. Aqui novamente se vê como a experiência no espaço colonial levou ao desenvolvimento de identidades, neste caso dos africanos e seus descendentes, que contribuíram para a quebra da soberania e da ordem vigente no Brasil colonial. Esses critérios de distinção a partir da vestimenta estavam na compilação de “leis” que ordenavam o mundo ibérico do Antigo Regime, isto é, nas Ordenações Filipinas. Como já dissemos no capítulo anterior, os costumes e os valores das sociedades tradicionais ibéricas modernas foram introduzidos no mundo colonial. Porém, o embate das múltiplas trajetórias dos múltiplos agentes sociais gera um campo de força e acaba alterando o espaço, o lugar, que não é dado, que não é um mero cenário no desenrolar da dinâmica social. A experiência no espaço colonial proporcionou o surgimento de múltiplas identidades que, por sua vez, faz surgir algo novo que passa a ser componente desse lugar.

Muitos ex-escravos alcançaram a ascensão econômica através dos seus ofícios mecânicos ou através da atividade mineradora ou ainda através da concubinação com homens ricos, no caso das mulheres. Não obstante o enriquecimento, a ascensão social não se dava da mesma forma que a econômica, pois o preconceito racial estava enraizado desde a formação da sociedade brasileira colonial ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII. Assim, podemos sugerir que havia uma diferença entre mobilidade e ascensão social. Aos olhos da sociedade, sair da escravidão é, nesse sentido, mais mobilidade do que ascensão. Se olharmos o fenômeno a partir de tal perspectiva, poderemos compreender pelo menos uma face da lógica que não tem sido bem compreendida pela historiografia dedicada ao estudo da escravidão. A nossa concepção é que a prática comum entre ex-escravos de enriquecer e adquirir cativos pode ser vista como uma tentativa de se afastar da identidade ligada ao cativo através de atitudes e comportamentos, uma vez que a cor da pele era um forte obstáculo para a ascensão social. Essa prática era compartilhada por aqueles indivíduos que não eram mais escravos e nem eram portadores de um sentimento de pertença em relação aos antigos companheiros de cativo. Se aos olhos dos brancos eles não conseguiam uma ascensão social, o mesmo não se pode afirmar em relação aos seus próprios olhos e aos olhos daqueles que não tiveram a mesma sorte e continuavam sob o jugo de seus senhores. Essa atitude é fruto do preconceito e da rejeição social e acarreta, por sua vez, na contraditória constituição de uma fronteira entre indivíduos da mesma proveniência sócio-cultural, isto é, na constituição de um “outro” que recentemente era parte constitutiva do “nós”. Isso estabelece um conflito identitário pessoal e interno à identidade maior da escravidão, pois se por um lado havia um imenso esforço pessoal para se afastar, na prática, através de atitudes e

comportamentos teoricamente desumanos com os antigos companheiros, da mácula da pele, por outro havia uma consciência de que não seria possível se apartar definitivamente de tal mácula, uma vez que a cor da pele não mudaria independentemente de não serem mais escravos mesmo que se tornassem senhores possuidores de escravos. Dessa forma, o que no meio historiográfico se convencionou chamar de embranquecimento social, caracterizado por uma tentativa de se igualar simbolicamente aos brancos, reproduzindo o seu padrão de comportamento, nós preferimos aqui chamar de luta por uma nova identidade. Devido ao fato de não serem mais escravos, mas na impossibilidade de serem brancos, seriam a elite, o topo do universo de pele e sangue negros.

Ao formularmos essa linha de pensamento, estamos fazendo alguns apontamentos metodológicos a partir da problemática da região, do lugar, associada à noção da indissociação entre território e identidade. Isso nos permite uma outra via de análise para tentar compreender a experiência de agentes históricos como ex-escravos que se tornavam senhores cruéis que exageravam nos castigos, ou aqueles que abandonavam os ofícios mecânicos colocando os seus semelhantes para fazerem-no no seu lugar ou ainda os que se tornavam capitães-do-mato e que perseguiam seus semelhantes. O que estamos chamando à atenção é para a noção de que isso não pode ser visto apenas como uma ratificação da ordem escravista, embora não estamos negando essa face do fenômeno, uma vez que por exemplo, a prática senhorial de alforriar mais crioulos que africanos, mais mulheres que homens não permite que tal face seja ignorada. Estamos lançando uma advertência para que esse fenômeno não seja compreendido meramente através de um olhar estruturalista e funcional, pois perde de vista a noção de que se para o domínio senhorial isso pode ser encarado como uma ratificação da ideologia escravista, por outro isso tem uma dimensão mais profunda para os escravos e ex-escravos, a dimensão identitária, que corresponde à busca e à afirmação de uma nova identidade dentro do mundo da escravidão. Essa busca por uma nova identidade, por sua vez, só foi possível devido à experiência da vivência no universo colonial, um espaço conflituoso no qual as relações de forças podem ser vistas como um fenômeno formador de identidade.

4.2. Cargos públicos

Como bem observou Russel-Wood, “... o desempenho de cargos públicos, a nobreza e a mobilidade andaram muitas vezes de mãos dadas em grande parte do mundo de expressão

portuguesa.” (Russel-Wood, 1992, p. 109) Como exemplo de tal situação, de certa forma comum no mundo imperial lusitano, o autor cita o caso de Antônio Albuquerque Coelho de Carvalho, um nobre português de linhagem que foi governador do Maranhão e Grão Pará (1690-1701), do Rio de Janeiro (1709-1710), da Capitania de São Paulo e Minas Gerais (1710-1713) e de Angola, onde faleceu em 1725. (Russel-Wood, 1992, p.110). O caso de Antônio de Albuquerque fortalece a nossa argumentação de que a experiência no território da América portuguesa forneceu uma nova identidade a muitos indivíduos, sejam nobres, plebeus, escravos, portugueses, “brasileiros” (mestiços, crioulos e filhos de portugueses nascidos no Brasil). Antônio de Albuquerque após servir como governador do Maranhão e Grão-Pará regressou à sua terra-mãe, onde participou como soldado da guerra de sucessão espanhola. Novamente nas palavras de Russel-Wood, “Evidentemente, a sua alma e o seu coração estavam nos trópicos...” (Idem), pois logo depois Albuquerque retornou ao Brasil servindo como governador em diversas regiões. O elo com o território luso-brasileiro iniciara-se por volta de 1682, possível data do nascimento de seu filho nos trópicos: “... um bastardo de uma mulher descendente de brancos, negros e índios.” (Idem) Além de se envolver com uma mestiça e de ter um filho com ela, que era o que se podia à época chamar de natural da terra, soma-se à nossa argumentação o fato de que, ao fundar uma vila com o seu nome, a Vila Rica de Albuquerque, isto é, ao fundar uma vila em nome do rei, mas com o seu próprio nome, Albuquerque se torna um claro exemplo da situação não rara em que um indivíduo que, em princípio viria para o interior do território para garantir a soberania real (da coroa ou do Estado) acaba se envolvendo e se identificando com o lugar, que por sua vez proporciona uma nova identidade ao sujeito, que acaba por fazer o contrário, rompendo com a soberania. Outro caso de soberania rompida pelos próprios agentes da coroa é fornecido pelo exemplo muito conhecido de Borba Gato, genro de Fernão Dias Paes e que era membro da expedição das esmeraldas. Borba Gato se desentendeu com um alto funcionário régio e armou uma emboscada para matá-lo. Após o crime, ele se refugiou no sertão por cerca de 10 anos até o momento em que achou ouro na região de Sabará, negociando assim o seu perdão com a Coroa em troca da informação da localização das Minas. De criminoso e fugitivo Borba Gato é perdoado e assume posição destacada na burocracia estatal.

Se não a maioria, grande parte dessas pessoas viam nas suas ocupações a possibilidade de ascender econômica e socialmente buscando uma melhor posição social no ultramar, onde alcançariam com mais facilidade a riqueza, o prestígio e a eminência social que não conseguiam alcançar no reino devido a impedimentos que a sua posição social lhes causava (RUSSEL-WOOD, p. 171). Isso só reforça o nosso argumento de que isso está diretamente

relacionado com a busca de uma nova identidade proporcionada pela experiência no ultramar e, no caso da América portuguesa, isso foi levado às últimas consequências, tendo sido fatal para a derrocada do mundo luso-brasileiro.

Em termos imperiais, dois órgãos que garantiram a continuidade entre a metrópole e as suas colônias, além do comércio e das migrações e trocas culturais entre as diversas partes do império e metrópole, pode-se destacar as Câmaras Municipais e a irmandade da Misericórdia. E também podem ser estudadas a partir da perspectiva de identidade que permeia todo o desenvolvimento e a argumentação do presente ensaio. Como bem afirma Boxer, “Seus membros provinham de estratos sociais idênticos ou semelhantes e constituíam, até certo ponto, elites coloniais.” (BOXER, 2002, p.286). Essas elites eram compostas por pessoas de cabedal político, simbólico e econômico. E não é difícil imaginar que existia um sentimento de pertencimento entre esses indivíduos em relação ao restante da população, sobretudo nas Minas Gerais onde a sociedade era composta de pessoas provenientes dos mais diversos estratos sociais (brancos, negros, mulatos, pardos, carijós, índios, paulistas etc.). A própria ideia de exclusão e do preconceito racial e religioso pressupõe a ideia de pertencimento, uma fronteira entre os que se identificam entre si e os outros. Os membros do senado se mostravam nas procissões e festas “cívicas” (procurar uma palavra mais apropriada) e solenidades oficiais, ostentando e reafirmando, a sua distinta e elevada posição na sociedade colonial, seja nos núcleos urbanos de Minas Gerais, no Rio de Janeiro, em Salvador e em outras partes do Brasil⁵⁰ e provavelmente do império.

A sociedade colonial, em certa medida, trouxe, desde a sua formação⁵¹, alguns aspectos e costumes do reino. Como se sabe, a sociedade portuguesa moderna era uma sociedade tradicional de cultura de Antigo Regime. Em tais sociedades, não tem lugar a ideia de igualdade social, jurídica, política etc. Por isso mesmo são sociedades onde a disputa pelo capital simbólico é também uma disputa pela distinção, pela identidade.

4.3. Movimentos de contestação

4.3.1. Motins no Sertão do São Francisco⁵²

⁵⁰ Ver: LARA, Silvia Hunold. “O teatro do poder”, “Diferentes e desiguais”, “A multidão de pretos e mulatos”. In: *Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 29-172.

⁵¹ Ver: ANDRADE, Francisco Eduardo de. *A invenção as Minas Gerais: empresas, descobrimentos e entradas nos sertões do ouro da América portuguesa*. Belo Horizonte: Autêntica Editora: Editora PUC Minas, 2008.

⁵² Existiram vários outros movimentos, mas devido à limitação deste trabalho, trataremos aqui de apenas três: os motins da região do Rio São Francisco em 1736, a Inconfidência Mineira e a Revolução Pernambucana de 1817.

A região à margem do Rio São Francisco e do Rio das Velhas, principal afluente do primeiro, em Minas Gerais, foi palco, em 1736, de uma violenta reação de seus moradores às exigências fiscais do governo metropolitano. O centro da discórdia foi o pagamento do quinto real imposto aos moradores daqueles sertões onde não se tirava ouro e que se situavam longe das áreas de mineração. Os líderes do motim eram aqueles indivíduos detentores de prestígio social e de poderes militares e econômicos, vulgarmente conhecidos no meio historiográfico como os poderosos do sertão. Alegavam os sediciosos que naqueles sertões, além de não se tirar ouro, só havia fazendas de gado e engenhos d'água e por isso a cobrança seria injusta, pois já pagavam o dízimo pelas fazendas e pelos gados que criavam para sustentar as zonas de mineração e para seus mantimentos (FIGUEIREDO, 1999, p.129,134-135). Esses líderes dirigiram, então, um manifesto convocando todas as pessoas, de todas as castas e de todas as cores, ou seja, brancos, mulatos, negros forros, senhores e simples moradores, mobilizando-os a pegarem em armas para se defenderem em torno de um interesse comum, já que seriam todos homens do sertão – um auto reconhecimento da condição de sertanejo (FIGUEIREDO, 1999, p.133). Contudo, como explica Figueiredo, esses homens “Teriam tentado evitar a capitação não porque não poderiam pagá-la, mas com temor do aparato judicial que poderia instalar-se no seguimento da cobrança fiscal.” (FIGUEIREDO, 1999, p.140). Para Figueiredo, o que perpassava na mentalidade dos líderes de tal contestação é a ideia de que naqueles vastos sertões havia “... súditos [que] eram senhores de direitos imemoriais que o soberano ou os seus funcionários não poderiam atingir.” (FIGUEIREDO, 1999, p.142).

Em sua análise, Figueiredo enfatiza que nesses movimentos de contestação havia um discurso político dos colonos que seria perpassado por estratégias de legitimação e respeito às noções do direito centradas na lealdade ao soberano. Assim, os colonos reproduziram, no plano do discurso político, alguns traços da cultura das sociedades europeias tradicionais durante a idade moderna (sociedades de Antigo Regime) de modo a garantir os seus direitos.

O que se configura inusitado fora do alcance pelos vastos sertões da América da proposição de que súditos à margem das redes clientelares e fora das esferas de subordinação judiciais que, amparados numa *identidade forjada em uma memória da dura obra de conquista que consumira gerações*⁵³ que não puderam contar com a fazenda real, legitimavam o direito de se levantar contra as autoridades régias, não apenas como resistência aos quintos mas, em

⁵³ Itálico meu.

última análise, como recursos para reatarm os seus vínculos com o soberano distante (FIGUEIREDO, 1999, p.142).

Essa seria uma forma de negociar a sua sujeição.

Cabem aqui duas observações, ambas no que se refere à mobilização de um elemento identitário, e a relação ambígua da territorialidade como garantia de soberania real e como obstáculo à mesma. Embora a análise de Figueiredo atente para a questão da identidade, ela não avança muito, tendo um tom mais funcionalista, como se o que estivesse em jogo fosse apenas os interesses econômicos e políticos daqueles homens do sertão, não atentando para os aspectos identitários. A imposição do fisco na região fazia parte de um processo de expansão da fronteira administrativa das zonas de mineração para os sertões. O objetivo da coroa era

... atacar o contrabando e facilitar o acesso da fiscalidade real às novas zonas de mineração que cresciam, como Goiás e Minas Novas, e que faziam daquele sertão um hiato necessário a se superar. [Daí a importância da] (...) dominação política sobre esse território e grupos sociais com os quais se deveria assegurar a delimitação das fronteiras com a Espanha. (FIGUEIREDO, 1999, p.142).

Como tentaremos demonstrar a seguir, os líderes revoltosos manipularam o elemento da identidade dos moradores de um mesmo sertão em oposição aos moradores das áreas mineradoras, mas independentemente da motivação fiscal, mesmo que inconscientemente, estavam defendendo a sua própria identidade. Assim se percebe o estabelecimento da fronteira entre eu e o outro, a identidade sertaneja proporcionada pelo território, pela interação com o sertão. Mesmo que os líderes daqueles movimentos contestatórios estivessem manipulando ou forjando elementos identitários como instrumento de manobra dos diferentes contingentes populacionais, tratava-se, no fundo, da criação e utilização de mecanismos para preservar não apenas o seu poder de mando e o seu poderio econômico. O que estava em xeque era o seu prestígio social, a sua identidade enquanto senhor em relação às camadas inferiores da população. Essa identidade estaria ameaçada quando da possível chegada do aparato burocrático da coroa, como acontecera na região mineradora a menos de duas décadas, com a implantação, na capitania, dos magistrados do reino. Poder político, militar, econômico, oriundos de um passado heroico no sertão não podem, nesse sentido, ser separados da questão

identitária, sobretudo nas Minas Gerais do século XVIII, onde a hierarquia ou a estratificação social não se resumia apenas às zonas mineradoras, embora seja um fenômeno que se manifestou com mais intensidade naquelas regiões, o que não significa que não tenha se expressado também nos sertões e em outras regiões e com ela a questão da identidade, como vamos insistir ao longo deste capítulo.

4.3.2. A Inconfidência Mineira

O episódio da Inconfidência Mineira também é sugestivo nesse aspecto identitário. As visões sobre o evento nem sempre estão em confluência. Não obstante, a imagem idealizada dos heróis que lutaram pela independência do Brasil já não se sustenta mais. Ao contrário do que foi afirmado durante muito tempo, a Inconfidência Mineira não foi uma revolução nem uma revolta, pois não houve um movimento armado, uma vez que a conspiração foi abortada antes mesmo de sua realização. Tratava-se de um movimento muito homogêneo seja no que se refere à extração social dos participantes, seja em relação às suas ideias políticas. Foge às intenções do presente estudo fazer uma abordagem mais ampla a respeito de tal evento e também seria desnecessário fazer repetições, uma vez que já existe uma historiografia que se dedica ao tema e que tem desmitificado as interpretações não inocentemente equivocadas em nome de uma memória nacional. Nos restringiremos aqui a fazer uma breve análise do perfil social de alguns de seus membros e sobre algumas concepções políticas presentes na conspiração de modo a tentar compreender o motivo que levou seus membros a se unirem em torno da causa. Contudo, isso não significa incorrer numa ideia de nativismo, já desmentida pelos estudos mais recentes, e sim fazer algumas ponderações tendo em mente a questão identitária discutida ao longo deste trabalho.

Dentre os envolvidos, foram condenadas 24 pessoas, mas certamente havia outras que participaram indiretamente da conjura. Desses 24, 17 tinham formação específica em seus ofícios como clérigos, advogados e oficiais de tropas pagas. Como era comum na época, esses indivíduos se dedicavam simultaneamente a várias atividades econômicas, atuando como senhores de escravos, se dedicando à agropecuária à mineração e a atividades ilícitas. As grandes fortunas de Minas eram de pessoas que se dedicavam a várias atividades econômicas. O cônego Antônio Vieira, por exemplo, era professor de filosofia e lecionava no seminário de Mariana (onde estudou, além de São Paulo, não tendo formação superior em universidades europeias). O Tiradentes possuía formação militar e era sub-tenente de tropas pagas (alferes).

Embora não tivesse formação superior, o alferes era um homem sábio e inteligente, pois tinha conhecimentos “odontológicos” numa época em que não havia formação para dentistas, além de possuir conhecimentos na área de planejamento urbano, motivo alegado pelo réu quando inquirido sobre a sua presença no Rio de Janeiro no momento da prisão. Segundo seu depoimento, lá estava para cuidar da construção de aquedutos para melhorar a rede de abastecimento hidráulico daquela localidade. Ademais, ele não era pobre, pois, segundo Vilalta, seu patrimônio era semelhante ao patrimônio do Ouvidor Gonzaga (VILALTA, 2008, p.). João Rodrigues de Macedo era captador de impostos. Tomaz Antônio Gonzaga possuía formação jurídica em Coimbra e era Ouvidor da Comarca de Vila Rica. Alvarenga Peixoto era advogado no Rio das Mortes. Cláudio Manuel da Costa era advogado e secretário de governo da capitania e um grande proprietário de escravos, se dedicando também à usura, o que hoje se conhece como agiotagem. O Padre Rolim era traficante de escravos e contrabandista de diamantes. Freire de Andrade era filho de um ex-governador de Minas Gerais e sobrinho do governador Gomes Freire de Andrade que era tenente coronel, o segundo posto na hierarquia colonial. Como se percebe, os principais envolvidos na conspiração tinham um perfil elitizante. Não se pode perder de vista que a riqueza não era o único critério de distinção na sociedade mineira colonial, sendo que a representação de si perante aquele mundo era, talvez, mais importante do que o critério da riqueza, pois que o privilégio e a ocupação de cargos na burocracia régia seria também um critério fundamental de distinção e prestígio na ordem estamental colonial.

Todos os letrados (padres e advogados) tiveram a sua formação de acordo com o modelo da segunda escolástica, segundo a qual o pacto social poderia ser rompido quando da tirania e injustiça do governante. Gonzaga se utilizava das Cartas Chilenas para satirizar o governado Luís da Cunha Menezes, tido como tirano pelos membros da elite. Segundo Vilalta, em alguns trechos, as cartas zombavam do governador por ter uma livraria virgem, que não sabia ler senão letras redondas e que seria incapaz de acompanhar as discussões acadêmicas. E continua: “‘quem rege os povos? ‘deve ler, de contínuo, os doutos livros? ...’”⁵⁴. Ao governador eram atribuídas atitudes como a violação das leis, a cobrança injusta de impostos e o desperdício de dinheiro público. Essas críticas são baseadas nas noções de bom governo e de tirania presentes na neo-escolástica cuja concepção corporativista da sociedade e do poder advém de uma matriz contratualista, segundo a qual o soberano poderia ser deposto em caso de tirania, uma vez que o poder, oriundo de Deus, antes de se assentar no soberano, era intermediado pela comunidade, devendo o soberano cuidar da manutenção do bem

⁵⁴ (GONZAGA, 1996, p.792). Apud. VILALTA, 2008, p. 581.

comum, isto é, dos direitos e privilégios de cada um mediante a sua posição na hierarquia social. Vem daí o princípio de justiça da época (VILALTA, 2008, p. 581-582). Essa concepção corporativa da segunda escolástica é tributária, por sua vez, das interpretações acerca da restauração do trono português em 1640 pela dinastia de Bragança. (VILALTA, 2008, p. 598) Por serem influenciados pela segunda escolástica, há suspeitas de que os inconfidentes defendiam a ordem estamental, o Antigo Regime, e, indiretamente, a escravidão, uma vez que a questão da abolição era tema controverso entre os membros do movimento (afinal, muitos eram senhores de escravos e, no caso da abolição, como se tocaria a força de trabalho se o movimento obtivesse sucesso?). Também não se tratava claramente de um projeto de independência ou de república. Como nos informa Vilata, na década de 1780 alguns inconfidentes sonhavam com a transferência da corte portuguesa para as suas possessões americanas. Essa ideia teria sido cogitada pelo Cônego Vieira e por Alvarenga Peixoto. Este último, num de seus poemas teria feito um convite indireto a “d. Maria I para que viesse ser coroada no Rio de Janeiro.” (VILALTA, 2008, p. 591) Havia também influências das luzes, principalmente com o impacto da obra de Montesquieu (VILALTA, 2008, p. 582), e da Revolução Americana. Isso demonstra que a questão da identidade também esteve presente para alguns dos conjurados. No caso de Gonzaga, isso fica mais claro, na medida em que, sendo um português, se identificava como tal. No entanto, era um homem de seu tempo e que compartilhava com as ideias e teorias políticas de seu tempo. O território colonial era o espaço para demonstrar isso, para efetivar os ideais e pensamentos políticos de seu tempo. Era iluminado, estudara em Coimbra, que lia, “de contínuo, os doutos livros”. Caberia, a homens esclarecidos como ele, o governo – e não a um déspota e tirânico e que não era iluminado pelas letras, o governo daquela região tão rica da qual pretendiam exercer uma nova identidade. Eram homens de um novo tempo, num Novo Mundo, no qual se poderia viver uma nova identidade. Cláudio Manuel da Costa, Tomaz Antônio Gonzaga e o Cônego José Vieira já teriam inclusive escrito parte daquilo que viria a ser a constituição (VILALTA, 2008, p. 564). Nesse sentido, embora inconscientemente, o elemento identitário era mobilizado: o poder econômico, o poder de mando, a elevada posição social e intelectual. O espaço colonial seria, dessa forma, o lugar privilegiado de aplicação das ideias de seu tempo, pois Minas Gerais, a partir do século XVIII, “... passou a ocupar crescentemente lugar central nas articulações político-econômicas do mundo luso-brasileiro”. Daí a necessidade de “... redefinir o conteúdo e o sentido das relações entre Portugal e sua extensão americana.” (FURTADO, 2004, p.170). A nova capital pretendida pelos sediciosos era São João Del Rei, a cabeça da Comarca do Rio das Mortes, ou seja, para onde se direcionava o eixo econômico da

capitania no último quartel dos setecentos (FURTADO, 2004, p. 171). Ainda, segundo o autor, não havia um projeto fechado. Antes, “... tratava-se de uma miríade de projetos e propostas de ação ora mais gerais, ora mais pontuais, o que em cada caso atendia às necessidades daqueles que as propunham.” (FURTADO, 2004, p.172). Assim, a ideia de uma restauração, ao invés de uma revolução, pode explicar, em parte, porque os inconfidentes estavam em briga com a coroa: além do desejo de deixar a riqueza na colônia e não no reino, a união desses setores da elite em torno da conspiração tinha o objetivo comum refletido numa ambição de natureza política, isto é, participar do governo, queriam uma restauração para participarem do poder. Vilalta percebe que “... o vocabulário político de que [os inconfidentes] se valeram...” continha dimensões identitárias e espaciais (VILALTA, 2008, p. 551). Para o autor, “a capacidade de governar dos mazombos” defendida pelo alferes Joaquim José da Silva Xavier, isto é, a ambição dos conjurados de participação mais efetiva no governo, resumia-se na tentativa de “... salvaguardar as possibilidades de enriquecimento pessoal e coletivo, as propriedades e os negócios que o viabilizavam – em risco, pelas medidas da coroa –, pelo monopólio comercial metropolitano e pelo afastamento deles de postos de mando e oportunidades de lucro lícito e ilícito ...” (VILALTA, 2008, p. 588). Não negamos que esses interesses estavam em jogo. Mas alertamos para o fato de que esses objetivos econômicos têm uma dimensão maior que os liga pelo elemento identitário. Como se disse, não se trata de reproduzir as teorias nativistas em relação a Inconfidência Mineira. O que unia homens de diferentes posições sociais, políticas, econômicas e de diferentes naturalidades, no nosso entendimento, era a questão identitária. Mas não uma identidade coletiva, embora esta fosse ideologicamente mobilizada em diversos momentos. Antes, múltiplas identidades particulares. O próprio fator de não haver uma unidade em relação ao problema da escravidão, bem como se após a revolução haveria uma monarquia ou república, se seria uma ruptura ou uma restauração, são indicadores dessas identidades múltiplas e particulares, diferentes, portanto, da noção de nativismo, que esperavam se manifestar num solo tão propício à invenção do novo. Em relação à mobilização de identidades, Vilalta afirma que

“Nos *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*, diferentes conceitos são utilizados na representação de identidades coletivas: ‘mazombos’, ‘filhos de Minas’, ‘filhos da América’, filhos de ‘Portugal’, ‘filhos do Reino’, ‘americanos’, ‘americanos ingleses’, ‘americanos portugueses’, ‘nacionais’, ‘nacionais da América’, ‘nacionais das Minas’, ‘nacionais do Brasil’, ‘pátria’, ‘povos das Minas’, e ‘povos do Brasil’.” (VILALTA, 2008, p.568)

O termo “mazombo” é atribuído ao Tiradentes e, segundo Vilalta não fazia oposição aos portugueses, se referindo à identidade coletiva dos brancos naturais da colônia. Para o autor, o termo Brasileiro não aparece na documentação e não havia uma distinção clara entre os mazombos e os portugueses (VILALTA, 2008, p. 573). Por sua vez, o termo nação (ou nacionais) está associado à pátria, que por sua vez se relaciona à naturalidade, ou seja, a terra de nascimento, seja o Reino, as Minas ou outras capitanias, ou ainda uma comarca etc. (VILALTA, 2008, p. 574) Havia identidades coletivas e particulares, pois os colonos se reconheciam como paulistas, baianos, portugueses etc. (VILALTA, 2008, p. 576) Assim, quando falavam em países independentes, não se referiam ao Brasil como um todo, mas às comarcas e às capitanias do que hoje corresponde ao sudeste do Brasil. Os inconfidentes nunca falavam em Brasil. Não havia identidade brasileira na época. Era-se natural das Minas, do Rio de Janeiro, de São Paulo, Bahia etc. ou do Reino. O horizonte dos inconfidentes era Minas Gerais e no máximo. Vilalta chama a atenção para o fato de que no momento da tentativa de levante não havia um modelo de república federativa plenamente constituído, nem nas antigas colônias inglesa da América do norte. Dessa forma, a palavra república utilizada pelos conjurados

... não é sempre sinônimo de governo republicano, muito menos de governo representativo e, menos ainda (aliás, nunca), democrático. (...) No sentido de governo republicano, nota-se que as instituições políticas mestras seriam os denominados ‘parlamentos’... Pode-se presumir que eles seriam a materialização da participação no governo almejado pelos inconfidentes (...) ... tais parlamentos teriam semelhanças com as câmaras das vilas existentes sob o domínio colonial português, do que se poderia deduzir que a representação seria restrita à parte do corpo social. (VILALTA, 2008, p. 594-595)

E conclui o raciocínio: “A república dos inconfidentes mineiros pouco inovaria em termos das estruturas de poder existentes na Colônia, exceto pelo fato de que tais parlamentos ... não estariam sujeitos ... à tutela dos príncipes.” (VILALTA, 2008, p. 595) No entanto, não havia claramente o interesse de separar o Brasil do jugo português, pois, como se disse, havia também uma ideia de [restauração] através da qual os indivíduos mais proeminente de Vila Rica queriam participar do governo, uma vez que as decisões eram tomadas em Lisboa e não

na colônia, isto é, estavam submetidos à metrópole, e isso seria demais para aqueles indivíduos de letras. Devido à sua posição econômica e social, deveriam ter mais prestígio e tomar eles próprios as decisões referentes à sua localidade. À época da conjuração, no do século XVIII, “A população do Portugal continental ... se aproximava dos 3 milhões, e a do Brasil, dos 2,5 milhões” (BOXER, 2002, p.211). Muitos daqueles envolvidos no episódio eram homens de letras, magistrados da coroa, intelectuais, pessoas instruídas nas universidades europeias, sobretudo Coimbra, em Portugal. Boa parte dos membros da conspiração era composta por indivíduos que já tinham um cabedal social e econômico, como no caso daqueles que provavelmente seriam os líderes do movimento, Tomás António Gonzaga e Cláudio Manuel da Costa. Assim sendo, o que motivou a conjura não foram necessariamente as questões econômicas, embora elas também não estivessem de fora. Mas sobretudo aqueles indivíduos menos favorecidos dentre os membros do movimento viram nele a oportunidade de adquirir mais prestígios e privilégios (se tornar o topo da elite) ao participar do governo daquele “universo do indistinto”. Um bom exemplo para a questão da identidade proporcionada a partir da experiência no território é o enraizamento de uma identidade elitizante, a vontade de governar, de mudar de vida. O que estamos defendendo aqui não é a ideia de que não houve interesses políticos, econômicos e mercantis, mas sim que eles não estiveram acima da questão da identidade, sendo mesmo indissociáveis desta, da possibilidade de mudar de vida não meramente no aspecto econômico, mas também do capital simbólico, na questão da identidade. Também não estamos afirmando aqui que há uma total ruptura com a metrópole, até mesmo porque os padrões ibéricos são tomados como referência. Isso nos leva a fazer o seguinte questionamento: além de assegurar a manutenção e a ampliação dos ganhos econômicos, qual seria a finalidade do poder político, ou seja, o poder de mando, de tomada de decisões? Provavelmente essa pergunta só possa ser respondida quando levada em conta a questão fundamental que se coloca para aqueles indivíduos, ou seja, o elemento de identidade que se queria libertar e se afirmar no espaço colonial. Se pensarmos por esta ótica, podemos arriscar um dos motivos que levaram o Tiradentes a participar com tanto afínco do movimento: a ambição do alferes, que era descendente de portugueses, e que certamente ocuparia posição de destaque e chefia no que se referia à força militar após a restauração ou república almejada. Isso é uma questão de poder e, portanto, da afirmação de uma identidade. É a partir da experiência no espaço colonial e da releitura do mesmo mediante as múltiplas origens intelectuais (nova escolástica, luzes, revolução americana e a restauração portuguesa de 1640), portanto, que emerge a questão das identidades dos coloniais sediciosos.

4.3.3. Revolução Pernambucana

É a vivência no espaço, assim como as múltiplas trajetórias que conformam o lugar, e algumas vezes tal experiência foi utilizada de forma ideológica para mobilizar uma identidade forjada a partir da interação com o território. Foi o caso da Revolução de 1817, encabeçada por Pernambuco, também conhecida como Confederação do Equador. Nesse período já se discutia, tanto em Portugal como no Brasil, um projeto de Monarquia constitucional. Mas os revolucionários de 1817 rejeitavam tal ideia. Seu plano era que as províncias do nordeste, ou seja, Pernambuco, Alagoas (que na época fazia parte da Comarca de Pernambuco), Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, deveriam formar uma só república, pois, nas palavras do padre João Ribeiro, “estas províncias estão tão compenetradas e ligadas em identidade de interesses e relações que não se podem separar”. Essa mobilização de um fator de identidade entre as províncias advém do fato de que elas correspondiam territorialmente ao período de dominação holandesa no Brasil (MELLO, 2004, p.43). Esse sentimento identitário fez com que os revolucionários não pensassem no Brasil como uma unidade, e por isso mesmo não queriam promover a independência do Brasil como um todo, pois as províncias do sul estavam muito próximas da corte e, caso se revoltassem, provavelmente seguiriam o modelo monárquico constitucional, como se observou em 1822 (MELLO, 2004, p.43-45). Assim, foi estabelecido um governo provisório, pois os líderes revolucionários alegavam que o descumprimento de um pacto vassálico pela dinastia de Bragança deixava-os livres no direito de se emanciparem de Portugal. Tal pacto, forjado nos discursos da tradição do Antigo Regime português, dizia respeito ao episódio da luta travada no nordeste contra os holandeses, em meados do século XVII, que resultou na expulsão dos mesmos dos domínios portugueses na América pouco tempo depois da restauração do trono pela dinastia de Bragança. O fato de terem se livrado dos holandeses e recuperado o território para coroa às custas de seu próprio sangue e de sua própria fazenda instituíra um pacto entre a monarquia e os colonos do nordeste que, a partir de então, seriam “vassalos políticos” da coroa, enquanto que os demais seriam “vassalos naturais”. Em contrapartida, a coroa deveria ter reconhecido o valor da ação dos “leais vassalos” e premiá-los com isenções fiscais e administrativas, o que não ocorreu. Também por isso o movimento de 1817 era chamado pelos revolucionários como a “segunda restauração de Pernambuco” (MELLO, 2004, p.45-46). Num primeiro momento, estabelecido o governo provisório, o que se percebe é a mobilização de um elemento identitário forjado

pelas elites políticas e econômicas locais de modo a preservar os seus interesses. Isso porque o projeto de lei orgânica omitia a igualdade de direitos, não havendo igualdade política. O sistema eleitoral privilegiaria os detentores de propriedades fundiárias, isto é, somente a aristocracia rural teria direitos políticos. Segundo Mello, este modelo seria baseado no princípio fisiocrata que teria a agricultura como geradora de riqueza, e que seria sobre ela que se deveria organizar o Estado (MELLO, 2004, p.50-53).

Entretanto, não havia uma coesão no movimento, que rapidamente se fragmentou. Existiam duas facções opostas: a mata-norte revolucionária e a mata-sul, contra-revolucionária. Os revolucionários da mata-norte compunham-se daqueles proprietários que tiveram seus engenhos confiscados pela coroa, mas que se beneficiaram do surto algodoeiro decorrente da independência das treze colônias inglesas no século XVIII. Este evento fez com que a Inglaterra, em pleno auge de sua revolução industrial, perdesse a sua fonte de algodão para a produção de tecidos, o que fez com que os britânicos se voltassem para o algodão produzido no Brasil, mais necessariamente nas províncias do norte, cujos proprietários de fazendas algodoeiras acabaram enriquecidos. Era essa a camada social mais prejudicada com os impostos destinados a sustentar a corte situada no Rio de Janeiro. Eis o motivo principal da revolta. Já os proeminentes da mata-sul, devido às melhores condições do solo, conseguiram aumentar a produção de cana-de-açúcar mesmo mediante as condições adversas do mercado internacional. Ademais, os senhores da mata-sul não teriam como tirar proveito do surto algodoeiro, pois as condições do solo não favoreciam a cultura daquele vegetal (MELLO, 2004, p.57-59). O surto algodoeiro, dessa forma, provocou uma disparidade nos interesses de importação dos lados antagônicos: para a mata-norte, produtora de algodão, seria fundamental a liberdade de comércio; já a mata-sul, açucareira, dependia quase que totalmente da metrópole, pois além de ser o principal entreposto, era de lá que vinha o capital que financiava a produção e a comercialização do açúcar, além de financiar também a mão-de-obra escrava proveniente da África (MELLO, 2004, p.60).

Como se disse, em princípio se percebe a forja de uma identidade, motivada por interesses econômicos, que levaria à emancipação. Porém, isso seria empobrecer o fenômeno identitário que deu origem a esses interesses econômicos. O que estamos fazendo aqui é estabelecer uma relação hierárquica entre formação de identidade e interesses econômicos, no sentido de que o segundo é subordinado à primeira. A interação do homem com o espaço, utilizando os seus recursos naturais para modificá-lo humaniza este mesmo espaço que é transformado ao mesmo tempo em que o agente inicial dessa relação, isto é, o homem, também se transforma ou é transformado através da sua ação inicial de alterar o espaço. Ao

introduzir a cultura de cana-de-açúcar proporcionada pelas condições do espaço, surgiu aos poucos a sociedade açucareira que se consolidou ao longo dos séculos XVI e XVII. Foi, portanto, essa relação entre homem e espaço que originou a sociedade açucareira na qual surgiu uma classe senhorial que se distinguia dentre os demais indivíduos daquela sociedade. Essa elite açucareira tinha plena consciência da fronteira entre o “eu” senhor e os “outros”, isto é, as camadas intermediárias e os escravos. Isso é um fator de identidade e que é anterior ao elemento econômico. Por sua vez, a manutenção dessa identidade se dá por meio da defesa dos interesses econômicos. No caso dos contra-revolucionários da mata-sul, a independência significaria a perda do principal parceiro econômico, podendo acarretar em grande prejuízo não só econômico, mas identitário. Deixar de ser senhor, perder seu prestígio, descer na escala social, perder o poder político, perder o poder de mando, perder, em última análise, uma identidade senhorial, perda de si mesmos. Por isso não apoiariam a ruptura com Portugal. Ao passo que a mata-norte, na defesa de sua identidade como classe senhorial, não mais ligada ao açúcar, mas ao algodão, se via forçada a apoiar a ruptura política. Note-se que essa elite senhorial da mata-norte, cujo solo não era tão bom quanto o da mata-sul para o cultivo da cana-de-açúcar, e favorecida pela situação revolucionária no norte da América, pôde se aproveitar da situação para recuperar o seu prestígio enquanto uma elite rural senhorial, agora com o cultivo de algodão. Nesse caso também, a reapropriação dos recursos do espaço, isto é, do solo hostil ao cultivo de cana, foi bem sucedida, pois o solo era receptivo à cultura algodoeira. Foi, ao exemplo da mata-sul, a interação entre homem e espaço, o que permitiu a recuperação ou a formação de uma identidade entre aqueles homens. A atuação humana no espaço através da apropriação dos recursos naturais para a transformação do espaço produz uma cultura própria, transforma o homem e o espaço, acarreta na formação de uma identidade.

Outra “classe” que teve uma participação ativa no processo revolucionário foram as camadas urbanas superiores. Os que compunham essa camada eram os descendentes de antigos proprietários rurais que, no decorrer de algumas gerações, tiveram a sua identidade modificada pela experiência nos cargos públicos, em postos militares e na vida religiosa através do ingresso no clero secular. Ao chegar numa certa idade, essa camada viajava para a Europa para estudar nas grandes universidades portuguesas da época, recebendo educação europeia e sendo, nesse sentido, mais receptivos ao ideário liberal político da época (MELLO, 2004, p.54-55). A possibilidade de estudar e servir no exterior é tributária da posição preeminente (social, econômica e também simbólica) adquirida por aqueles que eram o resultado identitário de sua interação com o espaço e que possibilitou o envio de seus filhos à

Europa. Não obstante, o fato de pertencerem ao mesmo tempo a dois mundos fez deles diferenciados. E embora transitassem entre dois mundos, não eram meros intermediários entre os dois. Eles não eram europeus, eram diferentes das camadas proprietárias rurais, eram diferentes do povo comum, se destacavam socialmente. Novamente a fronteira entre o “eu” e o “outro” se coloca, agora para esses indivíduos. Eram portadores, naquele contexto, de uma identidade única. Queriam demonstrar o quanto eram evoluídos, o quanto eram homens de seu tempo. Apoiavam a revolução, pois eram pessoas esclarecidas. É claro que os interesses econômicos e políticos também se colocam, e nunca dissemos o contrário. Contudo, acima destes, a nosso ver, a questão da identidade, desde os primórdios de sua constituição enquanto tal e relacionada ao território, era parte constitutiva dos interesses políticos e econômicos das classes dominantes locais. Nesse sentido, a identidade é mobilizada tanto consciente, quando forjada ideologicamente visando uma finalidade, quanto inconscientemente, na defesa de uma posição econômica, política e simbólica na sociedade.

4.4. A Coroa

O rei d. João v foi o mais formalista e o mais devoto dos monarcas portugueses, e a excessiva preocupação com seu prestígio pessoal gerou relações muito tensas com o papado entre 1728 e 1732. (...) as quantidades de ouro brasileiro que mandou para a corte papal e para os cardeais finalmente, em 1748, renderam-lhe o título de Sua Majestade Fidelíssima, realizando-se assim seu desejo de igualar-se ao Cristianíssimo rei de França e ao Mui Católico rei de Espanha. (BOXER, 2002, p.173).

O trecho acima serve para exemplificar como o ouro do Brasil foi fundamental para garantir e consolidar uma identidade a muito tempo almejada pelos portugueses. Desde meados do século XVI, devido à união das coroas ibéricas e também à expansão colonial de outras potências europeias, Portugal já não ocupava mais aquele lugar de destaque que antes fazia dele a maior potência europeia. Mias de um século de glórias e vitórias em sua expansão marítima havia sido interrompido pelas perdas no oriente em decorrência do avanço da corrida colonial. A recuperação política, econômica e simbólica, ilustrada no trecho supracitado, se tornou possível devido à conjunção de dois fatores: a descoberta de ouro em

abundância nas regiões interioranas do Brasil e a institucionalização que por sua vez acarretou na territorialização efetiva dos seus domínios na América. Isso porque sem a territorialidade talvez Portugal não conseguisse manter a posse e a exploração das riquezas do território que, por sua vez, tiveram a fundamental importância para a recuperação do orgulho e da identidade portuguesa. Foi na primeira metade dos setecentos que D. João VI pode se identificar como pertencente ao topo das monarquias europeias. Não à toa o título de Majestade Fidelíssima foi tão almejado por ele, que passou a rivalizar com os reis de Espanha e de França, não à toa o período em questão é, ainda hoje, considerado o auge do absolutismo português, embora haja controvérsias se o poder da Coroa era mesmo absoluto⁵⁵. Mas isso não se resume apenas na figura do monarca, pois “... Portugal atingiu uma posição de prestígio e importância (...) [e] Lisboa era de novo uma das mais ricas cidades da Europa, assim como uma das mais populosas e insalubres.” (BOXER, 2002, p.173).

Grande parte do desenvolvimento da América portuguesa durante o século XVIII é tributário da política reformista iniciada na segunda metade do século por Sebastião José de Carvalho e Melo, que veio a se tornar o Marquês de Pombal em 1770, durante o período em que esteve no poder como primeiro ministro de D. José I. O objetivo do poderoso primeiro ministro era tirar Portugal do atraso econômico (mas não no sentido capitalista), mas mantendo a celha ordem. Pombal promoveu profundas mudanças não só no Brasil, mas também em quase todas as colônias portuguesas. A criação das companhias monopolistas no nordeste do Brasil (Maranhão-Pará e Norte-Nordeste), uma clara intervenção estatal no comércio colonial, tinha como objetivo estimular a economia portuguesa e conseguiu obter bons resultados, uma vez que aumentou a exportação de diversos produtos coloniais. Trouxe também uma prosperidade para aquela que antes era considerada a região mais atrasada e desgraçada do império, o Maranhão (BOXER, 2002, p.205-206). Não cabe aqui repetir a trajetória política de Pombal e suas consequências para o mudo de expressão portuguesa, pois isso já foi demonstrado pela historiografia e também porque foge às limitações deste trabalho.⁵⁶ O que se faz necessário destacar é que, mesmo tendo sido abolidas após a queda de Pombal, essas companhias ajudaram a desenvolver a economia e o comércio português, favorecendo a auto-estima (e por que não, a identidade coletiva?) de um império com uma metrópole rica e que novamente fazia frente aos seus pares europeus. Um país próspero, rico, dono de um vasto império que, mesmo com as perdas na África e principalmente no oriente,

⁵⁵ Ver: HESPANHA, António Manuel. *As vésperas do Leviathan*, Coimbra: Almedina, 1994.

⁵⁶ Para um melhor detalhamento ver, entre outros: MAXUEL, Keneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*.

tinha conseguido se reerguer. O orgulho português, nesse sentido, pode ser visto também a partir do ponto de vista da identidade no contexto mercantilista europeu. Além disso, Pombal promoveu mudanças estruturais no Brasil como a transferência da capital de Salvador para o Rio de Janeiro, a legislação relativa às minas de metais e pedras preciosas, a supressão dos jesuítas, e a perda definitiva da Colônia do Sacramento no sul do Brasil. As mudanças não se deram apenas no Brasil, mas também na África. Os indígenas convertidos ao catolicismo, por exemplo, foram iguados, no plano teórico, aos homens brancos, através dos decretos do primeiro ministro português entre os anos de 1755 a 1758 (BOXER, 2002, p.213).

Mesmo após a queda de Pombal, a metrópole deu continuidade ao seu programa que visava desenvolver o Brasil para melhor administrá-lo e sugar-lhe as riquezas naturais. Durante o século XVIII, o século da territorialidade no mundo português, a Coroa enviou cientistas e naturalistas para o Brasil. O objetivo era colher informações sobre a geografia, a flora, a fauna, a etnografia (hábitos, costumes, alimentação, comércio e saberes indígenas em relação às práticas de curas com plantas da flora nativa). Inicialmente pode-se dizer que os objetivos eram políticos e comerciais que visavam explorar sob um olhar mais científico e racional, afinal era o século das luzes, e o reformismo ilustrado português queria explorar mais o território para alavancar o potencial econômico da colônia de modo a fortalecer a metrópole no cenário mercantil europeu. Mas Russel-Wood alerta que “... qualquer expedição podia ter objectivos múltiplos e a coroa e os cientistas podiam divergir quanto às prioridades dos objectivos a atingir.” (Russel-Wood, 1992, p.128). Ainda, segundo o autor “Para a coroa, as prioridades dos séculos xv e xvi, centradas no desejo de chegar às fontes do ouro africano e das especiarias orientais, foram dando lugar ao reconhecimento da importância do intercâmbio comercial e político.” (Idem, p.128). Uma hipótese que lançamos então é a de que a necessidade de conhecer o território, já no último quartel do século XVIII (Idem, p.127), não levava em conta apenas a dominação e os objetivos econômicos e comerciais, mas também na possibilidade política do novo proporcionada pelo lugar. Afinal, segundo Guilherme Pereira das Neves, desde o século XVII já se cogitava a transferência do trono português para a região mais proeminente do império: o Brasil⁵⁷.

No momento em que aquela possibilidade se torna uma necessidade vital para a Coroa, diante do risco iminente de cair sob o jugo francês, uma profunda alteração se manifesta na identidade pessoal do futuro monarca luso-brasileiro, antes mesmo do momento em que pisa em solo brasileiro. Se continuasse em Portugal, provavelmente seria destronado por Napoleão Bonaparte, como aconteceu com outros monarcas europeus. A única chance de manter a coroa

⁵⁷ Nossa História. Ano 1, n. 11, Biblioteca Nacional, setembro de 2004, p.14.

sobre a sua cabeça, ou seja, a sua identidade real, monárquica, era a migração para o Brasil. A possibilidade de construir um novo reino, num outro lugar, certamente abalou as estruturas psicológicas e identitárias de D. João. Se efetivasse aquele audacioso plano, seria o primeiro monarca europeu a conhecer pessoalmente o Novo Mundo. Na América, um lugar exótico, diferente da Europa, poderia construir um reino maior, mais vasto em termos territoriais e populacionais, mais rico que Portugal e protegido das ambições francesas. O que era uma possibilidade se torna uma realidade na primeira década do século XIX em decorrência da invasão napoleônica em Portugal no final de 1807. Em janeiro de 1808, o Brasil via, pela primeira vez, aquele que era senhor de tudo e de todos, a quem se devia respeito e obediência.

Com a transmigração da família Real e sua corte em 1808, houve uma política de integração do centro-sul com a abertura de caminhos e estradas para possibilitar o desenvolvimento do comércio. Isso estava relacionado às novas necessidades de abastecimento da Corte. Esse período deve ser visto à luz da ideia do surgimento de uma nova identidade a partir do momento em que o impacto psicológico com a presença da corte em território brasílico faz emergir a sensação de se entrar para uma outra dimensão simbólica que colocaria a antiga colônia no centro político, econômico e administrativo do Império português. Destarte, pode-se dizer que o que em dado momento era periferia, agora era o coração do Império. Minas Gerais teve, nesse sentido, um papel fundamental, pois preparou o território ao desenvolvê-lo e fazer com que se criasse uma nova ideia de pertencimento, seja pelo enraizamento dos interesses mercantis, seja pela fixação da própria identidade dos diversos agentes sociais, embora, como visto anteriormente, em alguns casos fosse a única forma possível de se ter alguma identidade, como no caso dos quilombolas.

No século XIX, a exemplo da centúria anterior, o Brasil era a região mais rica de todos os domínios lusos, enquanto a própria metrópole se via em estado de decadência. Para alguns estudiosos havia um projeto de criação de um império luso-brasileiro. Segundo Braz Augusto Brancato, era desejo de D. João VI que houvesse uma monarquia dual sob o comando da Casa de Bragança, isto é, um imenso e forte império-luso brasileiro.⁵⁸ Em 1815 o Brasil foi elevado à categoria de reino, fato que altera novamente a identidade da população, pois passa-se do status de colônia para reino, se igualando à metrópole e a outros reinos europeus. Além disso, o Brasil era, a partir de então, o único reino americano e com um monarca europeu, sendo que em 1816 D. João VI é coroado como rei de Portugal e do Brasil (BOXER, 2002, p.213).

Durante o seu reinado na América, D. João VI desenvolveu um sentimento de pertencimento com o lugar, uma forte afinidade com as terras do Brasil, pois mesmo após os

⁵⁸ Nossa História. Ano 1, n. 11, Biblioteca Nacional, setembro de 2004, p.15.

conflitos que expulsaram as tropas de Napoleão do território lusitano, ele retardou o quanto pôde a sua volta para Portugal, só o fazendo, na realidade, por ter sido obrigado pelas cortes reunidas na Revolução Liberal de 1820. Tal evento precipitou a separação política em relação a Portugal uma vez que os revolucionários constituintes não aceitavam a proposta dos representantes do Brasil da continuidade da união entre os reinos, querendo restabelecer o antigo domínio político e militar de Portugal sobre o Brasil, exigindo o retorno do rei e do príncipe D. Pedro para Portugal. O ressentimento e o medo da recolonização – que não se trata apenas de uma questão de caráter econômico ou político, mas também de status, ou seja, de identidade: voltar a ser colônia seria inaceitável – fizeram com que pessoas proeminentes das principais regiões do Brasil, como Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco, liderados por José de Bonifácio, tramassem a permanência do príncipe no Brasil o que, embora houvesse divergências no que se refere ao projeto político que já se tramava, pouco depois resultará na proclamação da Independência, em 1822.

4.5. Em busca de uma nova identidade no ultramar

Os grandes proprietários de terras, fossem senhores de engenho, criadores de gado ou donos de minas de ouro, mostravam-se cada vez mais ávidos de títulos, honrarias e postos militares, em busca de poder ou prestígio. (BOXER, 2002, p.323).

Nem sempre a decisão de se lançar na aventura do ultramar era uma iniciativa de indivíduos desprovidos de um cabedal social e econômico. Como bem menciona Russel-Wood, “Muitos dos que seguiam a bordo dos navios destinados à Índia ou ao Brasil eram pessoas de meios financeiros ou de estatura social.” Além desses, “Havia também aqueles que deixavam Portugal, claramente destinados a conseguir posições de relevo econômico, político e social no ultramar.” (Idem, p.158) Se dedicando a diversas atividades como aos engenhos e plantação de cana-de-açúcar, à criação de gado, comerciando, se dedicando a atividades de mineração ou à expansão do domínio metropolitano no espaço colonial, muitos desses indivíduos adquiriram, de fato, prestígio social, cabedal político e econômico, como, por exemplo, os poderosos do sertão ou, como se convencionou a chamar, os potentados locais. Nas regiões de mineração esses indivíduos eram a lei e a justiça, pois muitos possuíam,

inclusive, exércitos privados. O desejo por títulos, honrarias e postos militares, ilustrado com a citação acima, reflete o desejo e a necessidade da distinção que esses poderosos tinham. E isso só pode ser compreendido quando se pensa na questão da identidade. Uma vez que já eram ricos e poderosos, o que poderia trazer mais orgulho de sua própria posição naquelas sociedades era certamente a honraria e o prestígio advindos com tais “premiações”. Muitos desses potentados se envolveram em revoltas e contestações, chegando a ameaçar a soberania do Estado português em algumas localidades. Contudo, daqueles que deixavam Portugal em busca de fama e fortuna no ultramar, poucos foram os que conseguiram regressar à terra de origem. Laços de identidade, laços familiares e enraizamento de interesses econômicos nos trópicos explicam, em grande parte, o não retorno dessas pessoas a Portugal (Idem, p.160).

4.5.1. Os senhores de engenho

Um fator identitário estabelecido no e com o território colonial é mostrado por Boxer na seguinte passagem:

... a classe patronal, cujos membros mais importantes eram os senhores de engenho e os donos das grandes propriedades agrícolas, os quais constituíam a aristocracia local e assumiam ares de gente educada ou nobre, por mais humildes ou baixas que fossem suas origens sociais. (BOXER, 2002, p.105).

Nas regiões açucareiras da América portuguesa, a identidade também pode ser um foco de análise ao se pensar no fato de que, mesmo sendo uma sociedade mais rígida no que se refere à ascensão ou mobilidade social, isso não quer dizer que ela não existia em menor escala. Os senhores de engenho e os donos das grandes fazendas formavam uma aristocracia patriarcal, exercendo o poder político e jurídico uma vez que, além de serem proprietários ricos, atuavam nas Câmaras Municipais. A posição social do senhor de engenho era invejada e trazia muita honra, semelhante a alguns valores de honra nobiliárquica dentro da fidalguia do reino (BOXER, 2002, p.321). A posição dessa aristocracia rural patriarcal era, no Brasil, muito mais sólida que a da aristocracia rural portuguesa (BOXER, 2002, p.323). Na América eram a elite, os nobres, que possuíam poder político, econômico e simbólico. A vivência e o

exercício de uma atividade econômica no lugar colonial possibilitaram a eles se diferenciarem, se distinguirem socialmente.

Além do senhor de engenho, pode-se também pensar na camada intermediária entre os dois extremos daquela sociedade, isto é, a “classe senhorial” e a “classe escrava”: os feitores, capatazes e demais “funcionários” ou administradores das fazendas e dos engenhos. Não eram o topo da sociedade, mais também não constituíam a base da mesma, pois não eram escravos, embora no século XVIII muitos fossem mulatos (BOXER, 2002, p.321). Assim, novamente o que se percebe é uma identidade comum entre esses indivíduos, ancorada na delimitação da fronteira com os outros da escala social: um “outro” acima – o mundo senhorial – e um abaixo – o universo do cativo –, geralmente sobre os quais reafirmavam a sua diferença. Em relação aos escravos, isso se dava conduzindo o seu trabalho através do chicote, das armas de fogo e da pressão coerciva e psicológica. Era fazendo bem o seu papel de conduzir e vigiar o trabalho dos escravos com o recurso da força e da violência que se afirmavam como pertencentes a uma “classe” superior. Por sua vez, havia também diferenças ou posições privilegiadas (se é que se pode falar em privilégio quando se fala em escravidão do ser humano) dentro do universo do cativo. Um exemplo é o caso das mulheres escravas que, certamente, seu número deveria ser bastante reduzido em relação ao número de homens por motivos evidentes do trabalho no campo: viviam na casa-grande, fazendo serviços domésticos como cuidar da organização da casa, cozinhar, amas de leite etc.

4.5.2. Os Jesuítas

Os missionários jesuítas chegaram junto com os primeiros colonizadores e foram, sem dúvida, os primeiros a entrar território adentro para cumprir a sua missão sagrada de levar a palavra de Deus àqueles pobres e inocentes selvagens, e a sua situação também merece uma revisão sob a ótica da identidade. A partir do momento em que foram encarregados de salvar a alma daquelas pessoas inocentes como Adão e Eva, deveriam sentir uma reviravolta em suas identidades. Eram agora os anjos de Deus, que tinham uma importante missão pela frente e que certamente os aproximariam da divindade, pois, no caso dos indígenas, seriam realmente os intermediários entre Deus e aqueles pobres selvagens. Obviamente, muitos se desviaram do caminho, se aproveitando para enriquecer. Contudo, provavelmente muitos acreditavam que estavam numa verdadeira missão de fé, de salvação. Isso só foi possível, com a experiência missionária no território. Uma experiência inédita para aqueles homens e que, certamente abalava o seu lado psicológico, aumentava a sua fé e fazia com que se sentissem mais

próximos de Deus, como verdadeiros apóstolos de Cristo que levariam a palavra para aqueles que a desconheciam.

4.5.3. Colonizadores do sertão a serviço da Coroa

A necessidade de ocupar e institucionalizar efetivamente as suas possessões na América, em decorrência da descoberta do ouro em abundância, fez com que os portugueses promovessem o povoamento nos sertões hostis do Brasil. Desde os primeiros arraiais nas zonas auríferas de Minas Gerais até as longínquas regiões do oeste, como Cuiabá, a rápida urbanização e montagem do aparato administrativo mostraram a importância de proteger os tesouros da coroa portuguesa frente à expansão espanhola em direção àquelas áreas. Entretanto, a coroa não podia contar somente com os seus próprios esforços e o dos seus funcionários. Nesse sentido, ela contou também com a iniciativa privada na sua “marcha para o oeste”. Indivíduos se prontificavam para assumir a responsabilidade de conduzir o projeto de expansão do domínio luso nas terras do Brasil através de projetos de povoamento, criação de vilas e promoção da urbanização. Porém, havia contrapartidas para que levassem a cabo tal empreendimento, como a exigência da obtenção de cargos públicos e suas remunerações, concessão de terras de sesmarias, isenções fiscais, perdão de dívidas ou moratórias para pagamento das mesmas, perdão para crimes cometidos e utilização de degredados, entre outras (FARIA, 1999, p.172). O que se percebe, então, é o encontro entre razão de Estado e interesses particulares (FARIA, 1999, p.174), proporcionado pela necessidade eminente de territorializar a América portuguesa. Esses interesses privados vão além da questão econômica, pois passam também pela constituição de identidades. Vejamos as contrapartidas acima mencionadas e a sua relação com a identidade daqueles que se propuseram a levar adiante a empresa colonizadora em nome do rei de Portugal.

A obtenção de cargos públicos traz para seus ocupantes um prestígio e distinção social por se tratar de ser um serviço prestado em nome do rei e também por trazer nobreza e poder de mando, distinguindo-se assim o seu ocupante no seu meio social. Por sua vez, as remunerações trazem riqueza e a possibilidade de desvios e ou usurpação dos dispositivos estatais para ganhos próprios de modo a aumentar os ganhos advindos do exercício de determinado cargo, trazendo também o poder de mando e, de carona, o prestígio social. A concessão de sesmarias também traria cabedais simbólicos e econômicos. Como se sabe, nas sociedades europeias tradicionais – que convencionalmente chamamos de sociedades de Antigo Regime –, a nobreza, em seus diversos estratos, possuía terras que lhe assegurava

poderes e privilégios, pois como o Estado não tinha uma estrutura administrativa suficiente para dar conta de todo o território⁵⁹, esse privilégio era concedido aos particulares. Essa era uma face da lógica territorial da sociedade corporativa. Muitos dos valores daquela sociedade foram introduzidos na colônia e se enraizavam nas práticas sociais do universo colonial.⁶⁰ Por sua vez o perdão das dívidas e dos crimes abolem a mácula negativa que colocava em xeque a honra de uma pessoa, afetando a sua identidade individual, isto é, interna, e social, ou seja, externa. A isenção fiscal era outro privilégio concedido a poucos, sendo por isso um fator gerador de prestígio e de ganhos econômicos (já que não precisavam arcar com os custos determinados impostos). Por fim, levar consigo degredados aumenta o exercício do poder de mando por ter “funcionários” ou subordinados a quem comandar, além do fato de ser o protagonista na empresa de expandir o poder da coroa. Todos esses fatores envolvem a honra, o exercício do poder político e militar (comandar tropas) traz ganhos econômicos e prestígio social, estando, portanto, amalgamado aos elementos constitutivos da identidade pessoal, da diferença entre o “eu” e o (s) “outro (s)” no universo conflituoso e de choque de forças e encontro de trajetórias múltiplas que foi o mundo colonial na América portuguesa do século XVIII.

4.5.4. Os degredados

Em relação aos degredados, muitos acabaram por serem utilizados em serviços de interesse da Coroa, como o contato com povos hostis aos portugueses, a reunião de um conjunto de informações locais estratégicas para a coroa tanto no sentido econômico quanto militar. Outros eram utilizados ainda como mão-de-obra na execução de obras públicas e fortificações e prestando também serviços militares (RUSSEL-WOOD, p. 161-162). Porém, muitas vezes isso gerava problemas para o Estado português. “Uma vez chegados ao seu destino, nem mesmo os assassinos, os violadores e os incendiários voltavam a ser encarcerados ou a estar sujeitos a condicionantes físicas. Furto, fraude, vagabundagem, arruaça e agitação pública bem como concubinação, adultério e sodomia eram os crimes mais frequentemente citados.” (RUSSEL-WOOD, p.162)

⁵⁹ Não à toa António Manuel Hespanha intitula uma de suas principais obras de “Às vésperas do Leviatã”.

⁶⁰ Francisco Eduardo de Andrade atentou para a formação e o desenvolvimento da sociedade mineira colonial estiveram pautadas na exploração da norma jurídica de Portugal que, por sua vez, eram perpassadas por forças e relações sociais, políticas e simbólicas (ANDRADE, 2008).

4.5.5. A estratificação social

A própria questão da estratificação pode ser vista como uma forma de identificação a partir da interação com a região, pois como bem demonstra Marco Antonio Silveira, nas Minas setecentistas havia uma sociedade caracterizada pela fluidez, na qual a busca pela distinção social demonstrava que naquela sociedade não havia uma estratificação já dada, mas uma luta constante pela estratificação dos diversos e não claramente delimitados grupos sociais. Em outras palavras, não havia posições sociais definidas, mas sim uma luta diária pelo que cada indivíduo seria, ou queria ser, naquela sociedade. Se não eram portugueses, africanos, índios, o que seriam? O que queriam ser? Nesse sentido, a territorialização e o processo de institucionalização do território começam a mostrar a sua face ambígua: se haviam se mostrado necessários para a manutenção da posse do território e da exploração econômica do mesmo, agora criava condições para que os habitantes daquele espaço social não se sentissem mais portugueses, não se identificassem mais com a terra mãe, ou com a origem portuguesa. Isso abriu o caminho para que aquelas pessoas se identificassem com o território, desejassem fixar, mais que interesses mercantis, uma nova identidade, uma possibilidade de mudar de vida, mudar de posição social, coisa que na metrópole não seria tão fácil. E isso não se resume aos portugueses e seus descendentes, mas abarca todas as parcelas da população colonial, sobretudo as camadas mestiças da sociedade. A fixação oferecia, nesse sentido, a possibilidade de mudança, de adquirir fortuna, mas não apenas, senão os aspectos simbólicos e o lugar social ficariam submetidos a um saudoso segundo plano, em função dos aspectos econômicos.

Em Minas Gerais os critérios portugueses de distinção adquiriram proporções que ultrapassaram aquelas referências do reino, havendo concepções diferentes. No mais, o que se percebe é uma coexistência de critérios diferentes de estratificação social. Nesse sentido, como supramencionado, não era apenas uma luta dentro das camadas/estratos/posições hierárquicas como acontecia em Portugal, mas uma luta pela estratificação, para estabelecer os critérios de distinção numa sociedade em formação. Os múltiplos critérios existiam e estabeleciam clivagens que não eram lineares como na metrópole. Existiam, dessa forma, tensões, pois o critério da riqueza, por exemplo, não traria status, ascensão social, no sentido do capital simbólico, pois um rico poderia não estar no topo da elite por situar-se fora da nobreza (como, por exemplo, a situação dos ex-escravos que enriqueciam, mas aos olhos da sociedade continuariam ligados ao mundo do cativo, como abordamos anteriormente). Havia, como supra mencionado, o critério escravista-racial que opunha o livre/liberto ao

forro, este ao escravo, mulato ao pardo; o critério da origem que opunha brancos portugueses aos brancos brasileiros; critérios políticos e religiosos, que opunha cristãos velhos e cristãos novos, religiosos e leigos; distinções burocráticas como honras e mercês através da distribuição de títulos nobiliárquicos, de patentes militares e de cargos na administração. Todos esses critérios mobilizavam também a identidade, o que os indivíduos queriam ou podiam ser naquele universo do indistinto.

4.6. Consequências da territorialidade

Há aspectos desta mobilidade que são frequentemente ignorados, nomeadamente a difusão cultural, linguística e intelectual. Tanto na África, como na Índia, como no Brasil, os portugueses deixaram uma marca urbana indelével nos lugares onde se fixaram. (RUSSELL-WOOD, 2002, p. 277)

Os portugueses foram, sem dúvida, aqueles agentes que iniciaram a construção ou constituição de um outro lugar, mas não foram os únicos a agentes/sujeitos nesse processo de colonização, sobretudo na América, caracterizado pelo choque entre culturas, pelo cruzamento de trajetórias múltiplas de agentes múltiplos que conformaram um lugar diferente daquele inicial. Não se trata aqui negar a influência portuguesa, mas aqueles territórios no ultramar não eram mais lugares portugueses.

No que toca à formação dos Estados nacionais, pode-se dizer que o território assume uma dimensão simbólica e ideológica relacionada a um imaginário de pertencimento e uma identidade social, uma dimensão política e material, pois ele é limitado por fronteiras e é nele e sobre ele que se exerce o poder, uma dimensão militar no sentido da conquista espacial e manutenção da mesma, uma dimensão jurídica, pois precisa se legitimar e uma dimensão econômica, pois tem uma produção interna e estabelece relações de mercado tanto interna

como externamente (MORAES, 2002, p.74-75). Alcir Lenharo⁶¹ defende a tese de que política de integração comercial e territorial levada a cabo durante o século XVIII foi fundamental para a formação do Estado Nacional brasileiro. A formação de um grupo de comerciantes e de proprietários de terra ligados ao abastecimento da corte portuguesa foi possibilitada pelo desenvolvimento econômico proporcionado pela mineração, que possibilitou a expansão territorial que, por sua vez, levou ao desenvolvimento de uma nova identidade. Esse grupo, que vai do sul de Minas (e também de São Paulo) para a Corte, será a base de formação do grupo Liberal Moderado que assumirá o controle do Estado brasileiro após a abdicação do Imperador D. Pedro I em março de 1831. Quando essa situação é vista somente pela ótica do poder e das relações econômicas, a questão da identidade com o território fica subordinada a um segundo plano. Não se está afirmando aqui, nunca é demais repetir, que essas questões não são importantes e que não desempenham um papel central. Antes, o que se chama à atenção é para o fato de que, a vontade de exercer o poder, bem como os aspectos econômico-mercantis, só podem se desenvolver a partir do momento em que se cria um vínculo com o território, com a região. Este vínculo, do qual os interesses mercantis e de dominação são também constitutivos de um fenômeno identitário. Trata-se, antes de tudo, de uma questão de identidade. É justamente esse grupo que vai formular a proposta de um novo arranjo político sem prejuízo aos grupos dirigentes locais/provinciais. O receio de que a corte desempenhasse o papel de metrópole faz com que esse grupo reivindique a descentralização política, isto é, o federalismo. Aqui, novamente, não se pode pensar a questão do poder, político e econômico, separado da questão identitária. Da região da zona-da-mata e do sul de Minas emergiu ainda outro grupo político e econômico ligado à produção de café. Na medida em que este vai se tornando o principal produto de exportação esse grupo vai alcançando a hegemonia política e fazem frente às propostas descentralizadoras. É este grupo, caracterizado em sua época como regressista, que alcançará o seu objetivo com aquele episódio que ficou conhecido no meio historiográfico como o “Golpe da Maioridade”, mas isso já é uma outra história.

⁶¹ Ver: LENHARO, Alcir. “O abastecimento da Corte após 1808”, “A projeção social e política dos ‘sitiantes’ e tropeiros”. As tropas da moderação. São Paulo: Símbolo, 1979, p.41-55, 107-39.

Conclusão – A ambiguidade da territorialidade no Império Português

O que movia os aventureiros portugueses na sua longa história de expansão eram a cruzada contra o infiel, a expansão do cristianismo, o desejo de enriquecer, de obter ganhos materiais e adquirir prestígio social. Todas essas motivações, ao nosso ver, não podem ser separadas da questão da identidade, seja nas suas manifestações coletivas ou individuais, locais ou regionais, manipuladas ou não.

A particularidade do Império português esteve na sua plasticidade devido à dificuldade de aplicação da norma, isto é, a capacidade de se adaptar às diversas situações. Essa flexibilidade permitiu aos portugueses manter um vasto império durante tanto tempo através de múltiplas estratégias (no atlântico sul uma, no oriente outra). O que garante a conexão para que se fale em política imperial, uma vez que a Coroa não era um super-agente que tudo fazia e pensava? A estrutura administrativa minimamente coesa com elementos comuns a toda parte do império, e outras não. Dois modelos plásticos: no Brasil o modelo é a cópia das ilhas do atlântico, ou seja, utilização e adaptação de um modelo precedente. No oriente o modelo é a cópia das fortalezas do Marrocos e a adaptação a estruturas já existentes. Não se pode esquecer a estrutura militar que passa a ser obrigatória a todos os espaços (Índia, África e Brasil). Ou seja, a plasticidade é a capacidade de adaptação às diversas situações e realidades com as quais os portugueses se depararam. Plasticidade, então, porque os lusitanos aprenderam com o tempo, com a experiência. Não havia um modelo imperial pronto. Se houvesse esse modelo rígido, a derrocada do império se daria muito mais cedo. Isso explica,

em certa medida, a corrida pela territorialização e institucionalização ocorridos no século XVIII na América portuguesa.

No oriente, as rotas comerciais eram a preocupação dos portugueses, e não o domínio do interior. Até porque não dispunham de efetivos demográficos o suficiente para tal, e também devido ao fato de já haver populações locais que ocupavam um território institucionalizado ou sobre a hedge de um Estado. Ademais, até o século XVI Portugal era uma potência marítima, mas não terrestre. Aqui, novamente pesa o fato de baixos recursos demográficos. No oriente (e também em certas regiões da África) a luta era travada entre os portugueses sem territorialidade com potências territoriais, como os maratas em Goa (BOXER, 2002, p.149). Contudo, foi o fato de ser uma potência marítima e não territorial que garantiu as vitórias portuguesas em alto mar, fazendo-os a dominar as principais rotas. Dito de outra forma, no oriente não havia posse efetiva de território, mas sim uma relativa ausência de territorialidade caracterizada por pontos estratégicos no litoral para a sua rota comercial. Também no Brasil, até o século XVII não havia uma territorialidade efetiva, ocupando-se apenas as áreas litorâneas e uma pré-territorialidade, considerando-se as missões jesuíticas, a criação de gado, o apressamento de índios e a busca pelos minerais preciosos. Essas atividades e os seus agentes proporcionaram o que caracterizamos aqui como pré-territorialidade, pois seus agentes adentraram o território abrindo caminhos terrestres ou pelas rotas fluviais, contribuindo para o início da ocupação do interior do Brasil, embora que de maneira escassa e, no caso dos sertanistas, pelo menos até meados do século XVII, nômade. Como atentamos na introdução, não se pode perder de vista que os ameríndios já ocupavam o território e também andavam pelo interior em suas constantes migrações, pois não se estabeleciam sedentariamente, isto é, não se fixavam definitivamente em nenhum lugar, sendo o nomadismo a característica de quase todos os povos indígenas do Brasil. De qualquer forma, no século XVI essa movimentação dos nativos se dava mais no interior das regiões litorâneas que para o interior do Brasil propriamente dito. Esse movimento só vai ocorrer com mais intensidade a partir de meados do século XVII quando a relação com o branco já não era mais amistosa e nem perpassada pelo escambo, mas sim pela escravização. Isso faz com que diversos grupos indígenas comecem a se deslocar para as regiões mais interioranas do território, onde os portugueses teriam mais dificuldade de acesso devido à hostilidade da floresta – ou do sertão – e também à não existência ou não descoberta, até então, de recursos naturais que pudessem ser vantajosamente explorados. Nesses dois primeiros séculos de colonização não havia uma posse efetiva do território, nem mesmo de todo o litoral, pois a ocupação e institucionalização do Brasil praticamente se restringia a algumas partes do litoral,

com um povoamento escasso e com baixo grau de institucionalização. Foi essa ausência de territorialidade, tanto no oriente como, em certa medida, em algumas regiões da África, que levou à derrocada portuguesa no oriente, somada a outros fatores como as verdadeiras catástrofes advindas da união dos reinos de Espanha e Portugal em 1640. Inimigos de Espanha, principalmente a Holanda, começaram a retalhar (represálias) os portugueses e seus domínios, que a partir de então estavam sob jugo no monarca espanhol. Não é de se admirar que a maioria das investidas de outras potências estrangeiras no Brasil se deu também neste período, com a invasão francesa, inglesa, holandesa e os diversos conflitos fronteiriços com os espanhóis (que duram até o século XVIII, quando haverá a definição dos limites fronteiriços entre as possessões ibéricas na América).

No entanto, essa situação vai se modificar no século XVIII, o século da territorialidade no contexto imperial português. A territorialidade se mostrou necessária para a exploração mineral e garantir a transferência das riquezas coloniais para a metrópole. Foi ela também que garantiu a posse efetiva do território uma vez que a ameaça de invasão e tomada da região pelas mãos estrangeiras era eminente. Depois de quase dois séculos em busca do tesouro mineral em terras brasileiras, finalmente o sonho dourado português se realizara, e as jazidas minerais foram encontradas em abundância. Era preciso tomar uma atitude: ou os portugueses ocupavam efetivamente o território, povoando-o e institucionalizando-o, ou veria sua “vaca leiteira” alimentar a cobiça daquelas potências europeias. Houve incentivos por parte do Estado, durante o século XVIII, para que as pessoas migrassem para o Brasil, afinal de contas era preciso povoar o território para que não se repetisse o que aconteceu na África e no oriente: a perda de territórios para outras potências europeias como a Espanha, a Holanda, a França e a Inglaterra. A ameaça era iminente. Os sufocos passados com os holandeses no nordeste no século XVII, com os ingleses e franceses na passagem do século XVII para o século XVIII, e com as questões dos sucessivos tratados de delimitação de fronteiras com espanhóis desde a chegada ao Brasil e se estendendo até os setecentos, além da perda de possessões na África e no oriente, durante a União Ibérica, parece ter ensinado aos portugueses que só se controla um território com a sua completa territorialização. Entretanto, se por um lado a territorialidade levou à expansão das fronteiras na América portuguesa e junto com ela o desenvolvimento do interior do território (com o povoamento e o aumento gradativo da população e com a diversidade econômica do mesmo), por outro levou ao fenômeno da derrocada do mundo luso-brasileiro na medida em que ela possibilitou o desenvolvimento de identidades múltiplas e o enraizamento de interesses que na maioria das vezes não ia de encontro com os da coroa, sobretudo os interesses mercantis. O próprio fato

de se formar uma sociedade tão complexa como se observou no século XVIII demonstra o caráter peculiar que a territorialidade, entendida aqui não como a ocupação de pontos estratégicos, como fora no oriente e na África, nem tampouco a ocupação litorânea que se teve nos dois primeiros séculos de colonização, mas a ocupação efetiva e em larga escala do interior do território, a luta pela abertura e imposição de limites de fronteira, enfim, o alto grau de povoamento e institucionalização de uma vasta região. Nesse sentido, pode-se falar de uma ambiguidade da territorialidade no Brasil, pois ela permitiu a acumulação interna de capital na colônia⁶², o enraizamento de identidades e de interesses mercantis (mercado interno, interesses em comum, redes articuladas de comércio e interesses que se tornam interdependentes), desempenhando um importante papel no processo de emancipação de Portugal (MORAES, 2002, p.90-91). O aparato burocrático da coroa foi a base de sustentação de uma territorialidade na América portuguesa. Ao montar e expandir a estrutura burocrática no interior a coroa proporcionou uma melhor condição de vida, amansando e domesticando os sertões da América, tornando a hostilidade do território e a realidade menos dura, fazendo com que os indivíduos se fixassem a terra. A territorialidade tornou possível o desenvolvimento de regiões periféricas ao ponto de ganharem conotação e serem as bases dos movimentos contestatórios que propõem a ruptura com Lisboa. Esses fenômenos levaram à “interiorização da metrópole” e culminaram mais tarde na emancipação política do Brasil em relação a Portugal. É sobre esse ponto de vista que discorreremos ao longo deste ensaio de modo a tentar evidenciar alguns apontamentos no que se refere à relação íntima entre território e identidade e, dessa forma, a ambiguidade da territorialidade no universo imperial português e, sobretudo, no mundo luso-brasileiro.

Na maior parte de sua história imperial, embora tenham adentrado o interior dos territórios, seja por rotas terrestres ou fluviais, isso não foi uma constante e a presença portuguesa no ultramar foi mais simbólica que efetiva. Mas no caso do Brasil, a partir dos setecentos, a sua presença esteve longe de ser apenas simbólica, sendo realmente onipresente. O século XVIII pode ser considerado o século da territorialidade para a história colonial portuguesa. Assim, pode-se pensar que na América portuguesa a territorialidade foi o que garantiu a posse do território contra nações estrangeiras, mas, ambigualmente, levou à própria ruína do Império, ao criar possibilidades de formação de múltiplas identidades que por sua vez fragmentaram a soberania régia, abrindo caminho para a emancipação política. A própria transferência da Corte na primeira década do século XIX, em decorrência da invasão das

⁶² Ver, entre outros: FRAGOSO, João. *O arcaísmo como projeto...*, ODILA, Maria. *A interiorização da metrópole...*

tropas napoleônicas em território luso em 1806, é um indicativo do grau de desenvolvimento da América portuguesa naquele momento. Pisando pela primeira vez em solo americano em janeiro de 1808, ao dar continuidade e ampliar a política que vinha se arrastando desde o século XVIII, o monarca português instaura um novo tempo de desenvolvimento no Brasil e uma nova identidade, pois a partir de então o Brasil era a sede do Império, sendo que em 1815 é elevado à condição de Reino. Isso certamente mobilizou uma identidade coletiva entre os coloniais. Continuam também, a partir daquele evento, as migrações para diversas regiões do Brasil como Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, a região que hoje corresponde ao Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco, entre outras. Contudo, como nos alerta A. J. Russel-Wood,

“... não obstante os movimentos migratórios para norte e para oeste, em 1822 cerca de sessenta por cento da população do Brasil ainda vivia no litoral, o que correspondia, no máximo, a dez por cento do território da colônia. (...) Em segundo lugar, quando foram criados núcleos populacionais, como aconteceu em Minas Gerais, estes se assemelhavam mais a arquipélagos de colonização em território desabitado, não constituindo a vanguarda de uma linha contínua de migração que se deslocasse em direção a oeste.” (RUSSEL-WOOD, p. 185).

Entretanto, se não se tratava de uma linha contínua de migração, não quer dizer que não tenha tido importância no que se refere a entendermos o fenômeno urbano desencadeado pela metrópole com o povoamento e a institucionalização do território enquanto propulsor de um fenômeno de identidades múltiplas e também do desenvolvimento da América portuguesa. Em relação aos antigos territórios de formação colonial, “... o novo Estado se constrói sempre sobre as estruturas econômicas, políticas e culturais preexistentes, isto é, herdadas do período colonial...” (MORAES, 2002, p.91). A constituição desses novos Estados se dá então a partir da herança daquelas mentalidades vigentes no período colonial que oferecem as condições a partir das quais as elites locais podem se unir através de um pacto que visa à manutenção de seus interesses de hegemonia política e econômica que, por sua vez, são amarrados através de um projeto de Nação (MORAES, 2002, p.102-103). É o que aconteceu na construção do Estado Nacional Brasileiro, em que havia uma vasta região a ser ocupada e para onde poderiam ser expandidas a economia. O território vai ter um papel importante na legitimação do Estado brasileiro, pois na construção da sua nacionalidade o novo país “... não será

concebido como um povo e sim como uma porção do espaço terrestre, não uma comunidade de indivíduos mas como um âmbito espacial.” (MORAES, 2002, p.111,115-116). Mas isso não quer dizer, no entanto, que se pode entender o século XVIII como primórdio do Estado brasileiro, como primórdio de um Estado vencedor. Isso seria incorrer no grave erro de eliminar a complexidade existente no decorrer do século do ouro. Não houve uma evolução linear do Estado Brasileiro. Não se deve apenas apontar as instituições e o desenvolvimento econômico como algo linear e progressivo, como elas evoluíram, mas sim, como tentamos demonstrar, como funcionavam as instituições, o papel desempenhados pelos agentes que nelas atuavam em nome do Estado, bem como as suas envergaduras e flexibilidades e as apropriações sociais, culturais e econômicas que se fazia destes espaços administrativos.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, André Ferrand de. Os jesuítas matemáticos e os mapas da América portuguesa (1720-1748). In: *OCEANOS*. “A formação territorial do Brasil”. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses. Número 40, outubro/dezembro de 1999, p.79-92.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. “Um mundo às avessas em um tempo europeu?”, “Tradição e regresso: os motins das primeiras décadas do século XVIII”, “Negros rebeldes: o inimigo mais pernicioso” In: *Vassalos rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/Arte, 1998, p. 9-27, 31-43, 125-136.

ANDRADE, Francisco Eduardo de. *A invenção as Minas Gerais: empresas, descobrimentos e entradas nos sertões do ouro da América portuguesa*. Belo Horizonte: Autêntica Editora: Editora PUC Minas, 2008.

BOSCHI, Cáo César. “Igreja, Estado e irmandades em Minas Gerais.” In: *Os Leigos e o Poder*. Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1996, p.71-139.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. 2ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998, p. 75-131.

BOXER, Charles. *O império marítimo português (1415-1825)*. Trad. Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Latras, 2002.

CASTRO, Iná Elias de. Problemas e alternativas metodológicas para a região e para o lugar. In: Souza, Maria Adélia A. et al. (orgs). *Natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica*. São Paulo: HUCITEC/Annablume, 2002.

CLAVAL, Paul. As abordagens da geografia cultural. In: CASTRO, Iná Elias et al (orgs.) *Explorações geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p.89-117.

CUNHA, Alexandre Mendes et al. História econômica e regionalização: contribuição a um desafio teórico-metodológico. Estudos econômicos, São Paulo, v. 38, n. 3, p. 493-524, jul.set. - 2008.

FARIA, Miguel. Mato Grosso: Estado Fronteira. In: *OCEANOS*. “A formação territorial do Brasil”. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Número 40, outubro/dezembro de 1999, p.161-178.

FERNANDES, Neuza. “Os cristãos-novos em Minas Gerais”, “A Inquisição nas Minas do século do ouro”. In: *A Inquisição em Minas Gerais no século XVIII*. 2ª ed. Rio de Janeiro: ed. UERJ, 2004, p. 87-107, 109-159.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. Furores sertanejos na América portuguesa: rebelião e cultura política no sertão do rio São Francisco, Minas Gerais (1736). In: *OCEANOS*. “A formação territorial do Brasil”. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Número 40, outubro/dezembro de 1999, p.128-144.

FOUCAULT, Michel. “A governamentalidade”. In: *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. 17ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979, p.277-293.

----- . “Aula de 29 de março de 1978”, “Aula de 5 de abril de 1978”. In: *Segurança, território, população*. Curso dado no Collège de France (1977-1978). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 419-487.

FRÉMONT, Armand. *A região, espaço vivido*. Trad. Coimbra: Almedina, 1980.

FURTADO, João Pinto. “Inconfidência Mineira.” In: ROMEIRO, Adriana.; BOTELHO, Angela Vianna. *Dicionário Histórico das Minas Gerais*. Período colonial. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p.169-173.

FURTADO, Junia Ferreira. “Fidalgos e Lacaiois.” In: *Homens de negócio*. A interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas. São Paulo: HUCITEC, 1999, p. 29-86.

GIRALDO, Manuel Lucena. Reformar as florestas: o Tratado de 1777 e as demarcações entra a América espanhola e a América portuguesa. In: *OCEANOS*. “A formação territorial do Brasil”. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Número 40, outubro/dezembro de 1999, p.66-76.

GUIMARÃES, Carlos Magno. “Dos quilombos”. In: *A negação da ordem escravista*. São Paulo: Ícone, 1988, p.37-61.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Metais e pedras preciosas”. In: *História geral da civilização brasileira*. 5ª ed., São Paulo: DIFEL, t.1, v.2, p.259-210.

KOK, Glória. Descalços, violentos e famintos. In. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Ano 3, n.34, julho de 2008, p.24.

MASSEY, Doreen. *Pelo espaço*. Uma nova política da espacialidade. Trad. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

LARA, Silvia Hunold. “O teatro do poder”, “Diferentes e desiguais”, “A multidão de pretos e mulatos”. In: *Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 29-172.

LENHARO, Alcir. “O abastecimento da Corte após 1808”, “A projeção social e política dos ‘sitiantes’ e tropeiros”. *As tropas da moderação*. São Paulo: Símbolo, 1979, p.41-55, 107-39.

MELLO, Evaldo Cabral de. “Dezessete”. In: *A outra independência. O federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Ed.34, 2004, p.25-63.

MONTEIRO, John Manuel. Sangue Nativo. In. Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano 3, n.34, julho de 2008, p.18

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Território e História no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec: Annablume, 2002.

NOSSA HISTÓRIA. Ano 1, n. 11, Biblioteca Nacional, setembro de 2004.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. História regional: dimensões teórico-conceituais. In: *História: debates e tendências*. v.1, 1999, p.15-29

RODRIGUES, Isabel Vieira. A política de Francisco Xavier de Mendonça Furtado no Norte do Brasil (1751-1759). In: *OCEANOS*. “A formação territorial do Brasil”. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Número 40, outubro/dezembro de 1999, p.94-110.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. Fronteiras do Brasil colonial: a cartografia dos limites na segunda metade do século XVIII. In: *OCEANOS*. “A formação territorial do Brasil”. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Número 40, outubro/dezembro de 1999, p.24-42.

----- . Um mundo em movimento. Os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808). Difel, 1992.

SEHELLART, Michel. “A noção de governo”. In: *As artes de governar: do regimen medieval ao conceito de governo*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Ed. 34, 2006, p. 19-63.

SILVEIRA, Marco Antônio. O universo do indistinto: Estado e sociedade nas Minas setecentistas (1735-1808). São Paulo: HUCITEC, 1997.

SOUZA, Laura de Mello e. “Da utilidade dos vadios”, “Nas redes do poder”. In: *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio d Janeiro: Graal, 1979.

VILALTA, Luis Carlos. “Introdução”, “As origens intelectuais e políticas da Inconfidência Mineira”. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de.; ----- (orgs). *História de Minas Gerais*. As Minas setecentistas. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007, v.2, p.551-554, 579-607.

----- . ; BECHO, André Pedroso. “Lugares, espaços e identidades coletivas na Inconfidência Mineira.” In: In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de.; ----- (orgs).

História de Minas Gerais. As Minas setecentistas. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007, v.2, p.555-578.